

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

"DA PARAÍBA PRÁ SÃO PAULO E DE SÃO PAULO PRÁ PARAÍBA"
(*Migração, família e reprodução da força de trabalho*)

MARILDA APARECIDA DE MENEZES

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
Março de 1985

MARILDA APARECIDA DE MENEZES

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO
DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA, COM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SOCIOLOGIA
RURAL, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA, EM CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊN
CIAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE.

ORIENTADORA: GHISLAINE DUQUÊ

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Março - 1985

"DA PARAÍBA PRÁ SÃO PAULO E DE SÃO PAULO PRÁ PARAÍBA"
(*Migração, família e reprodução da força de trabalho*)

MARILDA APARECIDA DE MENEZES

Tese aprovada em _____

GHISLAINE DUQUÊ
Orientadora

ANA MARIA QUIROGA FAUTO NETO
Componente da Banca

GISÉLIA FRANCO POTENGY
Componente da Banca

REGINA CÉLIA REYES NOVAES
Componente da Banca

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
MARÇO de 1985

A meu companheiro Edgard,
por compartilhar da reflexão perseverante
da realidade e da ciência.

Ao meu pai, migrante nordestino,
"um representante" da coragem e resistência
ã violência do capitalismo.

Ao SPM - Serviço Pastoral de Migrantes,
"um passo a frente" na caminhada de
libertação do migrante.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a migração do campo para a cidade e da cidade para o campo. Tomei como universo empírico uma área do Sertão da Paraíba e uma área de Região Metropolitana de São Paulo. Nestas duas áreas pesquisei um mesmo grupo de famílias, segmentadas entre o campo (os pais) e a cidade (os filhos). A migração é analisada através das manifestações concretas e específicas do desenvolvimento capitalista sobre a reprodução dos trabalhadores (no campo e na cidade) na década de 70 e os quatro primeiros anos da década de 80.

No campo, o desenvolvimento do capitalismo pauperiza as unidades de produção familiar e ao mesmo tempo gera, permanentemente, um exército industrial de reserva. Frente a essa situação, a família se utiliza de diversas estratégias, destacando-se aqui a migração de alguns filhos para a cidade.

Na cidade, o desenvolvimento do capitalismo deteriora as condições de reprodução dos trabalhadores assalariados e ao mesmo tempo gera também, um exército industrial de reserva, representado em populações que estão ora trabalhando, ora desempregadas, ora no subemprego. A migração para o campo é uma estratégia regularmente utilizada por aqueles trabalhadores que ainda tem ligação com familiares no campo.

A migração do campo para a cidade e da cidade para o campo, é, portanto, analisada neste trabalho como uma das estratégias de sobrevivência da família para enfrentar a deterioração das condições de vida e trabalho, imprimida pelo desenvolvimento do capitalismo nestes dois espaços sócio-econômicos.

Desta forma, a análise mostra que a migração expressa a interdependência existente entre a reprodução das unidades de produção familiar no campo e da força de trabalho assalariada na cidade.

RESUMÉ

L'objectif de ce travail est d'analyser la migration de la campagne vers la ville et de la ville vers la campagne. L'étude de cas qui a servi de base empirique s'est déroulée dans une zone du Sertão de la Paraíba et une zone de la Région Métropolitaine de São Paulo. Dans ces deux régions, l'enquête a été menée auprès d'un même groupe de familles, segmentées entre la campagne (les parents) et la ville (les jeunes). J'ai analysé la migration par le biais des manifestations concrètes et spécifiques du développement capitaliste au niveau de la reproduction des travailleurs (à la campagne et à la ville) dans les années 70 et le début des années 80.

A la campagne, le développement du capitaliste appauvrit les unités de reproduction familiales, en même temps qu'il gère de façon permanente une armée industrielle de réserve. Face à cet appauvrissement, la famille utilise diverses stratégies et c'est ici que se situe la migration des jeunes vers la ville.

En ville, le développement du capitalisme détériore les conditions de reproduction des travailleurs salariés tout en gérant également une armée industrielle de réserve, représentée par des populations qui sont tantôt au travail, tantôt au chômage et tantôt en situation de sous-emploi. La migration vers la campagne est une stratégie régulièrement utilisée par ceux de ces travailleurs qui ont gardé un lien avec des parents à la campagne.

La migration campagne-ville et ville-campagne est donc analysée dans ce travail comme une des stratégies de survie de la famille pour affronter la détérioration de ses conditions de vie et de travail, imposée par le développement du capitalisme dans ces deux espaces socio-économiques. L'analyse montre ainsi que la migration exprime l'interdépendance entre la reproduction des unités de production familiales à la campagne et celle de la force de travail salariée en ville.

AGRADECIMENTOS

Nos agradecimentos pretendo não apenas mostrar a contribuição que as pessoas deram em um ou outro momento, mas, principalmente, expressar que este trabalho é fruto de uma produção coletiva.

Agradeço à Prof.^a Gisélia, minha orientadora até a elaboração final do projeto de tese. Devido sua viagem à França, para conclusão de sua Tese de Doutorado, não pode prosseguir a orientação.

Aos Prof.^s (as) Mário, Paula, Salete, Paulo Nakatani, Reinaldo, com os quais discuti o projeto de tese. Aos Prof.^s René e José Roberto, cujas discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo foram valiosas. Aos Prof.^s (as) José Grabois, Maria de Jesus e Francisco Alves pela orientação sobre os sistemas produtivos no Sertão Paraibano, à Prof.^a Clemilda, pela leitura crítica dos capítulos iniciais; à Prof.^a Regina Novaes, por sua contribuição e dedicação até nas últimas palavras deste trabalho. À minha orientadora Ghislaine, que soube frear as minhas divagações e evidenciar, nos momentos oportunos, as idéias centrais do trabalho. À Edgard, que participou intensivamente de todos os momentos, valorizando o material empírico e as discussões teóricas.

Aos amigos Diego, Cida, Ezide, Pe. Luiz do Centro de Estudos Migratórios, pelas críticas e a Henri Arraes, pelo apoio ao tema de estudo.

O trabalho de tese foi também uma oportunidade de aperfeiçoar a redação na língua portuguesa, graças à revisão minuciosa dos amigos: Profs. Cláudio M. Gomes, Alzir Oliveira e Socorro Rodrigues.

A datilografia agradeço a Jorge e Lucimar e na revisão da datilografia o trabalho das amigas Maria Silliprandi, Nilda e Emma.

Na realização deste trabalho foi também importante o contexto afetivo durante o mestrado e principalmente nos dias finais de redação em Campina Grande, com o apoio de Emma, Maria, Nilda, Roberto Donato, Annalisa, Giuseppe, Pablo, Eliana.

Em especial, agradeço às famílias migrantes, quem, de fato, viabilizou a realização da pesquisa.

Finalmente pelo apoio do Grupo de Pesquisa sobre "O Proces
so de mudança sócio-econômica na região semi-árida da Paraíba";
da Coordenação do Mestrado em Sociologia Rural e da EMBRAPA.- Em
presa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, através do Centro Na
cional de Pesquisa do Algodão (CNPQ).

I N D I C E

Página

INTRODUÇÃO

1) Apresentação e delimitação teórica do objeto de estudo.....	01
2) Metodologia.....	10

CAPÍTULO I

O SISTEMA PRODUTIVO DOMINANTE NA REGIÃO DE ORIGEM: SERTÃO DA PARAÍBA.....	20
---	----

CAPÍTULO II

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAMPO...	43
1) Pequenos proprietários.....	43
2) Morador.....	49
3) Rendeiro.....	61
4) Assalariados permanentes.....	65
5) Atividades complementares.....	65
6) Conclusão.....	73

CAPÍTULO III

MIGRAÇÃO DO CAMPO PARA A CIDADE: UMA ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA.....	79
Introdução.....	79
1) Destinos.....	82
2) Motivações.....	86
3) Grupos que migram.....	93
4) Formas de migração.....	101
5) Migração e reprodução da família na origem.....	104

CAPÍTULO IV

AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DO MIGRANTE NA CIDADE.....	109
Introdução.....	109
1) Condições de trabalho.....	110
2) A tríade do migrante em São Paulo.....	124

CAPÍTULO V

MIGRAÇÃO DA CIDADE PARA O CAMPO: UMA ESTRATÉGIA DE SO BREVIVÊNCIA.....	133
CONCLUSÃO.....	152
BIBLIOGRAFIA.....	158

ÍNDICE DE TABELAS E ANEXOS

	<u>Página</u>
<u>Tabela 1</u> - Efetivo (número de cabeças) por Município....	166
<u>Tabela 2</u> - Principais produtos - área plantada, quantidade, produtividade e valor.....	167
<u>Tabela 3</u> - Área de lavouras, pastagens naturais, plantadas, matas.....	169
<u>Tabela 4</u> - Classificação das terras (potencialidades)...	170
<u>Tabela 5</u> - Estabelecimentos por grupo de área.....	171
<u>Tabela 6</u> - Prédios e domicílios recenseados por espécie 1980.....	172
<u>Tabela 7</u> - População residente por situação de domicílio	173
<u>Tabela 8</u> - Grande São Paulo: taxas anuais de crescimento populacional vegetativo, migratório e total..	174
<u>Anexo I</u> - Mapa dos municípios do Sertão da Paraíba.....	175
<u>Anexo II</u> - Mapa dos municípios da Grande São Paulo.....	176

INTRODUÇÃO

1) Apresentação e delimitação teórica do objeto de estudo

Alfabeto
O presente estudo tem como objetivo analisar a migração do campo para a cidade e da cidade para o campo.

Meu interesse pelo tema nasceu de uma experiência com migrantes paraibanos residentes em São Paulo, ao participar, em 1980, como monitora, de um curso de alfabetização de adultos, realizado numa favela do município de Santo André - São Paulo. Os residentes da favela eram migrantes, provenientes de diversos Estados do Nordeste e do Estado do Paraná, sendo a maioria procedente do Estado da Paraíba. Estes últimos haviam chegado à São Paulo a partir do ano de 1977. Tratava-se, portanto, de migrantes com dois, três anos de residência em São Paulo. Este período já se caracterizava pela crise econômica, com reflexos no mercado de trabalho. Apesar das altas taxas de desemprego, novos migrantes chegavam diariamente. *Justificar*

No contato com os migrantes paraibanos, descobri serem estes originários da zona rural da Paraíba, basicamente de dois municípios - Bonito de Santa Fé e São José de Piranhas, na região do Sertão Paraibano. Alguns tinham sido pequenos proprietários, outros tinham trabalhado como meeiros, onde cultivavam, através do trabalho familiar, parcelas de terras das quais eram proprietários ou das quais tinham acesso através de contrato de meiação e arrendamento. *impotente*

A região de procedência se situa no Polígono das Secas e, por esta razão, a seca era frequentemente mencionada nas conversas e aparecia como o motivo fundamental da migração. Apesar disto, outras questões relacionadas às condições de vida e trabalho vinham à tona, como: falta de crédito, preços baixos *arbo*
contos

da principal cultura comercial (algodão), a não propriedade da terra, as condições de trabalho impostas pelos patrões e outras. Assim no próprio discurso do migrante, o argumento da seca se somava a outros motivos que justificavam a migração. Neste sentido, a partir das próprias formulações dos migrantes, se colocava a questão de negar à seca o lugar privilegiado e absoluto como determinante da migração e a necessidade de compreensão das reais determinações, a partir das condições de vida e trabalho no campo.

Por outro lado, um outro aspecto importante a salientar é que para este grupo de migrantes não apenas ocorria a migração do campo para a cidade, como também da cidade para o campo. A razão da migração da cidade para o campo era frequentemente relacionada ao desemprego, ao desejo de "*trabalhar por conta própria*", aos baixos salários e às dificuldades de moradia. Estes motivos, aparentemente individuais, referiam-se às próprias condições de sobrevivência dos trabalhadores em São Paulo.

Ao cursar o Mestrado de Sociologia na Paraíba, tomei contato com as famílias de meus antigos alunos e, estimulada pela aproximação a esse grupo de migrante - o que me permitia estudar o fenômeno migratório qualitativamente a partir dos dois polos, decidi aprofundar o estudo como tema de minha dissertação de mestrado.

As minhas constatações iniciais levantaram duas hipóteses básicas do presente estudo. O primeiro é que a migração não é um fenômeno determinado por motivos, vontades individuais, mas é um processo social determinado pelas condições concretas de vida e trabalho, na origem e no destino. O segundo é que para compreender o significado da migração para o grupo estudado tornava-se necessário considerar os locais de origem e destino em relação, e não de forma isolada como se a chegada fosse um ponto final do processo.

Esses pontos iniciais orientaram, em seguida, a revisão bibliográfica que foi feita com o objetivo de buscar subsídios. De um modo geral, nos estudos à que tive acesso, o migrante é tratado apenas no local de destino. Este aspecto é salientado por um estudo que faz uma revisão crítica das categorias comumente utilizadas no estudo das migrações internas.

"É preciso que ele tenha saído desse local de origem para que possa ser definido como um migrante. Mas por outro lado é preciso que haja alguma "distância" entre esse migrante e o seu ponto de chegada, para que ele possa ser pensado como um migrante" (UFRJ, Museu Nacional, Depto. de Antropologia, pg.17).

Como consequência disto, os estudos que tratam da origem baseiam-se na percepção do migrante. Em geral, seus motivos figuram como "econômicos", "para melhorar de vida", "por aventura", "para acompanhar a família" e outros.⁽¹⁾ Porém a migração não se constitui de motivos individuais, estes são a forma como o migrante representa as determinações do processo social a que estão submetidos. Ao longo deste trabalho, mostrarei como a migração é um processo social e, como tal, não se explica por motivações individuais.

Na corrente dos estudos estatísticos de migrações internas, existem alguns que comparam origem e destino. Como exemplo, há o estudo de Milton da Mata (1973), que entende o fenômeno migratório em termos de diferencial de renda entre as áreas, valendo-se para isto, de estatísticas de renda "per capita". O autor verifica que há diferenças significativas entre as áreas urbanas e rurais na renda "per capita", concluindo que este aspecto seria um elemento decisivo para a família mudar do campo para a cidade. O autor procede da mesma forma para a variável "oportunidades de educação" e também conclui que este seria um motivo forte para emigrar, já que o índice de analfabetismo é maior para a população rural (56,04% em 1970) que para a população urbana (22,3% em 1970). Este tipo de análise nivela a realidade a taxas estatísticas e não mostra que tais indicadores - no caso, a diferença de salário e de oportunidades de educação - não se encerram em si mesmos, mas são expressão resultantes do próprio processo de desenvolvimento capitalista.

Em resumo, diria que tanto as análises baseadas nas moti

(1) Veja Souza, I. (1980)

vações individuais quanto baseadas em estudos estatísticos não permitem explicar a migração como processo social.

Esta concepção é, em geral, presente em autores que expl^{ic}am a migração através da análise do desenvolvimento do capitalismo., citaria como exemplo o estudo de Singer (1976): (2)

"Se se admite que a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impõem determinados grupos a se pôr em movimento (...) O que importã é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se se quiser, de classe. Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento. Num segundo momento, condições objetivas e subjetivas determinam que membros desta classe migrem antes e quais ficarão para trãs" (pg. 52).

O estudo aqui proposto - migração do campo para a cidade e da cidade para o campo - orienta-se por esta concepção de migração, que será analisada a partir de uma determinada área de origem e de destino.

Inicialmente, cabem algumas considerações sobre a forma como entendo origem e destino.

Em primeiro lugar, estas duas categorias não são entendidas como polos de atração e expulsão, como duas realidades estanques, uma em oposição à outra, cada qual com sua própria dinâmica. A noção de expulsão não apreende o movimento, ou seja, o processo que libera mão-de-obra pode, ao mesmo tempo, reabsorvê-la em outras condições. O mesmo acontece com os fatores de atração: os locais de destino podem ser, ao mesmo tempo, locais de origem de outros fluxos migratórios. Em segundo lugar, os termos origem e destino não são tratados como pontos de saída e destino fixos. Os migrantes antes de se dirigirem à São Paulo podem ter efetuado vários percursos e poderão efetuar outros depois de São Paulo.

Origem e destino são dois espaços sócio-econômicos privi

(2) Nesta linha também se incluem os seguintes autores: Lopes (1971, 1973, 1976); Berlinck(1974); Gonzales(1980); Montenegro(1979); Oliveira(1977); Saint, W. e Goldsmith, W. (E. Cebrap 25); Vargas (sem data).

legiados aqui por serem palcos concretos da reserva de força de trabalho nacional, que se reproduz e se movimenta nos espaços socialmente definidos pelo capital. O migrante não abandona a origem para se integrar no destino. Ao contrário, a migração representa um ponto de contato permanente entre um e outro (no caso presente entre Paraíba e São Paulo). Origem e destino são, portanto, espaços sócio-econômicos da movimentação mais ampla da força de trabalho. As múltiplas migrações não são apenas um fenômeno rural, mas parte integrante da unificação do mercado de trabalho nacional, que desrespeita tanto as categorias urbano e rural, como as divisões regionais no Brasil (Martine, Julho de 1982, pg. 2).

Tomei uma determinada área de origem e de destino não para privilegiar o trajeto em si, mas para entender como se processa a migração nestes dois espaços sócio-econômicos. Trata-se, portanto, de entender as condições de sobrevivência dos trabalhadores, em ambos os espaços sócio-econômicos.

Contudo, os trabalhadores não sobrevivem individualmente, mas na família. Esta é, portanto, a unidade básica de análise. Entendo família como:

"Uma unidade social que se realiza concretamente dentro de uma situação de classe onde, do ponto de vista de seus membros, a organização e ação da família está voltada para a busca das condições de sobrevivência e, de um ponto de vista mais amplo, sua ação está voltada para a reprodução da força de trabalho em seus aspectos materiais e ideológicos" (Faus to Neto, 1982, pg. 10).

A opção pelo estudo de dois espaços sócio-econômicos (campo e cidade) - definidos por áreas determinadas de origem e destino - deve-se, de um lado, à própria especificidade de um estudo de caso, que permite verificar, concretamente, as determinações do capitalismo sobre as condições de sobrevivência dos trabalhadores e, de outro, permite entender as formas específicas como o capital reproduz a força de trabalho nestes dois espaços sócio-econômicos.

No campo, o trabalhador se reproduz na família não apenas enquanto unidade de reprodução, mas também enquanto unida

de produção. Reproduzem-se, portanto, em unidades de produção familiar.

Estas unidades, segundo Graziano da Silva (1980), caracterizam-se pelos seguintes aspectos:

"a) Utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles; c) produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para o autoconsumo, seja produzindo (alimentos ou outras mercadorias) para venda; d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria". (pg. 3). *na busca do ef...*

As unidades de produção familiar na área de origem são representadas pelos pequenos proprietários, moradores e rendeiros.

Na cidade, o trabalhador está completamente expropriado, sendo sua reprodução assegurada mediante a venda da força de trabalho. Ele se prepara "normalmente" a ser um assalariado. *Também no campo??*

A migração do campo para a cidade e da cidade para o campo é um processo que se determina nestas formas específicas de reprodução dos trabalhadores. Neste sentido, a migração será analisada, aqui, a partir das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade. Trata-se de verificar as repercussões deste processo sobre as condições de vida e trabalho das unidades de produção familiar, no campo, e dos trabalhadores assalariados, na cidade. ←

O desenvolvimento do capitalismo, no campo, pauperiza os pequenos proprietários, moradores e rendeiros, obrigando-os a diversas atividades complementares, sendo uma das mais importantes o assalariamento temporário nas grandes propriedades. As possibilidades de emprego no dado local de origem são restritas em comparação com outras existentes em outros espaços sócio-econômicos, no caso, na cidade (Grande São Paulo). Daí, a migração ser uma estratégia regularmente utilizada pelos trabalhadores do campo. ←

A migração, como um processo determinado pelo desenvolvimento do capitalismo, permite que o exército industrial de re

serva seja, permanentemente, mobilizado. No entanto, quem via biliza esta movimentação é a família, que busca sua sobrevivência nos espaços sócio-econômicos gerados pelo movimento do ca pital.

A nível de família, a migração é determinada pelas condições objetivas e pelo momento do ciclo de vida dos seus membros, definindo quais membros da família são mais propensos a migrar. Assim, para a família, a migração tem antes de tudo um caráter de estratégia de sobrevivência. Enquanto ela busca a sua sobrevivência, ela se dispõe enquanto força de trabalho para o capital.

É importante precisar a compreensão dada à "sobrevivên cia" neste trabalho. Há duas considerações a fazer. A primeira é que a sobrevivência expressa a própria reprodução dos trabalhadores. Neste sentido com a expressão sobrevivência, estou me referindo ao conjunto de bens exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a família.⁽³⁾ Em segundo lugar entendo que sobrevivência expressa níveis de vida socialmente determinados e não sobrevivência em termos meramente fisiolôgicos do homem e de sua família.⁽⁴⁾

Como neste estudo estou tratando de sobrevivência dos trabalhadores que no campo se mantem através do acesso aos meios de produção e na cidade vendem a força de trabalho por um salário, trata-se de verificar em que medida estas relações de trabalho permitem que a família alcance estes níveis socialmente determinados, seja no que tange às necessidades básicas de sobrevivência, seja quanto às necessidades culturais, sociais, espirituais.⁽⁵⁾

(3) Família nos termos definidos anteriormente, enquanto unidade que busca manter e perpetuar a espécie humana e ao mesmo tempo mantém e reproduz a força de trabalho.

(4) A discussão teórica sobre a determinação destes níveis se situa no campo dos estudos de reprodução da força de trabalho. Não se trata aqui de fazer uma análise crítica de tais estudos, mas de incorporá-los à análise na medida em que ajudam a compreender, numa dimensão mais ampla, as condições de sobrevivência dos trabalhadores do campo e da cidade. Citaria como exemplos destes estudos os de Singer (1977); Meillassoux (1977); Salama(1983); Barbosa (1984); Souza (E.Cebrap 25).

(5) Estas necessidades estão estreitamente ligadas ao próprio

A necessidade de outras atividades complementares denuncia que a sobrevivência da família nestas relações se dá em níveis abaixo daqueles socialmente determinados.⁽⁶⁾

Os trabalhadores ao migrarem buscam melhores condições de vida para responder a três necessidades que lhes são socialmente colocadas: garantir a sua própria reprodução na cidade, ajudar a família na origem e formar um pecúlio que permitisse a fixação na cidade ou retornar à origem e nela se fixar.

A família segmentada entre campo e cidade reflete e revela dois aspectos. O primeiro é o de que o capital se apóia nesta instituição para permitir a reprodução da força de trabalho. No entanto, o que lhe interessa é a força de trabalho gerada na família. O espaço de reprodução desta não se restringe à sua localização geográfica, mas se situa nos espaços sócio-econômicos determinados pelo capital. O segundo aspecto é o de que, por se tratar de unidades de produção familiar, a migração para a cidade mostra que a reprodução destas unidades não se limita ao seu espaço sócio-econômico, mas se situa nos espaços sócio-econômicos determinados pelo capital. No caso, a sobrevivência daquelas unidades realiza-se com a complementação do trabalho assalariado, desempenhado por alguns membros da família.

Na cidade, as condições de sobrevivência dos trabalhadores assalariados - via de regra - não permitem que eles se reproduzam apenas enquanto tal. Em primeiro lugar porque os baixos salários obriga a família a se utilizar de diversas estratégias. E, também em segundo lugar porque este trabalhador é per

custo de reprodução da força de trabalho, que segundo Barbosa (1983) comporta dois elementos: "um físico, ligado ao aspecto da subsistência do trabalhador e sua família, e um histórico e social vinculado ao padrão em que essa reprodução se faz considerando-se não só o estágio de desenvolvimento das forças produtivas mas as relações políticas entre as classes sociais que representam o capital e o trabalho". (pg. 2).

(6) A literatura que trata sobre a reprodução das pequenas unidades de produção no campo mostra com quase unanimidade que, como estas unidades existem no espaço do modo de produção capitalista, elas, em geral, não tem condições plenas de reprodução (aqui em duplo sentido: reprodução en

manentemente submetido ao desemprego, obrigando-o ao subemprego. Estas condições precárias de sobrevivência dos trabalhadores migrantes - aqueles trabalhadores que ainda têm ligação com a origem - faz com que estes migrem para o campo, também como uma estratégia de sobrevivência. Em geral, têm como expectativa "*trabalhar por conta própria*" - condição que lhes permitiriam melhores condições de vida. No campo, são submetidos às mesmas condições de reprodução que determinaram a sua migração para a cidade. E neste momento, recomeça a análise inicial desenvolvida no presente estudo: a migração do campo para a cidade.

quanto trabalhadores e reprodução dos meios de produção que lhes garanta a continuidade de sua condição de trabalho na agricultura), necessitando, regularmente, de utilizar outras atividades complementares. Citaría como exemplos os estudos de: Bianchi (1980); Graziano (1980); Graziano (1982); Gonzales (1980); Garcia (s/data).

De outro lado na literatura sobre as condições de reprodução da força de trabalho assalariada, vários estudos têm analisado a importância de atividades como os "bicos", o trabalho doméstico, etc. no rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. Citaría como exemplo o estudo de Fausto Neto (1982) e Barbosa (1982).

2. Metodologia

Inicialmente vale esclarecer que o universo empírico do presente estudo – a escolha das áreas de origem e destino – e da população pesquisada: – os migrantes e suas famílias no campo – deveu-se tanto à experiência prática com migrantes paraibanos em São Paulo quanto à oportunidade que tive de cursar o Mestrado de Sociologia Rural na Universidade Federal da Paraíba, "Campus" de Campina Grande. Sem esta "casualidade do destino", confesso que teria sido muito mais difícil ter realizado esta pesquisa.

2.1 - Caracterização dos municípios estudados

Os municípios de origem (campo) – Bonito de Santa Fé e São José de Piranhas – localizam-se na microrregião do Sertão de Cajazeiras, no Estado da Paraíba. (Veja mapa-Anexo I). Bonito de Santa Fé foi criado em 15.11.1938, desmembrando-se de São José de Piranhas. São José de Piranhas foi criado em 24.09.1885, desmembrando-se de Cajazeiras.

Bonito de Santa Fé tem uma área de 211 km², representando 3,80% da área da microrregião e 0,37% da área do Estado. Dista 534 km da capital do Estado e 70 km de Cajazeiras, município com que tem mais relacionamento. Sua população é de 7.748 habitantes. Limita-se ao norte com Monte Horebe e Serra Grande; ao sul com Conceição e Mauriti, Estado do Ceará; a leste com São José de Caiana; a oeste com Diamante. Fica a uma altitude de 575 m, constituindo-se num dos locais mais elevados do Estado. Apesar disto, a maior parte dos terrenos apresenta ondulações, prestando-se, todavia, à exploração agropecuária. É cortado por vários rios; Piranhas, Pau d'Arco, Pereiros e Bartolomeu, todos periódicos. Vale salientar que o Rio Piranhas nasce neste município, na Serra da Arara, tomando a direção norte do Estado. Apresenta um índice de precipitação pluviométrica anual de 1043,1 mm³ distribuídos principalmente nos meses de janeiro a maio, e em menor grau de outubro a dezembro.

São José de Piranhas apresenta uma área de 649 km², representando 11,65% da área da microrregião e 1,15% da área do Estado. Dista 496 km da capital do Estado e 32 km de Cajazeiras, município com o qual tem maior relacionamento. Sua população é de 18.027 habitantes. Apresenta um índice anual de precipitação pluviométrica de 873,3 mm³, distribuídos, principalmente, nos meses

de janeiro a maio e, em menor grau, nos meses de outubro a novembro.

Para estudo da área de destino (cidade), tomei os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, que estão situados na região da Grande São Paulo (v. mapa - Anexo II).

Santo André tem uma área de 159 km^2 , com uma densidade demográfica de $3476,71 \text{ habitantes/km}^2$. Sua população é de 553.077 habitantes, sendo que 136.416 são procedentes de outros Estados do Brasil, representando 24,7% da população total. Dos 136.416 migrantes, 65.238 são procedentes do Nordeste, representando 48% da população migrante procedente de outros Estados. Os migrantes procedentes da Paraíba são em número de 4.152, representando 6,4% do total de migrantes procedentes do Nordeste. ⁽⁷⁾

São Bernardo do Campo tem uma área de 319 km^2 , com uma densidade demográfica de $1.334,73 \text{ habitantes/km}^2$. Sua população é de 425.611 habitantes, sendo que 139.162 são procedentes de outros Estados do Brasil, representando 32,7% da população total. Dos 139.162 migrantes, 70.632 são procedentes do Nordeste, representando 50,8% da população migrante procedente de outros estados. Os migrantes procedentes da Paraíba são 7.917, representando 11,2% dos migrantes procedentes do Nordeste. ⁽⁷⁾ Segundo o Banco de Dados ⁽⁸⁾ da Prefeitura Municipal, em 1981 o crescimento populacional de São Bernardo do Campo foi de 6,52%, sendo 44% devido ao crescimento vegetativo e 56% devido ao crescimento migratório. Isto equivale a uma chegada de aproximadamente 11 famílias de quatro pessoas por dia.

São Caetano do Sul tem uma área de 24 km^2 , com uma densidade demográfica de $6.792,22 \text{ habitantes/km}^2$. Sua população é de 163.086 em 1980, sendo que 33.874 são procedentes de outros Estados, o que representa 20,8% da população total. Dos 33.874

(7) Fonte: Censo Demográfico - Dados gerais - migração - instrução - fecundidade - mortalidade - IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Vol. 1 Tomo 4 nº 19.

(8) Compêndio Estatístico. Banco de Dados. Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo. Secretaria de Planejamento e Economia. Departamento de Estatística. 1982.

migrantes, 16.060 são procedentes do Nordeste, representando 47,4% dos migrantes procedentes de outros Estados. Os migrantes procedentes da Paraíba são 3.139 e representam 19,5% dos migrantes procedentes do Nordeste.

2.2 - Critério de escolha da população e técnicas de pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas fases. A primeira até a elaboração do projeto de tese e a segunda após este.

1.^a Fase: Esta se constituiu de quatro etapas, sendo três na Paraíba e uma em São Paulo.

1.^a Etapa:

Nos contatos que tive com os migrantes em São Paulo, obtive o endereço de seus familiares na Paraíba. Através destes, tive o primeiro contato com os municípios de origem, em abril de 1982. A primeira etapa nos municípios da Paraíba teve como objetivo o conhecimento inicial das condições gerais de vida dos trabalhadores rurais daquele município; por isto não houve preocupação em direcionar as entrevistas, especificamente, para a questão da migração. Utilizei basicamente, como técnica, conversas informais e fiz, esporadicamente, algumas anotações. As primeiras famílias que entrevistei indicaram outras e, assim, sucessivamente. O contato com o entrevistado, sempre mediado por um amigo ou parente, foi fundamental para estabelecer uma relação de confiança. Contatei vinte e cinco trabalhadores, abrangendo as diferentes categorias: pequenos proprietários, moradores, rendeiros, assalariados. Alguns destes trabalhadores tinham filhos ou irmãos em São Paulo e informaram o endereço.

2.^a Etapa:

Foi processada em agosto de 1982, nos municípios da Paraíba. Desta vez, já em poder de um esboço inicial das relações de produção, tinha como preocupação centralizar as entrevistas nas famílias com filhos ou irmãos em São Paulo. O critério de seleção destas famílias levou em consideração as diferentes categorias de trabalhadores: pequenos proprietários, moradores e ren

deiros e, também, os diversos locais dos municípios, de modo a não centralizar apenas em uma localidade. As famílias selecionadas se originaram de indicações de amigos, parentes e outras pessoas que ajudaram a localizar nos municípios estas diferentes categorias de trabalhadores. Nesta etapa, foram realizadas quinze entrevistas, no decorrer das quais obtive endereço de familiares em São Paulo.

3ª Etapa:

Realizou-se nos municípios de São Paulo, nos meses de janeiro e fevereiro de 1983. A escolha da população se baseou em três critérios:

- 1) migrantes cuja família já havia sido entrevistada na Paraíba. Ao me identificar, dizendo que tinha estado com os parentes na Paraíba, gerava-se, na maioria das vezes, um clima descontraído, de confiança. O fato de ser paulista e estar morando, no momento, na Paraíba foi um elemento de identificação entre nós e provocava, não raro, uma discussão comparando a vida na Paraíba e em São Paulo. Estes migrantes indicaram outros, procedentes dos mesmos municípios;
- 2) migrantes residentes numa favela em Santo André, local onde tive uma experiência prática em 1980 e de onde surgiu o interesse por estudar migrações internas;
- 3) migrantes indicados por outros residentes em São Paulo (migrantes dos itens 1 e 2 acima).

Estes três critérios definiram uma amostra que abrangeu migrantes residentes nos três municípios da grande São Paulo. Eles se distribuem nos seguintes bairros e/ou favelas:

- Município de Santo André: favela de formação recente denominada "Favela da Marginal Taioba"; um bairro de periferia - "Sacadura Cabral" - onde muitos migrantes paraibanos mais antigos (décadas de 50/60) compraram terreno.

- Município de São Bernardo do Campo: "Batisttini", bairro de periferia de formação recente, onde os aluguéis são inferiores à outros bairros mais próximos ao centro da cidade.

- Município de São Caetano do Sul: Bairro São José, tradicionalmente conhecido no município como o "bairro dos nordestinos", com uma expressiva concentração de migrantes paraibanos. Esta concentração teve origem numa pensão existente no bairro, que foi instalada em 1950 por um migrante proveniente de São José de Piranhas (hoje já falecido, a pensão é atualmente administrada pela esposa). A pensão representava o ponto central de referência dos migrantes mais antigos. Com a intensidade da migração, ela passou a ser substituída, em boa parte, pelo apoio dos familiares já residentes em São Paulo. Este bairro contém a história migratória nordestina de cinco décadas: 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 em curso. Apenas alguns migrantes mais antigos possuem propriedade. A maioria reside em cortiços.

As primeiras entrevistas não foram gravadas, pois temia a inibição do entrevistado. Mas dada a riqueza das informações e a impossibilidade de registrá-las, resolvi tentar a experiência de gravação. Tamanha foi minha surpresa, quando vi que esta técnica possibilitava uma interação e descontração muito maior do que as anotações escritas. A partir deste momento todas as entrevistas foram gravadas em fitas cassette.

4.^a Etapa:

Foi realizada nos municípios da Paraíba, em março de 1983. Entrevistei, pela segunda vez, as famílias da primeira e segunda etapas e outras famílias, cujos endereços foram obtidos através dos filhos residentes em São Paulo. Neste reencontro das famílias e no conhecimento inicial de outras foi muito gratificante o carinho, a satisfação com que me recebiam. Ficavam contentes em saber que tinha estado com os filhos e imediatamente já perguntavam por notícias de São Paulo.

Paralelamente, durante a realização da primeira fase da pesquisa empírica, procedi ao levantamento bibliográfico do tema e das áreas em estudo. O estudo desta bibliografia constituiu-se de um esforço em articular as descobertas do empírico num determinado referencial teórico. Isto culminou na formulação do objeto de estudo, esboçado no projeto de tese.

2.^a Fase: Esta compreendeu duas etapas: a primeira nos municípios da Paraíba entre setembro de 1983 e março de 1984, em qua

tro viagens: setembro - 10 dias; outubro - 10 dias; novembro - 7 dias; março - 10 dias. A segunda etapa realizou-se em São Paulo nos meses de Julho e Agosto. A maioria da população envolvida na segunda fase já havia participado da primeira fase.

1ª Etapa:

O desenvolvimento da pesquisa abrangeu dois tipos de fonte: primárias e secundárias.⁽⁹⁾

Fontes Primárias: a primeira fase da pesquisa definiu o critério de escolha da população e as técnicas a utilizar. A técnica utilizada foi, basicamente, a entrevista que, segundo Thiollent (1980), se diferencia do questionário, por seu caráter de abertura:

"o questionário se caracteriza pelo grande número de pessoas e fechamento das perguntas, e a entrevista se caracteriza pelo pequeno número de pessoas e grande abertura das perguntas para maior profundidade". (pg. 33).

O tipo de entrevista utilizado é o definido por Thiollent (1980) como semi-estruturada: aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas (pg. 35).

A representatividade da amostra não se baseou em critérios quantitativos, mas em uma representatividade social, isto é, o número de entrevistas se definiu quando o conjunto de informações permitiam uma representatividade do objeto em questão.

A população pesquisada se dividia entre campo e cidade, porém, como o processo migratório tem suas raízes no campo, o critério de escolha da população partiu do campo. Entrevistei trinta famílias com migrantes em São Paulo:

pequenos proprietários:	15
moradores:	08
rendeiros:	07
T o t a l	30

As entrevistas foram realizadas com o chefe da família,

(9) Por fonte primária entendo as informações obtidas diretamente com os agentes envolvidos e por fonte secundária, aqueles dados retirados de fontes que já trabalharam dados primários, como é o caso dos dados estatísticos de âmbito mais

mas em alguns casos, também, participaram, conjuntamente, a mulher, filhos casados e solteiros.

Além de famílias com migrantes foram selecionadas, para efeito de comparação, famílias sem migrantes: duas de pequenos proprietários, uma de morador e uma de rendeiro.

Os pequenos proprietários, moradores e rendeiros se defrontam no processo produtivo com os grandes proprietários de terra; por isto era fundamental entender, também, a partir destes agentes, as condições de sobrevivência dos trabalhadores no campo.

Os grandes proprietários, por sua vez, se diferenciam entre si; alguns mantêm a atividade agropecuária com o mínimo de investimento de capital, outros estão num processo intensivo de capitalização. Foram realizadas cinco entrevistas, procurando abranger estas especificidades.

Além dos grandes proprietários também foram entrevistados os técnicos da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e os Presidentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos dois municípios da Paraíba.

Fontes Secundárias: efetuei um levantamento de dados secundários no I.B.G.E. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). Tentei obter dados de crédito rural no Banco do Brasil, mas, segundo a alegação do Gerente, "estes dados são reservados a entidades oficiais que tenham convênio com o Banco do Brasil".

2.ª Etapa: Fonte Primária

A localização e escolha dos migrantes em São Paulo seguiu o mesmo critério descrito na primeira fase da pesquisa. Foram entrevistados os filhos das trinta famílias entrevistadas na Paraíba. Procurei, na medida do possível, entrevistar o filho mais velho ou o primeiro a migrar; no entanto, este não foi o único critério. Em alguns casos, os filhos foram entrevistados conjuntamente; noutros, alguns filhos, e, algumas vezes, apenas um filho. O importante é que, em qualquer dos casos, a unidade de pesquisa foi a família. Assim, mesmo que apenas um filho fosse entrevistado, foi verificado o histórico migratório, a situação de trabalho e moradia de todos os filhos que migraram para São Paulo, residindo ou não naquele momento.

A amostra de trinta famílias englobou um total de 113 migrantes, assim distribuídos:

Casados: 67. Solteiros: 46. Mulheres: 40. Homens: 73

<u>I d a d e</u>						
<u>18-20</u>	<u>21-25</u>	<u>26-30</u>	<u>31-35</u>	<u>36-40</u>	<u>41-45</u>	<u>Total</u>
16	32	25	17	17	06	113

Ano da primeira migração para São Paulo:

<u>1965-67</u>	<u>68-70</u>	<u>71-73</u>	<u>74-77</u>	<u>78-80</u>	<u>81-84</u>	<u>Total</u>
07	12	24	19	31	20	113

Fontes Secundárias: como a pesquisa em São Paulo baseou-se, fundamentalmente, em entrevistas exaustivas com migrantes, os dados secundários utilizados foram retirados de outros estudos.

O acompanhamento durante dois anos das famílias possibilitou verificar algumas modificações no tempo, destacando-se as do próprio processo migratório. Alguns migrantes voltaram para a Paraíba; outros foram para São Paulo; alguns migraram para outros lugares. Outros no espaço entre uma entrevista e outra já haviam realizado três, quatro migrações.

As entrevistas no campo e na cidade permitiram um conhecimento direto das condições de vida, permitindo checar informações, mas ainda descobrir, não raras vezes, outras conotações que o conhecimento de apenas um dos lados não propiciaria.

O caminho percorrido para escolha da população, através dos laços pessoais, de amizade ou de parentesco, e a volta por várias vezes, na mesma família, permitiram um entrosamento estreito entre entrevistado e entrevistador. Em algumas ocasiões, principalmente nos povoados (pequena concentração de casas na zona rural), a entrevista que era individual ou da família se tornava coletiva. Outras pessoas da comunidade se juntavam em torno do entrevistado, e começavam, espontaneamente, a dar opiniões. Procurei, na medida do possível, incorporar estas contribuições, considerando sempre a categoria e idade do declarante.

Em algumas situações, o momento da entrevista se revelou para o entrevistado como uma descoberta de sua situação real de vida. Um dos entrevistados no início da entrevista dizia que era anal^ufabeto, não sabia responder nada, mas no decorrer da mesma, foi se entusiasmando e a um certo ponto disse: "eu pensei que não sabia nada; tem coisa que a sra. pergunta que eu nunca tinha pensado e nem sabia, agora já tô sabendo". No final da entre^uvista pedi desculpas pela demora e ele disse: "Oxente, foi bom demais, foi uma brincadeira, uma lição, eu aprendi muita coisa hoje".

As entrevistas no campo e na cidade deram um total de 68 fitas cassette de uma hora de duração, as quais foram transcri^utas integralmente. Além disto foi preenchido um questionário pa^ura cada família no campo, contendo dados mais objetivos, tais como: tamanho da propriedade, recursos da propriedade, produ^ução, animais, utilização de equipamentos, insumos, produção, etc. Com os migrantes em São Paulo, foi também feito um ques^utionário contendo dados de empregos, idade, sexo, orçamento fa^umiliar, habitação, histórico migratório, relatando as várias mi^ugrações, etc.

Como conclusão desta parte sobre metodologia, gostaria de tecer algumas considerações. Um aspecto fundamental é que a pes^uquisa não partiu da escolha de uma determinada metodologia, mas esta foi se afinando, construindo no próprio desenvolvimento da pesquisa. Isto é, ela foi se definindo no processo de articu^ulação entre o empírico e o teórico.

Este caminho adotado permitiu ver a relevância de um estu^udo de caso como recurso metodológico, que permite, ao buscar a especificidade, analisar com mais profundidade as determinações mais gerais do desenvolvimento capitalista.

Os relatos das famílias são uma representação fragmentada e parcial da realidade, mas ao serem apresentados de forma arti^uculada com o referencial teórico e histórico das regiões em es^utudo, passaram a constituir uma forma de expressão do processo social em questão. Nesta articulação fui percebendo que os as^upectos ideológicos, tais como a visão, as expectativas, os so^unhos do trabalhador se mesclam aos aspectos econômicos, sociais, de forma que é esta combinação que permite entender a submissão do trabalhador às determinações do capital. Em outros termos, eu diria que o capital não é uma entidade abstrata, mas é uma

relação social de produção e enquanto tal tem vida, se personi
fica em agentes sociais, que se confrontam para viabilizar o
processo de acumulação capitalista. A perspectiva do presente
trabalho é buscar num dos agentes sociais - o trabalhador (no
campo e na cidade) - a vivência deste confronto de classe.

• Como avaliação final do processo de pesquisa adotado nes
te trabalho, gostaria, ainda, de salientar dois aspectos. O pri
meiro é que a preocupação de compreender as informações empíri
cas num determinado referencial teórico fez com que uma série
de relatos, a meu ver extremamente expressivos, que por si sô
constituem uma fonte de interpretação da realidade, não fosse
incluída no trabalho. Neste sentido, vejo que a análise sócio
-linguística do discurso dos agentes sociais é uma perspectiva
de pesquisa interessante e que pode contribuir muito para a
compreensão dos fenômenos sociais. O segundo é que a pesquisa
forneceu informações ricas e interessantes (tais como o papel
da migração no avanço da consciência de classe, o engajamento
do migrante nos movimentos sociais e sindicais na cidade, etc.),
que não puderam ser incluídas no presente estudo, pois implica
ria desviar do meu objeto de estudo. Por isto, estas informações
ficam para utilização posterior.

CAPÍTULO I

O SISTEMA PRODUTIVO DOMINANTE NA REGIÃO DE ORIGEM: SERTÃO DA PARAÍBA

Neste capítulo pretendo analisar as condições de existência dos indivíduos na região de origem. Estes, para garantir as suas próprias vidas, precisam atuar sobre a natureza e dela retirar o que necessitam. Nesta atuação os indivíduos estabelecem determinadas relações entre si. É a interligação entre a forma como os homens atuam sobre a natureza e a relação que mantêm entre si que denomino aqui de sistema produtivo.

Nos municípios estudados o sistema produtivo é o mesmo vigente no Sertão da Paraíba, como em boa parte do sertão do Nordeste. Ele constitui o que chamarei daqui em diante de "sistema tradicional". Segundo Grabois (1980) este sistema é

"difundido em todo sertão da Paraíba, é uma policultura ao mesmo tempo comercial e de subsistência. As culturas consorciadas são o algodão arbóreo mocô, o milho e o feijão de corda ou macassar. Caracteriza-se, nitidamente, como um sistema extensivo: pratica-se a rotação de terras, é pequeno o investimento de capital, é a mão-de-obra pouco numerosa em relação à área cultivada e são baixos os rendimentos por hectare, tanto nas lavouras de subsistência quanto na cultura do algodão. Supõe uma associação, ainda que rudimentar, com a pecuária". (pg. 2).

Este sistema tem suas raízes na história da ocupação do sertão, intimamente ligada à história da interiorização do gado. A pecuária, antes de penetrar sertão adentro, era uma atividade secundária à agricultura da cana-de-açúcar. Com a valorização desta cultura, o gado vai sendo empurrado para o interior, constituindo-se no fator fundamental do povoamento do sertão.

Este processo se:

"Estende do último quartel do século XVII, aos começos do século XIX, época em que a economia nordestina sofre um lento processo de atrofiamento e a população excedente da economia açucareira se desloca para a fronteira móvel do interior criatório." (Assumpção Alves, 1979, pg. 19). (1)

Dada a disponibilidade de terra, o sistema de criação do gado era extensivo, com utilização plena do fator abundante terra. Dispensava, desta forma, a utilização de capital em instalações, alimentação e também a utilização de muita força de trabalho, já que um único vaqueiro podia cuidar de muitas cabeças de gado.

A criação extensiva e a utilização de pouca força de trabalho determinaram duas características bem marcantes da região: a concentração da propriedade da terra e a relação de trabalho baseada na partição ou sorte, já que não era possível um controle muito rígido da força de trabalho. (Alves, 1978, pg. 2).

O algodão como cultura comercial foi trazido ao Brasil pela Inglaterra, que tinha como principal fornecedor os Estados Unidos da América. Este, por ocasião da Guerra de Secessão teve sua produção altamente abalada e a Inglaterra tratou de acionar outros mercados, de forma a não prejudicar o processo de acumulação capitalista.

"As características edafo-climáticas do nordeste, especialmente do sertão, darão ótimas condições para a produção do algodão mocô ou seridô, que para alguns autores é planta nativa, e que tem boa produtividade e excelente fibra". (Alves, 1978, pg. 13).

A implantação do algodão deveria obedecer ao padrão de qualidade e preço imposto pela Inglaterra. Dois fatores foram importantes para atingir um baixo preço:

1) A implantação do algodão de forma consorciada à pecuária (a poda ou desbaste após a colheita sendo feita pelo pró

(1) Para aprofundamento desta questão, ver Andrade, Manuel C. A Terra e o Homem no Nordeste. 4ª ed., SP, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1980, pgs. 159/202.

prio gado, constituindo um excelente alimento para o mesmo, além de propiciar a criação de pastagem). Assim o algodão de tipo mocô é uma cultura que, além de permitir uma boa renda aos grandes proprietários, diminui os custos de manutenção do gado.

2) A utilização de uma relação de trabalho que permitisse o rebaixamento dos preços. A força de trabalho assalariada, segundo Alves (1978), era inconveniente, pois pressupõe dois elementos básicos: existência de um exército de reserva, o que não existe no Nordeste nesta etapa, e retorno do capital variável, quando da venda do produto no mercado, o que não é seguro, pois a fixação de preços do algodão não se dá pelo setor produtor, mas antes é imposto pelo capital internacional, nesta primeira fase e posteriormente pelas indústrias têxteis localizadas no Brasil. A relação de trabalho adequada seria aquela que permitisse ao proprietário não assumir o risco total do investimento na produção. A parceria é a mais interessante para o proprietário, na medida em que receberá livre 50% da produção; todos os adiantamentos de capital serão descontados dos outros 50% do parceiro. Assim, o custo de reprodução da força de trabalho estará mantido baixo, já que o parceiro planta consorciado com o algodão a lavoura de subsistência. Desta forma, boa parte dos riscos da produção é transferida para o parceiro e o proprietário auferirá seguramente o seu lucro, independentemente das flutuações de preços.

Em resumo, as relações de produção no Sertão⁽²⁾ estão representadas nesse sistema tradicional: 1) no processo de trabalho: como o homem faz a combinação entre terra e os instrumentos de trabalho para produzir determinados valores de uso, no caso principalmente algodão, milho, feijão e gado; 2) como os homens se relacionam no Sertão para produzir estes valores de uso. Aqui o elemento essencial que marca a posição dos homens no processo de trabalho é a propriedade dos meios de produção, no caso representado pelo meio de produção fundamental no sertão: a terra.

(2) Considero "sertão" e não apenas "municípios estudados", por ser um sistema produtivo característico de toda a região. Assim os municípios estudados estão compreendidos no sistema produtivo de toda a região. Quando tratar especificamente das mudanças no sistema produtivo, analisarei os municípios tomados como universo empírico destas mudanças.

"Uma decorrência desta concentração fundiária é o grande número de trabalhadores não proprietários que participam da produção como parceiros e assalariados. A figura do morador é uma realidade constante. A reprodução desta força de trabalho se realiza justamente nas grandes propriedades, originando-se das famílias de moradores. Desempenham, também, a esse respeito, papel importante as propriedades muito pequenas que expõem mão-de-obra assalariada ou de parceiros na medida em que se realiza o crescimento da família". (Grabois, 1980: 7/8).

O que se produz e como se produz é determinado de um lado pelas características naturais: solo, clima; culturais: hábitos de alimentação; econômicas: nível de desenvolvimento tecnológico, modos de produzir, equipamentos utilizados; e sociais: as relações nas quais os homens produzem como escravos, servos, trabalhadores livres. De outro lado, por exigência do setor que comandava o processo de acumulação capitalista na época no Brasil: num primeiro momento os senhores de engenho e num segundo momento (quando o sertão passa a representar o espaço sócio-econômico determinado pelas modificações da economia internacional) pela Inglaterra que demanda um certo produto: algodão. Tem-se, portanto, um certo tipo de produto adaptado ao sertão: o arbóreo; a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas: utilização extensiva da terra, com pouca utilização de capital constante e combinado de forma "sui generis" com a pecuária; e explorando um trabalhador de forma específica: o parceiro.

Todos estes fatores pensados e combinados para produzir o bem demandado, no nível de qualidade e preço imposto pela Inglaterra, país que na época comandava o processo de acumulação capitalista mundial.

A produção do algodão no sertão perdeu a sua importância no mercado mundial quando o Japão durante a I Guerra Mundial expandiu seu parque industrial têxtil, e em 1933 ocupava o primeiro lugar entre os exportadores de produtos de algodão, lugar até então ocupado pela Inglaterra. Da mesma forma que a Inglaterra, o Japão imprimirá uma política visando garantir mercados fornecedores de algodão e é com esta finalidade que em 1933, 23.150 japoneses migraram para o sul do Brasil (Assumpção Alves, 1979, pg. 86).

A produção de algodão em São Paulo é amplamente incentivada pelo Estado, dada a decadência da lavoura cafeeira. Assim a produção brasileira de algodão lança o Brasil no mercado internacional como um dos grandes fornecedores da fibra.

O algodão produzido no Nordeste na época da hegemonia inglesa no mercado mundial era de tipo mocô ou seridô, o qual se destinava à fabricação de tecidos finos e de boa qualidade. O tipo implantado em São Paulo era herbáceo, variedade produzida nos Estados Unidos da América.

"O algodoeiro herbáceo mostra um rendimento da ordem de 800 a 1000 kg por ha, isto é, de quatro a cinco vezes maior do que o do mocô".
(Grabois, 1980, pg. 33).

Outra inovação surgida na década de 30 são as fibras e fios sintéticos, que serão combinados com o algodão herbáceo para formar o fio misto (algodão sintético). Esta fibra artificial influenciou substancialmente as regiões produtoras de algodão, pois os países importadores de algodão passaram a ter maior poder de barganha, já que não dependiam totalmente da fibra natural.

São Paulo passou a representar o principal produtor de algodão para exportação, já que produzia o tipo herbáceo, adequado ao cruzamento com fio sintético.

Os efeitos destas transformações econômicas e tecnológicas não tardarão no Nordeste. O algodão deixa de ser o carro-chefe da economia do sertão em favor da pecuária. A perda da importância do algodão nordestino frente ao do Centro-Sul levou os grandes e em certa medida os médios proprietários a optarem pela atividade mais lucrativa: a pecuária.

Segundo Lira (1983), a pecuária apresenta maior flexibilidade por vários aspectos:

1) A nível do mercado é uma atividade segura, já que seu mercado comprador é basicamente interno em continua elasticidade.

2) É uma atividade adaptada à estrutura fundiária do sertão paraibano:

"É a atividade que melhor se adapta à utilização da terra como reserva de valor, com finalidade especulativa". (Lira, 1983, pgs. 86/7).

3) É, também, adaptada às variações climáticas do sertão. O Boi se alimenta da pastagem seca, dos restolhos das culturas de algodão, milho e feijão.

4) É uma atividade que admite diversos tipos de empresários:

"A pecuária admite tanto o produtor que Martins (1975: 41) chama de não empresário, que decide em função de motivos que são acidentalmente podem coincidir com motivos empresariais (com baixíssimos investimentos em insumos), devido a possibilidade da exploração extensiva, como também o empresário que organiza a produção, orientado pelas probabilidades de acréscimo do seu capital, com elevação do nível de tecnologia e produtividade". (Lira, 1983, pg. 86).

A opção pela pecuária nos municípios estudados pode ser observada pelo aumento do efetivo bovino. Em Bonito de Santa Fé, há uma evolução crescente do rebanho, que chega no seu ápice em 1978, com um aumento de 323,8% em relação à 1973 (Tabela 1). Entre 1978 e 1979 há uma diminuição considerável do efetivo, passando de 8129 para 5376 cabeças. Em 1980 volta a aumentar, mas em proporções menores que nos anos anteriores: passa de 5376 para 5766 cabeças (Tabela 1). Esta diminuição entre 1978 e 1979 é decorrência da seca, pois mesmo os grandes proprietários tem reduzido seu rebanho. Em São José de Piranhas, nota-se um crescimento gradativo de 1973 a 1980: 121,4% em 1980 em relação a 1973 (Tabela 1).

O sistema produtivo da pecuária pertence, fundamentalmente, ao sistema tradicional: consórcio do algodão com gado e cultura de subsistência. A agricultura no sistema tradicional está voltada essencialmente para viabilizar a pecuária, atividade principal.

"Olha a pecuária, ela dá mais receita, ela dá mais lucro, mas nós não podemos, na nossa região ela é agrícola, ela não é uma região própria para a pecuária. A agricultura dá mais despesas; a pecuária dá mais lucro. Aqui na nossa região o produtor não pode viver só com agricultura, nem só com pecuária. São a pecuária

ria ele não arranja o sustento da família".
(grande proprietário).

"Aqui nunca diminui a produção do algodão; não tem pecuária, sem algodão, e não tem algodão sem pecuária, e os dois conjuntos. Quem trabalha na terra — o algodão, o milho e o feijão trabalha com duas finalidades: uma de colher o milho e o feijão, e a outra de fazer a pastagem. Ele tá fazendo as duas coisas; a pastagem pro gado e o algodão, porque é a matéria prima (grande proprietário).

Há uma clara opção pela pecuária, mas a área plantada com algodão, milho e feijão continua aumentando. Vale salientar que foram tomados os dados de área plantada e produção, pois apenas os dados de produção mascarariam a realidade, já que a produtividade decaiu, em decorrência, entre outros fatores, da seca.

Em São José de Piranhas, entre os anos de 1970 a 1975, a produção de algodão arbóreo passa de 661 para 1986 toneladas, o que significa um crescimento de 200%. Entre 1975 a 1980, apesar da área plantada ter um crescimento de 56,5% a quantidade produzida aumenta apenas 3,0%; isto significa uma queda no nível de produtividade, que caiu de 165 kg/ha para 108 kg/ha. (3) Bonito de Santa Fé também apresenta um crescimento de 197% na quantidade produzida entre 1970 a 1975. Entre 1975 a 1980 há uma diminuição de 55% na área plantada e de 55% na quantidade produzida, mantendo-se, praticamente, a mesma taxa de produtividade. Apesar desta queda espantosa do algodão arbóreo, verifica-se que há um crescimento, ou melhor implantação em grande escala do algodão herbáceo, que passa de 0 ha em 1975 para 1340 ha em 1980. (4) (Tabela 2).

Além do aumento do algodão arbóreo na década de 1970 a 1980, também há crescimento das culturas de subsistência. O feijão em Bonito de Santa Fé, no período de 1975 a 1980, cresce 100,5% em área plantada, enquanto apenas 46% em quantidade produzida. Em São José de Piranhas, o mesmo produto em igual período cresce de 31,8% em área plantada, porém a quantidade produzida permanece a mesma. Portanto, em ambos os municípios nota-se

(3) O IBGE não computou o dado de área plantada para o período de 1970 a 1975, não sendo possível a comparação.

(4) Procurei na pesquisa empírica (com os próprios produtores entrevistados e técnicos da EMATER) confirmar este dado, porém parece não coincidir com a realidade. Em vista disto, levanto como hipótese a possibilidade do "verdão" ter sido classificado como herbáceo.

uma diminuição da produtividade. O milho em Bonito de Santa Fé tem um crescimento de 197,7% de área plantada, porém de apenas 42% de quantidade produzida; já em São José de Piranhas a área plantada cresce de 76,4%, enquanto que a quantidade produzida decresce de -26% (Tabela 2). A diminuição da produtividade é ligada, também, à expulsão das culturas de subsistência das áreas de vazantes, ocupadas, agora, por capim. O aumento da área plantada das culturas de subsistência, não significa que elas assumam prioridade na evolução agropecuária, mas antes que estas culturas fazem parte de um sistema visando à produção pecuária e neste sentido estão submetidas à sua expansão.

A queda da produtividade das culturas de algodão, milho e feijão é compreensível, já que 1980 é o segundo ano de seca. Todos os produtores entrevistados tiveram sua produção de algodão reduzida drasticamente nos anos de 1980, 1981, 1982 e 1983. Um pequeno proprietário produziu 100 arrobas de algodão em 1979 e 10 arrobas em cada ano de 1980 a 1983.

É importante ressaltar que a classificação do IBGE quanto ao algodão arbóreo abrange todas as variedades consideradas permanentes, ou seja, que produzem por mais de um ano. Nos municípios existem dois tipos de algodão arbóreo: 1) o Mocô: algodão original, introduzido no sertão, com duração de 7/8 anos. Comprimento da fibra: 35-40 mm. É mais adaptado às condições da região semi-árida, porém tem rendimento inferior ao herbáceo. Sua produtividade é de 120 kg/ha no primeiro ano e 200/250 kg/ha no 2º/3º anos. (Grabois: 1980, pg. 6). 2) Algodão verdão ou "rasga-letra"⁽⁵⁾ é uma variedade híbrida, que originou-se do cruzamento natural entre o mocô e o algodão herbáceo. Seu comprimento varia entre 26-40 cm e tem a duração de três anos. Sua produtividade é em torno de 400 kg/ha (segundo Técnico da EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural -- do município de Bonito de Santa Fé). Por ter sido um cruzamento originado na própria prática de cultivo e não fruto de pesquisas de melhoramento genético, apresenta inconvenientes, como desuniformidade das fibras, o que leva à sua desvalorização em termos de preço. Por este motivo a utilização desta variedade tem sido amplamente desestimulada pela EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Apesar do desestímulo, ela continua sendo planta

(5) Recebeu esta denominação, pois permitia rasgar a "letra" - crédito no Banco - mais facilmente, já que apresentava produtividade maior em relação ao mocô.

da, pois sua produtividade sendo superior à do mocó é preferida pelo agricultor. Em Bonito de Santa Fé em 1984 foram vendidos 1.000 kg de sementes de verdão (7 kg/ha) através de particulares (segundo informações do técnico da EMATER).

O verdão, no consórcio com a pecuária e com culturas alimentares, é praticamente igual ao mocó. Ele é normalmente cultivado consorciado com culturas de subsistência ou capim plantado. Assim esta variedade híbrida é, também como o mocó, uma forma de baratear os custos de reprodução da atividade pecuária, outro motivo de seu valor para o produtor.

O sistema de plantio do algodão arbóreo não sofreu modificações:

"O processo se inicia com o desmatamento ou broca. Consiste na derrubada das árvores e arbustos, o que é feito por meio da foice e do machado, quando se trata de mata ou capoeira mais antiga. Na derrubada das pequenas árvores e dos arbustos, em capoeiras recentes, a operação é feita simplesmente por meio da foice. Em seguida atea fogo, o que é chamado de queimada em "coivara" (quando se junta a lenha em montes). O passo seguinte é o destocamento, remoção do resto do tronco das árvores e arbustos, feito por meio de chibanca, uma espécie de picareta". (Grabois, 1980, pg. 3).

O destocamento é bastante trabalhoso, exigindo muitas horas de trabalho; por esta razão o sistema mais comum é o denominado "plantio nos tocos", ou seja as covas são abertas entre os tocos.

Sem eliminar o plantio do algodão mocó ou rasga-letra, há implantação do algodão herbáceo, que vem, nitidamente, modificar o sistema tradicional. Segundo Grabois esta variedade é:

"plantada há cerca de dez anos no Vale do Piranhas e do Rio do Peixe, aí se incluindo a região de Sousa e Cajazeiras. No entanto a maior expansão deste algodão data de 1979, quando o governo resolveu estimular seu cultivo". (Grabois: 27).

O herbáceo exige mudança das técnicas de cultivo: é plantado em "campos", fazem-se o destocamento e tombamento da terra, através de trator. O Estado direciona a implantação do herbáceo

dentro do processo tecnicamente recomendado, pois s \tilde{o} fornece cr \acute{e} dito quando as recomenda \tilde{c} o \tilde{e} s t \acute{e} cnicas s \tilde{a} o seguidas. Ao mesmo tempo incentiva a implanta \tilde{c} o \tilde{e} do herb \acute{a} ceo em detrimento do arb \acute{o} reo: o herb \acute{a} ceo em mar \tilde{c} o de 1984 recebia cr \acute{e} dito Cr\$..... 147.700,00 por ha e o arb \acute{o} reo recebia Cr\$ 30.700,00 por ha. Esta diferen \tilde{c} a \acute{e} justificada pelo Banco e t \acute{e} cnicos da EMATER com base na diferen \tilde{c} a de produtividade entre os dois. Na verdade representa um forte est \acute{i} mulo para o algod \tilde{a} o herb \acute{a} ceo. Este, al \acute{e} m de ser plantado em campos, \acute{e} muito mais suscept \acute{i} vel a pragas e doen \tilde{c} as do que o moc \acute{o} ou rasga-letra, exigindo permanentes pulveriza \tilde{c} o \tilde{e} s. Requer maior n \acute{u} mero de limpas - duas ou tr \acute{e} s vezes ao ano. Devido a estes cuidados especiais, o herb \acute{a} ceo exige maior trabalho humano que o moc \acute{o} . \acute{E} uma op \tilde{c} o \tilde{e} dirigida \tilde{a} produ \tilde{c} o \tilde{e} empresarial capitalista. As condi \tilde{c} o \tilde{e} s necess \acute{a} rias para o herb \acute{a} ceo excluem uma boa parte de produtores, principalmente os pequenos:

"o algod \tilde{a} o alho⁽⁶⁾ \acute{e} bom; \acute{e} bom assim pr \acute{a} quem tem condi \tilde{c} o \tilde{e} s, terra pr \acute{o} pria, motor pr \acute{a} \tilde{a} gua, pulverizar todo m \acute{e} s, a n \tilde{a} o ser n \tilde{a} o adianta. Nem todo mundo vai ter condi \tilde{c} o \tilde{e} s, nem todo mundo tem terra pr \acute{o} pria, terra pr \acute{o} pria \acute{e} o baixio e o carrasco bom, carrasco ru \acute{i} m n \tilde{a} o se pode plantar algod \tilde{a} o deste. Precisa de terre no plano pr \acute{a} arada. Ainda tem mais, que este menino (refere-se ao t \acute{e} cnico da EMATER) j \acute{a} arranjou um adubo, quando o algod \tilde{a} o come \tilde{c} ar a abrir, tem um adubo pr \acute{a} botar, sen \tilde{a} o n \tilde{a} o presta". (pequeno propriet \acute{a} rio).

"S \tilde{a} o quem tem propriedade boa, o governo fornece dinheiro, porque quem n \tilde{a} o \acute{e} propriet \acute{a} rio, o governo n \tilde{a} o fornece dinheiro; eles fornecem no Banco, pr \acute{a} comprar motor, m \acute{a} quina, quem tem condi \tilde{c} o \tilde{e} , pr \acute{a} fazer irriga \tilde{c} o \tilde{e} ". (pequeno propriet \acute{a} rio).

O algod \tilde{a} o herb \acute{a} ceo, por ser de pequeno porte e de grande densidade de cultivo, n \tilde{a} o admite o cons \acute{o} rcio tal como \acute{e} feito na cultura do moc \acute{o} , devido \tilde{a} competi \tilde{c} o \tilde{e} em busca da luz e dos nutrientes. Esta caracter \acute{i} stica dificulta a sua implanta \tilde{c} o \tilde{e} tanto por pequenos propriet \acute{a} rios, que por possu \acute{i} rem terra insuficiente n \tilde{a} o conseguem praticar culturas isoladas, quanto por grandes propriet \acute{a} rios que est \tilde{a} o interessados na agricultura apenas como forma de viabilizar a pecu \acute{a} ria. Com o herb \acute{a} ceo eles n \tilde{a} o obt \tilde{e} m o mesmo alimento, proporcionado pelo moc \acute{o} , para o ga

(6) ALHO: corrutela de Allen, variedade do algod \tilde{a} o herb \acute{a} ceo (segundo declarou o t \acute{e} cnico da EMATER).

do, o que não lhes é muito interessante.

"O algodão é a base da nossa agricultura no sertão; é a nossa divisa; é o nosso meio de pegar em dinheiro mais fácil. O nosso algodão aqui é muito bom; é procurado pelo comércio por um bom preço. O algodão alho tá sendo plantado há pouco tempo aqui na nossa região; é um algodão que exige mais cuidado, exige mais despesas; os nossos terrenos também não são apropriados; é necessário um terreno mais ou menos plano; ele não pode ser consorciado, querendo ele pode ser irrigado; ele irrigado dá maior produção. Eu planto alho em pequena escala; eu prefiro mais o mocô, o mocô tem várias vantagens: o mocô neste período ele dá a safra e dá também a pastagem para o gado; tem a própria folha, o capim nativo e o capim plantado". (grande proprietário).

Este depoimento é muito elucidativo quanto à importância do algodão mocô como meio, sem dúvida, de auferir uma renda, mas também e, principalmente, como meio de baratear os custos de manutenção da pecuária.

Os grandes proprietários entrevistados tendem a implantar o herbáceo, com o objetivo de auferir uma renda, mas não deixam de plantar o mocô ou rasga-letra consorciado com a pecuária.

"O mocô pode consorciar com qualquer outra cultura, com capim, com feijão, com milho. o capim sempre dá pra consorciar com o algodão. Algumas sementes são perigosas⁽⁷⁾, mas o capim buffel pode plantar. Eu normalmente planto capim consorciado com algodão". (grande proprietário).

A implantação do herbáceo segundo as exigências técnicas é mais presente nas propriedades com terra suficiente e acesso aos recursos do Estado, como crédito de custeio, financiamento para motor-bomba, para pulverização e outros equipamentos que viabilizem o novo sistema produtivo.

Os pequenos proprietários sem recursos, entusiasmados pela produtividade que esta variedade apresenta, começam a implantá-la, mesmo sem seguir as normas técnicas. Alguns estão plantando "no toco", no mesmo sistema utilizado para o mocô; obtêm, sem dúvida (isto já é confirmado por experiências de ou

(7) Refere-se a algumas variedades de capim que crescem, prejudicando as culturas.

tros produtores) um nível de produtividade muito menor. O ano de 1984, com o retorno do inverno, após um período prolongado de cinco anos de seca, parece marcar uma implantação significativa do herbáceo em São José de Piranhas e um aumento da área plantada em Bonito de Santa Fé. Neste último município foram distribuídos 8.500 kg de sementes de herbáceo pela Cidagro e por particulares. A média é de 15 kg/ha, dando um total de 463 hectares implantados.

Em São José de Piranhas foram distribuídas 19.000 kg de sementes de algodão herbáceo (segundo informação do técnico da EMATER), dando uma média de 1.266 ha implantados.

O herbáceo representa uma nova opção na medida em que não ocupa uma posição secundária, como o mocó, em relação à pecuária. Os grandes proprietários pecuaristas ao optarem por sua implantação, terão que se dedicar igualmente à pecuária e à agricultura.

Ele pode representar uma real mudança no sistema produtivo vigente até então, exigindo maior adiantamento de capital, tanto constante quanto variável.

Não é apenas na implantação do algodão herbáceo que se verifica uma mudança no sistema produtivo. O crescimento da atividade pecuária também é acompanhado de sinais de mudança. Esta não transcorre de forma isolada nos municípios estudados, mas faz parte das transformações recentes da agropecuária nordestina, que tem como um dos traços fundamentais o crescimento desta atividade, acompanhada de modificações no sistema produtivo, conforme analisa Suarez (1982).

"Ao lado do efetivo de bovinos, aumenta concomitantemente a área destinada a pastagens plantadas, a indicar a direção desse processo de pecuarização - é a pecuária intensiva (...). Uma tal pecuária intensiva está por sua vez vinculada a um maior nível de capitalização dessa atividade, pela construção de benfeitorias na propriedade, como são os estábulos, cercas, etc.; pelo uso de insumos, e máquinas modernos, tudo isso viabilizado pela intermediação do Estado, através de linhas especiais de crédito, nas quais tem sido privilegiada a atividade pecuária". (pg. 41).

A capitalização da pecuária é sentida pelo progresso tec

nológico que segundo Graziano (1981) "funciona como o "viabilizador" da capitalização da agricultura, o que se traduz numa elevação da composição orgânica desse setor". (pg. 23).

A elevação da composição orgânica do capital se dá pelo maior dispêndio de capital constante. Atualmente a grande maioria dos criadores pratica o melhoramento da raça.

"A melhoria do plantel se deu com a introdução de gado holandês, gnr leiteiro e mais recentemente, o schwitz, disseminado por quase todo o sertão, se bem que de forma puntual". (Gra bois, 1980, pg. 27).

A capitalização é demonstrada também pelo aumento das pastagens plantadas. Em Bonito de Santa Fé em 1975, 32,1% das terras estavam ocupadas com lavouras; 19,0% com pastagem natural e 1,6% com pastagens plantadas; 27,2% com matas e florestas; 17,0% com terras em descanso e terras produtivas não utilizadas. (Tabela 3). Comparando a área de capim plantado com a área total de pastagem, observa-se que aquela representava 7,9% desta área. Os dados do Incra revelam uma importância muito maior da pastagem artificial em 1980: ela representava 26,8% da área total de pastagem (Tabela 4). Embora não disponha dos dados do IBGE para 1980, os dados do Incra provam que o aumento do capim e a proporção de área que ocupa em relação ao capim nativo é bastante significativo.

Em São José de Piranhas em 1975, 27,2% das terras eram ocupadas com lavouras, 22,2% com pastagem natural e 0,31% com pastagem plantada; 34,4% com matas e florestas. As pastagens plantadas significam apenas 1,4% da área total de pastagens (pastagem natural mais pastagem plantada). (Tabela 3). Isto demonstra que a mudança do sistema produtivo da pecuária em São José de Piranhas se dá em escala bem menor do que em Bonito de Santa Fé. Talvez daí venha a importância do algodão arbóreo.

Quanto à pastagem plantada, temos que destacar os tipos de capim implantados - de pisoteio e de corte - pois isto trará consequências nas condições de sobrevivência dos trabalhadores.

Existem, principalmente, dois tipos de capim: "buffel-grass", de pisoteio, que é plantado no sequeiro, muitas vezes implantado consorciado com algodão mocó ou rasga-letra. Ele vem competir com a área antes dedicada a culturas alimentares: mi

lho, feijão, fava, marcando a supremacia do gado sobre a agri
cultura.

"O "buffel-grass" adapta-se bem a uma ecologia de regiões secas, não necessitando irrigação e resistindo a estiagens prolongadas. É pouco exigente no que diz respeito às condições edáficas, dos tabuleiros e dos carrascos. Exige, como qualquer cultivo, aração e dragagem do solo, além de chuva fina para a germinação. O fato de ser planta ruderal rebrotando durante muitos anos sem replantio, constitui outra vantagem. Em contrapartida, depois de maduro, não tem boa palatabilidade e o gado o troca por qualquer pasto natural. A lotação é limitada, pois a média de utilização do pasto é de uma cabeça por ha e por mês, sendo muito prejudicado pelo pisoteio excessivo. Tem alto custo de implantação, pois são com as sementes, o gasto é de pouco mais de Cr\$ 500,00 por ha (1980), não se considerando as despesas de mão-de-obra, relativas à broca, aração, dragagem e plantio". (Grabois, 1980, pg. 31).

A implantação do buffel-grass acarreta mudanças no sistema produtivo. A seguir arrolarei aquelas que parecem mais evidentes. Uma mudança é a implantação do buffel-grass em substituição à pastagem da seca, constituída dos restolhos deixados pelo consórcio tradicional de algodão mocô, milho e feijão.

"O buffel grass, mais recente, não está tão difundido quanto o primeiro (capim elefante); mas, mesmo assim, começa a marcar, ora mais ora menos intensamente, a paisagem dos diversos espaços do Sertão, principalmente onde o algodão arbóreo está sendo substituído pelo algodão herbáceo. A mudança do tipo de algodão significa o desmantelamento do consórcio tradicional e, com isso, a perda da pastagem do restolho, substituída progressivamente pela referida gramínea, evidenciando uma agricultura cada vez mais voltada para a pecuária". (Grabois, 1980, pg. 30).

Os altos custos de implantação do capim são rebaixados da seguinte forma: muitas vezes a terra é cultivada um, dois anos com milho e feijão por moradores ou rendeiros, que posteriormente a devolvem com o capim assentado. O preparo do solo e o plantio do capim são assumidos pelos trabalhadores, que tem sua reprodução cada vez mais determinada pela prioridade da reprodução da pecuária.

Uma outra forma é quando o buffel-grass não vem em substituição ao mocô, mas é plantado de forma consorciada; o sistema mais utilizado é de assentamento do mocô ou rasga-letra consorciado com milho e feijão no primeiro ano. Após isto é procedido o plantio do buffel-grass. Acarreta a diminuição da necessidade de força de trabalho, comparado ao sistema anterior de consórcio de algodão mocô ou rasga-letra e milho e feijão, uma vez que o capim assentado vai rebrotando por vários anos. A força de trabalho se reduz agora às limpas e colheita do mocô ou rasga-letra. Assim este sistema, igualmente ao anterior, é uma forma de diminuir os custos de implantação do buffel-grass e mostra claramente a prioridade em relação à agricultura.

Além da redução da força de trabalho a consequência mais grave é a destruição do consórcio tradicional, onde se produzem os gêneros básicos de subsistência, deteriorando de forma drástica as condições de sobrevivência dos trabalhadores. No Capítulo II tratarei com mais detalhes das consequências destas mudanças a nível de reprodução dos trabalhadores.

O outro tipo é o "elefante", capim de corte, o tipo mais comum da região (também existem o "sempre-verde" e o "mandante"). São plantados em geral nos baixios ou nas vazantes. Estes tipos vêm tomar as melhores terras, de melhor produtividade, antes plantadas com arroz, milho, feijão, afetando as condições de vida e trabalho dos moradores e rendeiros.

"A paisagem clássica do baixio com culturas alimentares e de cana-de-açúcar encravado entre vertentes utilizadas para o consórcio algodão/milho/feijão e pastos naturais, situados em níveis mais altos, vai sendo modificada. A projeção, no espaço do processo de modernização, cria uma paisagem que, num caso extremo de predomínio da pecuária, caracteriza-se pelo baixio ocupado principalmente com capineiras de capim elefante e cana-de-açúcar, e pelas vertentes onde o "buffel-grass" aparece como elemento dominante, não excluindo, necessariamente, o algodão herbáceo". (Grabois, 1980:28).

A terceira modificação é a utilização da ração constituída de um composto de torta (derivado do caroço do algodão), de milho, palma forrageira, cana, palha de arroz e capim elefante.

Esta ração e o capim plantado de pisoteio ("buffel-grass") não vem substituir a pastagem natural, mas complementá-la.

"A ração perfeita é de resíduo, palma, capim verde, mas sai muito caro, muito dispendioso. A nossa ração para o gado ela é só complemento. Diariamente é dado só para o gado leiteiro. Agora a pastagem natural é melhor do que a plantada, tem mais vitamina, o gado gosta mais". (grande proprietário).

"Aqui em parte de alimento eu dou o resíduo em grande escala, a palma. Eu uso o bagaço de cana (da moagem) e junto com o resíduo, e faço uma ração balanceada. Esta ração só é usada no período da seca, da estiagem. No inverno é só pastagem natural, e já é demais, é muito boa a pastagem natural aqui". (grande proprietário).

A capitalização na pecuária não é tão marcante quanto a introdução de máquinas, tratores, defensivos ou fertilizantes. Em Bonito de Santa Fé em 1975 não havia nenhum trator. Em São José de Piranhas havia apenas um. (Fonte: Censo-Agropecuário 1975 - IBGE). Os dados de 1980⁽⁸⁾ provavelmente indicarão um aumento. A pesquisa empírica revelou que só os casos conhecidos já são superiores aos indicados no Censo Agropecuário.

A utilização dos fertilizantes, tanto segundo os dados do IBGE, como pela pesquisa empírica, é praticamente inexistente. Os defensivos normalmente utilizados servem no combate à lagarta e à formiga. O seu preço é baixo, não onerando muitos os custos de produção. A implantação do algodão herbáceo aumenta a importância do trator, necessário para a feitura de campos; mas para o plantio de capim permanecem os sistemas tradicionais manuais. A utilização de fertilizantes e defensivos tende a aumentar com a implantação significativa nos últimos anos do algodão herbáceo.

Conclusão

A exposição realizada anteriormente faz concluir que as transformações ocorridas no sistema produtivo não destróem o sistema tradicional vigente até então.

O processo de capitalização se realiza, principalmente, na pecuária e de forma ainda muito incipiente na implantação do algodão herbáceo.⁽⁹⁾ Assim, aquele processo reafirma a prioridade

(8) No período de levantamento dos dados secundários - agosto a março de 1984 - estes dados ainda não estavam publicados.

(9) Como a implantação significativa do herbáceo foi no ano de 1984, torna-se difícil verificar seus resultados

da pecuária sobre a agricultura.

O fato de ter efetuado a pesquisa empírica num período de estiagem prolongada dificulta a compreensão das reais implicações dos elementos do processo de capitalização (melhoria da raça, capim plantado, ração balanceada) sobre o sistema tradicional. Trata-se realmente de mudança do sistema produtivo ou apenas um meio de enfrentar a seca?

As nuances e determinações do processo de capitalização sobre o sistema tradicional podem ser melhor captadas quando se analisa as diferentes práticas, as diferentes visões dos grandes proprietários.

Um dos grandes proprietários, tido como dos maiores da microrregião do Sertão de Cajazeiras, justifica da seguinte forma a capitalização processada nas suas propriedades:

"Bem, primeiramente houve o incentivo do governo e a necessidade da produção. Porque o governo há três, quatro anos passados dava todo incentivo, crédito especial, com juros baratos, pra máquinas e pra tudo".

Foi o incentivo concedido pelo Estado que propiciou este tipo de capitalização introduzido nos municípios. Os grandes proprietários, acostumados a serem subsidiados pelo Estado, atualmente, se queixam e exigem maior atenção à agricultura.

"Hoje não temos nada. Não temos financiamento para a agricultura. Tã havendo o custeio para pequenos produtores, de pequena escala, de 100 abaixo. Este porte já vem há três anos, dando para médio e pequeno proprietário. Antes os juros eram baratos de 2% ao ano. Hoje o menor juro da agricultura tã em 35%, com possibilidades de chegar a 70% a.a. Só é menor quando é Projeto Sertanejo; mas isto é pra o pequeno; para o pequeno tem tudo, assim em média, não como era antigamente. O médio produtor não tem direito a nada, nem a entrar na porta do Banco. O médio é a partir de 100 hectares. Aqui na nossa região tem 5, 6 médios produtores". (grande proprietário).

A capitalização é justificada também pela falta de mão-de-obra.

"Bom, resolvi modernizar com o desenvolvimento, com a necessidade, a falta do homem. Por in

crível que pareça o nosso homem tã vindo da zona rural para a cidade de pequeno porte; e quem mora nas cidades pequenas está indo para as cidades grandes". (grande proprietário).

A "falta do homem", tão reclamada pelos grandes proprietários e em certa medida pelos médios, é fruto do próprio processo de pecuarização e outras modificações, que expulsam os moradores, para as pontas-de-rua das cidades sertanejas, bem como para as metrópoles, no caso principalmente São Paulo.

Outros proprietários, apesar de todo estímulo dado pelo Estado para a modernização, não têm uma visão voltada para a introdução de novos sistemas de produção. Os argumentos deste tipo de produtor ajudam a compreender os motivos subjacentes a esta prática. Um dos grandes produtores agropecuaristas revelou que apesar do trator ser reconhecido como um equipamento bom, que aumenta a produtividade, apresenta inconvenientes. Exige força de trabalho especializada: motorista, e também combustível. Torna-se, assim, muitas vezes desvantajoso em relação à mão-de-obra utilizada no sistema tradicional. Este produtor possui trator, mas não o maquinista. Ele contrata esporadicamente um motorista, empregado de seu irmão, que vem de João Pessoa (capital do Estado), pois não considera vantajoso contratar um motorista permanente. Teria que adiantar um capital variável significativo, para pagamento de salário mínimo, 13º salário, férias. Significa, portanto, que o trator está subutilizado. Este proprietário é o exemplo típico da prática do "tudo o que dispender dinheiro deve ser evitado", dado o risco próprio da agropecuária, acentuado nos municípios estudados pela situação de secas periódicas.

Nesta prática também se situam aqueles proprietários que, mantendo o gado apenas com a pastagem natural, não introduziram o capim plantado.

"Eu não vejo vantagem em capim plantado, pra mim é a criação comprada". (grande proprietário).

Em outros termos, capim plantado, é o mesmo que comprar ração, pois implica investimento em capital, enquanto que a pastagem natural tem custo zero, já que o consórcio do algodão, milho, feijão prepara a terra para o surgimento da pastagem natu

ral.

A natureza climática do sertão e o nível de pluviosidade limita a implantação de determinadas culturas. Esta barreira se ria superada através da instalação de um sistema de irrigação. Este exigiria aplicação de capital por parte do Estado, de em presas agrícolas ou dos grandes proprietários rurais. Se existe a possibilidade da utilização de terras em outras regiões, que apresentam maior Renda Diferencial I, talvez não seja vantajosa a produção de culturas não apropriadas ao sertão.

Isto, em parte, justifica porque ainda hoje predomina o sistema produtivo implantado desde a ocupação do sertão.

Os depoimentos relatados anteriormente mostram claramente que a capitalização é garantida pelo Estado. Se o produtor ti vesse que pagar totalmente o investimento dificilmente o faria, pois ainda se situa na prática tradicional de que deve manter a atividade agropecuária com baixíssimos adiantamentos de capital: capital constante e variável.

A visão dos grandes proprietários voltada para uma agropecuária com pouco dispêndio de capital se justifica devido às menores taxas de lucro na agricultura em relação a outros setores; à sujeição às condições naturais, que podem apenas, em parte, serem controladas pelo homem; à diferença de tempo entre o processo de trabalho e o processo de produção, que contribui para aumentar o período de rotação do capital e outras limitações próprias da agricultura.

A orientação das políticas do Estado para capitalização da atividade agropecuária ressoa em diferentes práticas, situadas num continuum com dois extremos. De um lado um tipo de atividade agropecuária tradicional, com o mínimo de capitalização. De outro, um tipo altamente capitalizado.

Os grandes proprietários, apesar da não homogeneidade na condução de seus negócios, baseiam sua atividade produtiva, ainda, na TERRA, como meio de produção essencial. É a compra de novas terras, prioritariamente à capitalização que comanda o processo de acumulação:

"Se eu tivesse um milhão de cruzeiros hoje eu investiria em mais terra, terra por ruim que ela seja, terra é terra, é uma coisa segura que o homem tem, o mais importante é a terra!" (grande proprietário).

"Ao longo do processo econômico sertanejo, o fator terra tem tido papel predominante sobre o fator capital. Por certo, não se observa no sertão a acumulação de capital nas mesmas proporções da Zona da Mata". (Ferraz de Sã, 1974 pg. 67).

O Estado, quando incentiva uma política de crédito a juros baixos, pretendendo estimular a capitalização da agropecuária, contribui diretamente para um processo de concentração fundiária e de desvio dos recursos para outros setores. Ao grande proprietário interessa mais investir o dinheiro advindo do Estado em compra de novas terras, gado, ou aplicação em outras atividades como comércio. (X)

Os grandes proprietários dos municípios estudados tem como prática o exercício de várias atividades: comerciais, industriais e políticas conjuntamente com a agricultura. Efetuei um levantamento dos proprietários do comércio local nos dois municípios (comércio de tecidos; armazéns; farmácia; de sementes; venenos, de implementos agrícolas; corretores de algodão) e verifiquei que 90% deles são também proprietários de terra. Todos os grandes proprietários entrevistados tinham, também, outras atividades. Procurei me informar sobre outros proprietários não entrevistados e verifiquei que boa parte se dedica também a outras atividades.

"Tem que ter lavoura, a pecuária, o comércio, tem que ter outras atividades para fazer o complemento". (grande proprietário).

Esta característica de pertencerem à uma classe dedicada a várias atividades permite-lhes um maior leque de opções, podendo investir ora em um setor, ora em outro, a depender das taxas de lucro oferecidas. Este jogo de atividades permite que, inclusive, os créditos concedidos pelo Estado para a agricultura sejam, parcialmente, desviados para outros setores mais rentáveis.

As considerações feitas anteriormente permitem concluir que a capitalização da atividade agropecuária, nos municípios estudados, é ainda incipiente. Isto confirma análises de outros autores sobre o caráter do processo de capitalização na agricultura brasileira.

"... os resultados das políticas que visam ao desenvolvimento do capitalismo no campo têm servido na maioria das vezes para a manutenção de um sistema latifundiário no qual a terra assume o principal papel como geradora de renda, deixando ao capital um papel secundário. O que se pode ver no campo brasileiro é uma "modernização conservadora" que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Não há uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vingará pelo amparo do Estado". (Graziano da Silva. 1981, pg. 40).

A exposição efetuada anteriormente leva a concluir que não há passagem do sistema tradicional para outro sistema produtivo. Há permanência do sistema tradicional que, sem dúvida, sofre modificações. A terra como meio de produção fundamental determina a predominância do sistema extensivo, coexistindo com formas mais intensivas da atividade agropecuária. A implantação de capim, tanto de pisoteio, quanto de corte, assim como a ração balanceada não substituem a pastagem natural. Esta continua sendo a ração básica, complementada nos meses secos do ano pela ração balanceada.

Assim não há mudança de um "velho" para um "novo" sistema produtivo, mas há o enquadramento do "velho" nas novas dinâmicas e interesses do capital na atividade agropecuária, sob a intervenção direta do Estado. Portanto, é um "velho" renovado, o que poderíamos denominar de "novo sistema tradicional".

O fato de considerar que as mudanças ocorridas levam a um novo sistema tradicional prende-se a razões que justificam tanto o "sistema tradicional" quanto o "novo". O "sistema tradicional" permanece por ser um sistema produtivo que:

- 1) tem a terra como meio de produção fundamental;
- 2) tem fraca utilização de capital constante, o que resulta numa baixa composição orgânica do capital. O desenvolvimento do capitalismo tem como uma de suas leis gerais o aumento da composição orgânica do capital. Se esta tendência não se evidencia nos municípios estudados, isto não significa a existência de um sistema produtivo não capitalista. Ao contrário, representa uma

forma particular, "sui generis", de desenvolvimento ca
pitalista e que, portanto, deve ser analisada e apro
fundada, se quisermos compreender as formas em que o
capital se manifesta em setores, regiões específicas;
3) utiliza mão-de-obra não puramente assalariada.

No caso trata-se, ainda, do trabalhador parceiro.

É "novo" por duas razões:

- 1) pela introdução de uma certa mudança no processo de
produção;
- 2) porque, embora a relação de trabalho continue sendo a
parceria, modifica, substancialmente, as bases sobre
as quais ela estava assentada. Se a mudança promovida
e orientada pelo Estado não tem surtido o efeito espe
rado a nível da capitalização da atividade agropecuá
ria, sem dúvida acarretou um tremendo efeito sobre as
condições de sobrevivência dos trabalhadores. Estes so
frem um processo intenso de expropriação, tema que se
rá o objeto de estudo do Capítulo II.

"De morador eu já morei também, Ave Maria!

Já morei muito depois que nós vendêmo as terras,
na Paraíba, no Ceará, no Pernambuco, no Maranhão, todo
canto.

Não dá não, é ruim demais,
porque fica que nem cativeiro, é só o que os donos da
terra quer,

a gente não pode criar,
a roça que pode botã é pequena e paga uma renda estourada,
uns é de três, uma; outros é de quatro, uma; algodão de a
meia, arroz de a meia, pronto.

A senhora acha que dá umas condições destas?

É melhor tã na rua, porque a gente passando mal ou bem,
do jeito que for,

a gente vai comprando, comendo, e não tem sacrifício de
tã trabalhando, se quebrando, se cortando, a cobra pegan
do; e não pode criar nenhum animal, não deixa de jeito
nenhum". (rendeira).

CAPÍTULO II

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAMPO

Introdução

No Capítulo I foram analisadas as mudanças pelas quais está passando o sistema produtivo nos municípios estudados. Neste capítulo, a questão não pode ser outra senão as consequências que aquelas mudanças trazem para a reprodução dos trabalhadores. Por trabalhadores entendo todos que sobrevivem do seu trabalho e não empregam trabalho de outros. São os pequenos proprietários (explicarei logo a seguir por que estes pertencem à categoria de trabalhadores), os trabalhadores engajados na grande propriedade, que são predominantemente parceiros. A denominação de parceiro é caracterizada pelo sistema de pagamento pelo uso da terra, em porcentagem da produção, porém não é empregada na região. Aí o parceiro que mora na propriedade é conhecido como "morador", o que o diferencia do outro tipo de parceiro, que não mora na propriedade e é usualmente conhecido como "rendeiro".

Além dos pequenos proprietários, moradores e rendeiros, há o grupo de assalariados, composto de assalariados permanentes e temporários.

É importante ressaltar que essas categorias não são nada estanques, como se verá mais adiante.

1) Pequenos Proprietários

Os pequenos proprietários geralmente trabalham com a força de trabalho familiar e contratam, eventualmente, força de trabalho assalariada. São considerados trabalhadores, pois a

contratação eventual de trabalho assalariado visa compensar a insuficiência da força de trabalho familiar em determinados momentos do ciclo produtivo, como por exemplo na safra. O objetivo, portanto, está voltado para a própria sobrevivência do pequeno proprietário e não para a extração de mais-valia, como é o caso dos patrões. Suas propriedades se situam na faixa de 0 - 100 ha. ⁽¹⁾ As bases de reprodução do pequeno proprietário são assentadas na produção direta dos produtos básicos de alimentação: milho, feijão; no algodão, como cultura comercial e na criação dos chamados "animais de pobre": suínos, cabras, galinhas, que representam uma reserva de valor para despesas ocasionais, como algum ceremonial, ⁽²⁾ doença e outras. Se para os grandes proprietários o objetivo da produção é o lucro, para os pequenos o objetivo de toda a produção é a reprodução da família.

Os pequenos proprietários encontram sérias limitações. A primeira delas é o tamanho insuficiente de suas propriedades. A estrutura fundiária altamente concentrada, base da pecuária, demonstra o quanto este grupo está pressionado pela insuficiência de terra. Em Bonito de Santa Fé em 1980 os estabelecimentos de 0 - 10 ha representam 16,3% do total de estabelecimentos, porém ocupam apenas 2,06% da área total, enquanto que os estabelecimentos de 100 - 1.000 ha representam 11,8%, ocupando 42,8% da área total do município. (Tabela 5).

Em São José de Piranhas, os estabelecimentos de menos de 10 ha representam 41,6% do total de estabelecimentos, ocupando 7,9% da área total; enquanto os estabelecimentos de 100 - 1000 ha representam 6,6% e ocupam 45,3% da área total. (Tabela 5).

A insuficiência de terra decorre do monopólio da terra, concentrada nas mãos dos grandes agropecuaristas, que a mantêm, muitas vezes, de forma especulativa e não produtiva. E é causada, também, pela divisão da terra pela herança. Se uma família tem 100 ha e 10 filhos, os filhos provavelmente não sobreviverão com estas pequenas parcelas e terão que buscar outras formas de ocupação.

(1) Segundo os critérios oficiais, mas na prática a fronteira entre pequeno e médio varia muito, de acordo com o relevo, acesso a água, etc.

(2) Wolf, Erick. Sociedades camponesas, pgs. 20 a 23.

A insuficiência de terra acrescentam-se o monopólio da água pelos latifundiários⁽³⁾ e a concentração da renda, que limita os produtores a uma prática rudimentar, com utilização insignificante de equipamentos.

O difícil acesso ao crédito de investimento é um empecilho real à tecnificação⁽⁴⁾ da pequena propriedade. O crédito de custeio agrícola, ao qual os pequenos proprietários têm mais acesso, constitui mais uma forma de expropriação do que de incentivo à agricultura. Um pequeno proprietário em 1983 retirou Cr\$ 24.000,00, precisando efetuar seis viagens (Cr\$ 1.000,00 cada) para retirada e pagamento do crédito. Este produtor não pensa mais tirar crédito no próximo ano e assim ocorre com muitos outros.

"Não deu resultado nenhum, porque a importância que tirei já vai dando quase mais de juro" (pequeno proprietário). (5)

"Não quero mais tirar, porque é uma enrolação, dã não sei quantas viagens e sõ os ricos vão tirando e vão deixando a gente até cansar. Este ano faltou vontade do pessoal do banco" (pequeno proprietário/rondeiro).

(3) No sertão, quando se toma o tamanho da terra, tem-se, tam bém, que considerar a disponibilidade de água, tanto em meios naturais: (rios), quanto em reservatórios: (açúdes, poços, barragens). É a combinação entre terra e água que indica a potencialidade da terra, como meio de produção fundamental.

(4) Adoto o termo "tecnificação" e não "capitalização", para analisar mudanças do processo produtivo da pequena propriedade, no mesmo sentido em que Graziano da Silva (1981) o concebe: "Preferimos falar em "tecnificação" para caracterizar esse processo por entender que é precisamente um processo de desenvolvimento das técnicas capitalistas de produção no campo. Parece um tanto problemático falar em "capitalização", uma vez que corriqueiramente se entende por isso um processo de diferenciação sócio-econômica que pressupõe uma acumulação a nível da própria unidade produtiva, ou seja, o "enriquecimento" do pequeno produtor. Se a questão, toda via, for apenas semântica, pouco importa como a chamemos. O que interessa é que é uma das formas que assume o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista na agricultura. Ver a respeito as comunicações apresentadas no Simpósio "Tecnificação e Capitalização da Agricultura Brasileira" realizado na 31.^a Reunião Anual da SBPC em Fortaleza, de 11 a 18 de julho de 1979 (a serem publicados em Estudos Rurales Latinoamericanos, Bogotá)" (pg. 135/6).

(5) Trata-se de pequeno proprietário que por possuir terra insuficiente também trabalha de rondeiro.

Embora a tendência geral seja a prática de uma agricultura rudimentar, há também entre os pequenos proprietários um processo incipiente de tecnificação. Alguns instalam poços, praticam irrigação, procuram a assistência técnica da EMATER. A tecnificação é essencialmente garantida pelas políticas de intervenção do Estado. Atualmente o Estado tem estimulado a implantação do herbáceo (como tratado no Capítulo I), porém o número de pequenos proprietários atingidos — até o momento da realização da pesquisa empírica — é insignificante. As exigências técnicas para implantação do herbáceo representam uma barreira real para o pequeno proprietário.

O algodão como cultura comercial é a principal fonte monetária do pequeno proprietário. O algodão para o grande proprietário é uma cultura subsidiária à pecuária, destinada a rebaixar os custos de produção desta atividade. Portanto, para eles, não são os preços oferecidos pelo mercado que determinam a sua produção, como ocorre com a atividade principal, a pecuária. Os pequenos proprietários, que não tem capital para se tornarem criadores, não orientam sua produção apenas pelos preços, pois não visam o lucro, mas a sua própria subsistência. Faltando opção melhor, a parte monetária de sua subsistência depende fundamentalmente da comercialização do algodão. ⊗

"O garrote do pobre é uma arroba de algodão, quando ele tem pra vender, quando não tem pra vender fica sem nada, dá-se um jeito de sofrer na roça de qualquer um, um dia alugado. Ou, então, fica sem nada. Ele já tá desprevenido, às vezes uma doença, uma precisão, é ele tendo o algodão, não, ele vai se manter. Como pobre, pouquinho, mas vai ter". (pequeno proprietário).

As variações dos preços sempre lhes são desfavoráveis: baixo preço na safra, quando são obrigados a vender para saldar a dívida e preços melhores, geralmente após a safra, quando não se tem mais reservas.

"É o problema de eu dizer que o algodão é como ano de seca, em 1973 que o algodão era 20 conto e no fim do ano deu 60; foi como este ano, aí passou três anos, sustentando o preço; aumentavam tudinho e o algodão não. Houve até reclamo. A gente falava com o Prefeito, uma lata de óleo era Cr\$ 20,00, uma arroba de al

godão Cr\$ 1.000,00; já o ano passado uma lata de óleo era Cr\$ 300,00 e o algodão era Cr\$. 1.000,00. Quando é este ano o algodão dá este preço, dizem que já chegou a Cr\$ 14.000,00 a arroba". (pequeno proprietário).

Além das dificuldades a nível da produção, os pequenos proprietários são expropriados na esfera da comercialização, na medida em que são obrigados a vender pelos preços impostos pelos comerciantes, industriais. Sendo os preços do algodão baixos, a renda obtida com sua venda, raramente cobre os gastos necessários à manutenção da família, mesmo quando tem uma boa produção. Assim o pequeno tamanho da terra mais a escassez de água, ou falta de meios de obtenção de água; as técnicas e instrumentos rudimentares de cultivo; a expropriação do excedente na comercialização não permitem que a pequena unidade de produção garanta as necessidades básicas da família. Como consequência disto o pequeno proprietário é, frequentemente, obrigado a recorrer à venda de animais, (que representam a principal reserva de valor) para complementar a subsistência diária.

"O legume eu não vendo: é tudo prá casa, devído a família grande, eu não pago serviço, tenho que fazer eu e meus filhos, aí o produto fica todo em casa. A gente cria uma miúça, uma reis, cabrito, por 2, 3 meses. Sempre tem que vender um animal, do legume não dá prá tirar para as outras despesas. Sempre, o legume só dá pro consumo mesmo". (pequeno proprietário)

Em casos de emergência, os pequenos proprietários são obrigados até a vender os produtos reservados à sua própria subsistência: milho, feijão. Vale ressaltar que os pequenos proprietário visa garantir prioritariamente a produção de alimentos básicos para o ano todo. Porém as condições objetivas forçam-no a vender até tais produtos. Portanto, esta venda está situada num processo mais amplo de monetarização de sua economia e não representa uma mudança de visão de sua atividade produtiva.

Vivendo num nível de subsistência mínimo são frágeis frente às crises de produção na região, normal e frequentemente causadas pelas secas.

"Exatamente estes três anos não tá dando, a gente tem que trabalhar, se esforça, apurá qualquer coisa prá fazê aquela despesa, comprá

aquele legume, porque nós temos com 2 anos aqui que as roças não dão produto de milho e nem feijão; este ano milho não criou de maneira nenhuma; aí o milho tem que ser comprado". (pequeno proprietário).

A seca, uma situação conjuntural, vem agravar uma situação estrutural permanente. A seca não é o problema fundamental, mas sim a estrutura fundiária e a expansão das pastagens, da pecuária.

"Embora exista no Nordeste terras que se localizam em áreas úmidas, molhadas, nas vazantes, elas estão nas mãos dos grandes latifundiários ou do governo, não sendo utilizadas para a agricultura, portanto, são totalmente improdutivas. O único produto dessas terras é o lucro aos donos, pois se transformam em terras de negócio ou especulação, aumentando seu valor a cada dia. Por outro lado, a terra parada sem produção faz subir o preço dos alimentos, aumentando a carestia. Enquanto isso o pobre vive sem condições para trabalhar. Sem a posse da terra o homem do campo não pode viver como gente, é como o peixe fora d'água. (Grito no Nordeste, maio/junho de 1982, pgs. 4 e 5).

A insuficiência, os limites da reprodução dos pequenos proprietários foi abordado na análise desenvolvida até aqui como processo determinado internamente à pequena propriedade. Porém situar a compreensão deste processo apenas neste nível é como medicar uma doença sem ter descoberto o seu diagnóstico. É como tratar uma parte do corpo, sem atinar que esta é engrenada no funcionamento de todo o corpo.

Se a análise é limitada apenas às determinações da pequena propriedade, significa que ela é considerada como uma unidade em si mesma. Isto só seria possível em sociedades completamente isoladas, o que não é o caso. Os pequenos proprietários vivem numa sociedade mais ampla, tanto a nível dos municípios como da sociedade em geral. Portanto, as determinações destas unidades tem que ser buscadas nas determinações mais gerais da sociedade capitalista.

No Capítulo I se analisou que o processo de acumulação capitalista é comandado localmente pelos grandes proprietários agropecuários, dedicados a pecuária. O processo de acumulação local é assentado sobre as bases da grande propriedade: concen

tração de terra e de renda. O "novo sistema tradicional" pressupõe grandes extensões de terra e capital, consubstanciado, principalmente, no gado. Isto, portanto, exclui os pequenos proprietários, que ocupam um lugar secundário no processo de acumulação capitalista local. O que significa isto? Significa que para o processo de acumulação capitalista não interessa manter ou garantir pequenos proprietários, que tenham condições plenas de reprodução enquanto tais.

Mesmo aqueles pequenos proprietários que conseguem uma produção de alimentos básicos (milho, feijão) suficiente para o sustento da família, dificilmente conseguem com a venda do algodão garantir as outras despesas. Outros pequenos proprietários não conseguem garantir nem ao menos a produção dos alimentos básicos. (6)

Apesar da diversidade das situações concretas dos pequenos proprietários, todos estão subordinados ao processo de acumulação capitalista, manifestado nos municípios estudados pela expansão e capitalização da pecuária. Em decorrência disto, os pequenos proprietários têm suas condições de reprodução deterioradas, sendo obrigados, frequentemente, a se utilizar de outras estratégias para complementação da produção direta na pequena unidade.

2) Morador

O morador trabalha em regime de parceria. A partilha varia em função do acordo fixado entre patrão e morador. Há uma tendência para o patrão (7) se responsabilizar pela cerca, broca e plantio de semente de algodão, o que o desvincula de obrigações ligadas a benfeitorias junto ao morador. Neste caso a partilha é "meia" de todas as culturas (50% para o morador e 50% para o patrão). Se o morador plantasse por conta própria o algodão arbóreo, cultura permanente, ele teria "direito a raiz", no

(6) "... no Nordeste, não pode ser igualado o conjunto dos pequenos produtores, apresentando-se grandes disparidades de rendas dentro da mesma categoria de estabelecimentos com a mesma área, a partir de rendas diferenciais desiguais". (Sorj, 1980, pg. 132).

(7) No Capítulo I foi usada a denominação GRANDE PROPRIETÁRIO, pois tratava-se de caracterizá-lo como proprietário dos meios de produção. Neste capítulo o grande proprietário possui os meios de produção e emprega uma força de trabalho; é, portanto, um PATRÃO.

caso de saída da propriedade. O caso mais frequente é o proprietário cercar, dar semente do algodão e pagar o seu plantio; aí a partilha é de meia do algodão, podendo o milho e feijão variar de "terça" (duas partes para o morador e uma para o patrão) até nenhuma parte, ou seja, só meia do algodão, ficando todo o milho e feijão para o morador.

O sistema de partilha da produção é visto como exploração pelos moradores, que consideram que o sistema de arrendamento⁽⁸⁾ é mais favorável do que a "meia".

"A meia explora, mata o trabalhador, a seca es traga um pouco, agora se tudo o que o pobre tirasse não fosse a meia não dava para estragar demais". (pequeno proprietário/rendeiro).

"Trabalhar de meia é trabalhar para duas famílias" (morador).

"A meia não dá, se trabalha feito um louco e no final fica sem nada". (pequeno proprietário).

Esta relação de partilha vem sofrendo modificações ao longo dos anos, sempre evoluindo para uma maior extração do sobre trabalho.

"Na propriedade que meus pais moravam era 1/6 de milho, feijão, algodão; depois foi diminuindo pra 1/5. Isto foi mais ou menos em 1940; é sabedoria do patrão. Aí o tempo foi mudando e os proprietários também foram diminuindo, eu sei que hoje tá em 1/4, mas 1/2 de algodão" (morador).

A meia submete o morador a condições inferiores de sobrevivência em relação aos pequenos proprietários. Estes, mesmo não tendo que partilhar a produção com o patrão, tem-na insuficiente, podendo-se imaginar o nível de penúria dos moradores.

O morador está submetido ao sistema produtivo dominante, que se assenta na pecuária. A expansão da pecuária representa uma prioridade ao boi, em detrimento do morador:

(8) O arrendamento é considerado na região como pagamento pré-fixado em dinheiro. Algumas vezes também ocorre em produto, mas a quantidade (em kg) é pré-fixada e não, como na parceria, determinada pela produção. Segundo os moradores o pagamento em dinheiro representa valores inferiores ao pagamento em partilha da produção.

"E acho que o proprietário faz como a cantiga: *tã dando mais valor ao boi do que ao morador. E, eu tô achando que é por causa do preço do gado, gado tã muito alto. Aí então ele cria do o gado é mais resultado que o morador. E tá pecuária tã estragando um pouco, e mais quem não tem terra*". (morador).

O gado passa a competir em situação vantajosa, palmo a palmo, pela terra, solapando os direitos do morador. Este, além da roça consorciada com algodão, tinha direito à criação de alguns animais, principalmente caprinos, suínos, aves. Hoje praticamente não se encontra mais patrão que permita a criação. Esta proibição data mais ou menos de 1977 (conforme várias opiniões colhidas nas entrevistas). O sintoma dessa disputa é bem claro na diminuição espantosa de caprinos, asininos, e equinos, no período de 1977 a 1980. Conforme pode ser visto na Tabela 1, a evolução dos caprinos se dá num crescente entre 1973 e 1977. Em Bonito de Santa Fé houve aumento de 412,7%; em São José de Piranhas aumento de 475,5%. A partir de 1977 o número de cabeças começa a cair chegando em 1980 a 879, contra 3 158 em 1977, diminuição de 72,2% em Bonito de Santa Fé. Em São José de Piranhas 1820 cabeças em 1980, contra 7 879 em 1977, com diminuição de 77%.

Esta proibição acarreta alteração significativa nas condições de sobrevivência dos moradores. Estes animais são tradicionalmente "a criação de pobre", e representam uma reserva de valor permanente para todas as despesas monetárias da família: compra de outros produtos não autoproduzidos, socorro numa doença, despesas de cerimonial e outras.

"Criação nunca tive, porque a condição não dá, os homem também não adianta pra gente cria, é um bichinho, até dois, por isto uma grande desvantagem é não poder cria nada" (morador).

"Se pudesse cria uma criação de bode, ovelha, é a criação que o pobre pode cria, mas aqui ninguém pode" (morador).

A diminuição de asininos e equinos também permite visualizar a crescente dependência das relações mercantis. Em Bonito de Santa Fé houve uma diminuição de 1.407 cabeças de asininos em 1973 para 374 em 1980, representando um decréscimo de 83% e em São José de Piranhas decresce em 58,5% (Tabela 1). Os equinos

em Bonito de Santa Fé decrescem de 74,1% entre 1973 e 1980; em São José de Piranhas, de 57,8%. Estes animais são tradicionalmente utilizados para o sistema de aradagem e também constituem um dos principais transportes. Proporcionam uma certa autonomia ao trabalhador rural no transporte de sua mercadoria, ou nas idas à cidade, por ocasião de feiras, visita ao médico, aposentadoria, sindicato e outros.

A diminuição é provocada também pelo intenso processo de comercialização para abate. Um dos nossos entrevistados é comerciante de burros e cavalos. Ele pratica esta atividade há treze anos e contou que servia de intermediário para um grande comprador de Pernambuco.

"Passei dez anos comprando animal fraco para o abatimento do frigorífico. Animal velho, fraco. Esta carne é exportada para os exteriores. É cavalo, burro e jumento. Dentro de 5 anos, eu comprei 6.000 animais pra matar. É para os exteriores, pro Japão, Argentina, pra Holanda, uma parte da Itália, exportação de carne. Tem um comprador de Cajazeiras que tá riquíssimo, só de comprar aqui barato e vender caro pra lá. Tem um frigorífico na Bahia, outro em Minas e outro em Pernambuco, em Belo Jardim".
(pequeno proprietário).

Este comércio intenso diminui o número de cabeças, aumenta o preço, tornando cada vez mais difícil adquirir um cavalo ou burro. Os moradores e também os pequenos proprietários e reideiros são obrigados a substituir o transporte tradicional pelo transporte a pé, ou pelo carro, aumentando, significativamente o custo monetário de sua reprodução.

Além da proibição de criar animais as condições de trabalho dos moradores também serão afetadas pelo processo de capitalização da pecuária.

Com este processo há tendência à especialização na atividade pecuária, tornando-a incompatível com a produção de subsistência. (9)

(9) "O processo de modernização modifica o modo de produzir essa ou aquela cultura, e põe em questão a complementariedade de que existir entre essa e a produção de subsistência em detrimento desta última. Esse processo torna ainda mais necessária a monetarização da reprodução da força de trabalho, em razão da diminuição do autoconsumo possível". (Salamá, 1983, pg. 105).

"Hoje terra boa não fica para o morador, não. É só pra criã gado; o povo daqui pra terra boa só enxerga gado logo; aí quer dizer que ele faz pastagem pra fazê forragem pra o gado.

É bom pra o patrão, pra nós não, porque morador não vai comê o capim; o morador podia comê uma batata, um feijão, um tomate. Aí quer dizer que eles plantando o capim é vantagem pra eles, eles engordam o gado e o morador fica sem nada". (rendeiro) (ex-morador).

"Esta pecuária começou de 70. Eles faz aquela pecuária e no lugar de haver o cultivo, o Brasil tá mais prejudicado por causa da pecuária, os patrão querem o capim, eles não liga de plantar na propriedade, nuns baixio como este, ele enche de capim, porque o gado tá mais valorizado do que a lavoura, e planta aquele capim, engorda o gado, não interessa tanto os cereais" (morador).

"Esta pecuária prejudicou o morador, prejudicou o Brasil, porque os cereais está se acabando, as terras boas ficando tudo coberta de capim, o patrão pega a terra boa e utiliza ela com capim, tem todos os anos bota aquela broca, aquelas terras baixas que pode plantar todos os anos e dá mais produção, aí o capim, estes todos proprietários tem sua pecuária, no fim os cereais tão se acabando, ficando todo coberto só de capim, o boi já tomou o lugar do homem. Do jeito que vai, vai se acabar, por um kg de feijão neste tempo por Cr\$. 1.000,00 (preço de outubro de 1983). E o dia de serviço por Cr\$ 1.000,00. Quando for agora, ainda tem aqui, quando for de janeiro em diante tá vindo de Mato Grosso, do sul do país, como já tá vindo agora". (morador).

O aumento das pastagens plantadas afeta diretamente a produção dos moradores. O "buffel-grass", de pisoteio, vem competir diretamente com as culturas alimentares.

"Eles faz a renda assim: tem deles que dá uma gratificação; outro planta o capim; fica assituado, no outro ano, o patrão diz agora vou tomã de conta, vamo caçã outro pedaço de terra pra plantã; aí às vezes é a terra mais fraca, não dá, o morador diz: é, pois é, vou procurar um canto que não tenha capim, e vai embora, agora pra o fazendeiro, é bom pra engordã o boi". (morador).

O capim elefante, plantado geralmente nos baixios, retira do morador o direito de plantar culturas de subsistência nessas melhores terras. Ele é empurrado para terras de pior qualidade,

diminuindo drasticamente a produtividade, como foi analisado no Capítulo I.

"Porque o camarada mora há 08, 10 anos, como eu conheço deles, quando adepois desta pecuária, aí o patrão diz: agora você vai fazer o seguinte, este baixio que você plantava, você vai plantar de milho, feijão pra você assituar o capim, pra mim; aí vai plantar, se o ano for bom, deixa uma colheita que permite passar um ano, e se for um ano ruim, só dá pra assituar o capim, ele não tem ordenado nenhum, planto o capim e não tem ordenado, aí deixa o capim assituado, no próximo ano vem um invernozinho, o capim se levanta e ele não tem mais direitinho". (morador).

"É esta área digamos de baixio, a terra muito boa, dá de tudo, aí a terra quanto mais boa, mais o capim dá bom, aí o proprietário diz: planta o milho pra você encher de capim pra mim. Em outro ano ele tem que explorar às vezes uma terra fraca, aquela produção que tirava naquele baixio, por exemplo, num ha, aí vai botar na terra alta, bota 4 ha pra dar o valor de 1 ha; o prejuízo e aquele baixio cheio de capim". (morador).

A utilização das melhores terras para plantação de capim é irracional na lógica do morador. Para ele esta terra seria muito melhor aproveitada se plantada com agricultura:

"Esta vazante que ele tá plantando este capim mesmo, se eles desse ao pai de família talvez desse mais renda do que o capim, porque dá muito arroz, dá muita batata, pode plantar feijão macassa". (morador).

A implantação do capim, tanto o de pisoteio, quanto o de corte, se dá ainda em boa parte através do morador. Há uma substituição da "renda em produto" — milho, feijão, pela "renda em assentamento do capim": o morador tem direito a plantar um, dois anos de milho, feijão sem partilha da produção com o patrão. Em troca deve entregar o capim plantado. O custo de formação da pastagem se reduz ao capital constante: compra de sementes, instrumentos de trabalho, com capital variável zero, ou com pouco capital variável. O patrão encontra no morador a fórmula mágica de gerar capital, com pouco adiantamento monetário, porque quem planta é o morador, após a safra do legume como retribuição ao uso da terra.

O morador é utilizado em algumas atividades específicas

da pecuária, sendo obrigado a aceitar salários inferiores aos dos trabalhadores provenientes de fora da propriedade. Assim o morador no "novo sistema tradicional" é uma reserva de força de trabalho permanente para a pecuária, rebaixando os seus custos.

No "novo sistema tradicional", o morador tem acesso limitado aos meios de produção necessários para garantir a reprodução da família e acaba sendo forçado a se assalariar.

O assalariamento é, agora, condição imprescindível para sobrevivência do morador. Este terá que exaurir-se; trabalhar mais intensivamente por horas a fio; explorar mais intensamente o trabalho das mulheres, dos filhos, inclusive dos menores.

A situação se agrava por ocasião das variações climáticas, no caso principalmente a seca. Durante este período (o último se iniciou a partir de 1979) há uma queda crescente do volume de produção das quatro principais culturas: algodão arbóreo, milho, feijão, arroz. Esta diminuição afeta fundamentalmente a sobrevivência do trabalhador e neste sentido não pode ser pensada apenas como uma crise de produção. Estes produtores, até 1978, 1979, conseguiam com suas culturas de subsistência obter os alimentos básicos para o ano todo; com a seca em 1980 a produção obtida mantinha a família apenas por 6, 7 meses e chegou-se ao extremo em 1983, quando muitas famílias não puderam fazer reserva: "só comem verde".⁽¹⁰⁾ A única renda tem sido a das Frentes de Emergência, o que não substitui, de forma alguma, a produção agrícola. Enquanto o salário da emergência é de Cr\$ 15.000,00, apenas 1 kg de feijão custa Cr\$ 1.000,00 (preços de outubro de 1983). O salário da emergência só daria para comprar 15 kg de feijão ao mês, quantidade inferior ao mínimo necessário (só de feijão) para uma família de sete pessoas.

Na seca é mais clara a subordinação dos moradores à pecuária. O gado é colocado a pastar nas roças, mesmo antes da minguada colheita. Esta imposição é sempre justificada em nome de "salvar o gado". Sem dúvida, salva o gado, mas mata o trabalhador. O argumento dos patrões é assumido por muitos moradores, que consideram, também, prioritário alimentar o gado.

"O patrão não pode deixar o legume para o morador, porque como é que fica o gado, o gado"

(10) Significa que a produção de milho e feijão foi imediatamente consumida, não propiciando uma reserva.

precisa comê o legume". (morador).

Frente a estas condições, a permanência do morador na propriedade irá depender, na grande maioria das vezes, da sua capacidade de suportar a expropriação, o sofrimento, o cativoiro.⁽¹¹⁾

"O morador é assim, se aguenta o patrão, deixa as coisas prá lá, e muitos não aguenta e de vassa". (rendeiro).

"É o que faz a gente sair de uma propriedade à outra é o sofrimento". (rendeiro).

"O morador vai embora por causa do mal passa dilho". (morador).

A saída dos moradores não se dá por expulsão direta do patrão, mas, aparentemente por "gosto e vontade" (Sigaud, 1979, pgs. 49 a 53). O morador teria, se procurasse o sindicato, seus direitos reconhecidos. Quem decide sair é ele,⁽¹²⁾ mas na realidade ocorre um processo que poderíamos chamar de "expulsão indireta". O patrão vai gradativamente rebaixando as condições do morador, até este se desgostar e sair.

"Agora ninguém tem mais o direito de mandá o morador embora; porque se mandá, é uma soma, se o morador fôr ao Sindicato, eles pagam uma soma; aí eles implica prá aquele morador sair por sua conta própria, prá eles não pagá, prá eles não dizer assim: vai embora. Porque neste caso paga muito e enquanto pode amassa até o pobre do morador se desgostar. Eu já tomei muito prejuízo, eu já trabalhei em muita propriedade, negócio de destruição de bicho dentro da roça". (rendeiro) (ex-morador).

(11) Veja Sigaud, 1979, pg. 206: "o cativoiro reside, no ser chamado em casa para trabalhar, no ter um empregado batendo à sua porta, convocando o morador para o trabalho. O que faz com que o trabalhador se pense como cativo é o fato de que nesses momentos não tem a "liberdade" de dizer não, o que por sua vez é atribuído ao morar em casa do proprietário.

(12) Sigaud (1979) analisando as pressões indiretas e a saída calculada conclui que "por detrás das idéias do botar para fora e do gosto e vontade se poderia depreender a dinâmica de um processo que não permite nem a proprietários, nem a trabalhadores uma hegemonia absoluta, em relação ao sentido que está assumindo. Assim, nem o proprietário pode mandar embora trabalhadores indiscriminadamente, embora sempre possa jogar com a ameaça de botar para fora, a qual por sua vez é eficaz porque o modelo da morada não tem mais condições de reprodução e não porque proprietários disponham de uma força ilimitada. Por outro lado, também o trabalhador nunca sai totalmente de gosto e vontade, na medida em que sofre um conjunto de pressões que serão ressentidas em função de uma maior ou menor força do proprietário, mas sim a partir da própria posição que ocupe segundo o modelo diferenciador da morada e da força de trabalho".

A prova mais evidente do intenso processo de expulsão do morador é o aumento de domicílios vazios na zona rural. A Tabela 6 mostra que em 1980 o município de Bonito de Santa Fé apresentava 11% de seus domicílios vagos na zona urbana e 18,2% na zona rural, o que demonstra a maior ausência dos moradores do que de residentes na zona urbana.

Em São José de Piranhas temos 11,6% de domicílios vagos na zona urbana e 21,4% na zona rural. Infelizmente o Censo de 1970 não levantou este dado, impossibilitando a comparação entre 1970 e 1980.

Este dado é perfeitamente coerente com observações verificadas quando da realização da pesquisa empírica.⁽¹³⁾ Foi constatada a existência de muitas casas vazias na zona rural, completamente abandonadas. Isto indica que a saída dos moradores não foi um fenômeno ocasional, temporário, ligado à época da seca. Os proprietários não tem mais interesse em reabsorver moradores, mesmo em períodos de bons invernos, como também acreditam muitos trabalhadores sem terra.

A expulsão de moradores não significa que não há mais moradores nas propriedades, mas antes que não há necessidade de muitos moradores.

Os moradores que permanecem nas propriedades também estão sofrendo transformações na sua relação de trabalho. A mais importante é que no lugar de deixar o morador regular a área de terra trabalhada pela capacidade de trabalho da unidade familiar, o patrão começa a exigir produção. Se a força de trabalho da família for insuficiente, tem que recorrer, nas épocas de pico, ao trabalhador assalariado.

"Este sistema é mais interessante pra o patrão, porque a gente vai trabalhá muito, a despesa não compensa, o que tem do rendeiro⁽¹⁴⁾ fica com ele; o patrão é quem vai ficá, porque o patrão solta o dinheiro e recebe o dinheiro no fim do ano com juro, e o morador fica sem nada. Por isto que é melhor pouco cultivo, que vê que os braços dá, e nem se faz de rico e nem faz de rico o patrão". (morador).

(13) Na fase final da pesquisa, em março de 1984, já após a estiagem prolongada de cinco anos, em período de chuva.

(14) O morador também se autodenomina de rendeiro, por isto no mesmo depoimento aparece rendeiro e morador para qualificar a mesma relação.

Agora um único morador trabalhará por dois, três moradores, levando, sem dúvida, à redução do número de moradores.

"Eles são quem querem morador que tenha condição de fazer muita roça grande, isso um pai de família que tenha 4, 5 filhos que possa trabalhar. Esses aí são os mais procurados pra trabalhar pra eles. Os que não tem condições desses, que é um homem sozinho pra trabalhar, ficam sozinhos. Fica igual a uma bola, indo pra qualquer lugar.

Eles querem ver o tamanho da família; saber que tem braços pra trabalhar e ter condição também, porque eles não ajuda. Eles dão o direito de trabalhar na propriedade, mas sem auxílio". (pequeno proprietário/rendeiro).

Alves (1978) analisando os fatores do crescimento das cidades do Sertão Paraibano também percebe o aparecimento deste "novo morador" e aponta um elemento bastante interessante, que é a necessidade deste morador ser um elemento de confiança:

"Hoje em dia parece que a observação do tamanho da família está cedendo lugar à capacidade de trabalho e o grau de confiança do parceiro. Antes de aceitar o parceiro, o proprietário procura saber de onde ele veio e quem era o seu antigo patrão. O proprietário também entra em contato com o Sindicato Rural, a associação patronal, para saber se o referido parceiro já moveu ação contra algum proprietário, tentando detectar se o mesmo tem consciência dos seus direitos, que nos dizeres regionais significa saber "se o trabalhador trabalha direito, ou é um criador de caso" e se o parceiro atender a todos os requisitos ele está admitido na propriedade e receberá a terra para tratar". (pg. 67).

No lugar daquele morador antigo, começa a aparecer o "novo morador", quase empreiteiro, que necessita de contratação de trabalhadores assalariados. Estes são pagos com o adiantamento efetuado pelo patrão e descontado na época da safra. Quando o morador tem recursos suficientes, pode custear por conta própria o ano agrícola. A partilha da produção entre morador e patrão segue os mesmos moldes caracterizados anteriormente. Este sistema é mais vantajoso ao patrão do que ao rendeiro.

Além da diminuição do número de moradores, também há tendência à redução do tempo durante o qual o morador se fixa numa

propriedade, ao contrário do que ocorria antigamente, quando um morador permanecia por gerações na mesma propriedade. Este fato novo é explicado de um lado pela saída dos moradores frente às péssimas condições de trabalho e de outro pela exigência do patrão em não permitir que o morador ultrapasse o período de três anos, evitando, assim, que ele adquira direitos na propriedade.

A expulsão indireta revela que para os patrões interessam aqueles moradores que se submetam às novas condições de expropriação e de cativo impostas pelo "novo sistema tradicional".

"É porque hoje em dia lá no sítio o camarada é o morador, tá sujeito ao patrão, ele joga todo o negócio ruim ao morador, e o sujeito aguenta porque tá embaixo das 4 telhas dele, e o meeiro não tem a casa, aí o patrão chega e impõe mesmo, porque ele tá obrigado a ele ali, não é". (morador).

O patrão vai provocando deterioração das condições de trabalho "criando caso", explorando ao máximo o morador, submetendo-o a um verdadeiro teste de resistência.

Muitos moradores são proibidos de se associarem ao Sindicato. São, assim, tolhidos de ter acesso a um direito mínimo garantido por lei.

"Morador meu não tem direito a carteira do sindicato. À maternidade, quando tiver doente, aí tá certo. Dou uma casa pronta, arrumo dinheiro sem juro pra tratá do roçado. Aí depois botá no sindicato, esta não". (grande proprietário).

Os mais fracos, aqueles propensos a aceitar a exploração e a dominação, tendem a ficar e os mais fortes que tem coragem de romper com esta situação tendem a sair. ⁽¹⁵⁾ O patrão poderia

(15) Para Sigaud (1979) "... nem a permanência no engenho, nem o encaminhamento de uma questão, nem a saída pura e simples podem ser tomadas individualmente como sinais de maior ou menor "consciência", de maior ou menor resistência. Em se tratando de um sistema marcado pelas relações individualizadas entre o proprietário e cada um de seus moradores, a rigor seria necessário se tomar caso por caso, reconstituindo em todos os seus momentos para poder perceber o que está em jogo. Para o que nos interessa aqui, que é a reconstituição de uma trajetória que culmina na rua, seria importante afirmar que o trabalhador quando abandona o engenho o faz a partir de uma decisão tomada por ele e de um cálculo cujos elementos que entram na avaliação são a sua dignidade de trabalhador e autonomia frente a um proprietário que o está pressionando. A

usar mecanismos diretos de expulsão dos moradores, porém os trabalhadores já conquistaram alguns direitos, que o protegem no caso de uma expulsão direta. Estes direitos forçaram uma mudança de comportamento do patrão, o que, no discurso dos trabalhadores, aparece na comparação entre patrões de antigamente e de hoje.

"Hoje tá melhor, porque hoje não tem gente ruim como tinha antigamente, sujeito a patrão; patrão fazia o que queria com o reideiro. Hoje já não pode mais fazê; porque o camarada pode procurar os seus direitos. Antigamente mandava embora; se era sujeito; não tinha direito a nada. E hoje não pode mais, hoje o patrão tem que vivê de acordo com o reideiro, se quisê botá o reideiro na propriedade; porque ninguém se sujeita mais a grito de patrão, a botá o cabresto; o cabresto é prendê o sujeito prá só fazê o que ele quer, fazer coisa que a gente, às vezes, não quer fazer e tá vendo que não dá certo. E eles obrígava; porque o camarada era morador, ou você fazia ou jogava fora". (morador).

Tanto moradores quanto patrões justificam que o morador deixa de ser interessante, devido ao sindicato:

"O patrão não se interessa por morador, acho que é devido ao sindicato, porque se um reideiro trabalha quatro, cinco anos, no meio de completar dez anos, aí o sindicato já dá mais direito a aquele reideiro. Aquele proprietário já fica sem o direito de tirá aquele reideiro. Já não pode mais" (morador).

"Eu pelo ao menos não vou botá mais morador, porque o sindicato dá muita cobertura, porque se o camarada vai trabalhar comigo, eu pago prá ele plantá o algodão; e quando passa dois, três anos nem quer mais trabalhar e quer ser dono da propriedade; o camarada vai ao sindicato, e muitos dá a razão; quer dizer que comigo nunca criou não, porque eu evito, mas muitos já deixou roça aí, fez o patrão pagar do preço que ele quer, prá evitá de questão. Porque é que muitos estão deixando os sítios, morando na cidade; porque hoje tem mais pobre na cidade do que médio e rico; porque o povo não quer trabalhar". (grande proprietário).

Os patrões procedem à expulsão indireta como forma de inviabilizar, na prática, a reivindicação pela indenização. Eles, ao usarem mecanismos de expulsão indireta, demonstram, mais uma

vez, o nível bárbaro de expropriação do morador, do qual é roubado até um direito mínimo garantido por lei.

Os trabalhadores não estão suficientemente conscientes e organizados em seus sindicatos, de modo a fazer com que a luta pelos direitos exerça força preponderante sobre a transformação das relações de trabalho. Os trabalhadores ainda não têm consciência de seus direitos, ou se o têm, a luta pela sobrevivência de um lado e a repressão dos patrões, por outro, tornam-nos medrosos. Quanto à atuação do sindicato, ela é muito fraca, limitando-se a seus aspectos assistencialistas (assistência médica, dentária) e acordos, feitos, em geral, entre patrão, sindicato e trabalhadores, sem a interferência do advogado. Os resultados, na maioria das vezes, são desfavoráveis aos trabalhadores.

Assim, a existência dos direitos e do sindicato são decisivos na determinação da forma de expulsão (expulsão indireta), mas não são eles que provocam a expulsão.

A análise vista anteriormente sobre as repercussões da expansão da pecuária e suas transformações sobre a reprodução do morador permite verificar que os direitos e o sindicato são apenas a forma aparente de um processo que tem suas raízes nas transformações do sistema produtivo. A expansão da pecuária e sua capitalização, de um lado, exige um número menor de moradores e, de outro lado, deteriora as condições de trabalho dos moradores. O patrão não precisa mais dar ao morador condições plenas de reprodução (assistência médica, feira, escolas). Estas necessidades serão providas pelo próprio morador, graças ao salário, que ele vai receber na propriedade. O morador deve prioritariamente baratear os custos da pecuária e neste sentido ser uma força de trabalho disponível para assumir as tarefas que são convenientes ao patrão.

Os mecanismos indiretos, vivenciados na maior expropriação e maior submissão ao cativo, incidem na determinação da expulsão, porém, como a decisão é do morador, não são estes mecanismos que aparecem imediatamente. O morador, pressionado pela crescente expropriação, muitas vezes prefere sair da propriedade.

3) Rendeiro

Os moradores, quando não conseguem suportar as pressões

dos patrões, resolvem procurar outras propriedades, na "ilusão" de encontrar um patrão "bom", que lhes proporcione melhores condições para o sustento de sua família. Raramente conseguem concretizar sua "ilusão".

"Tem deles (os patrões) que ainda dão uma ajuda na planta do capim, em dinheiro dá uma feirinha pra assentã o capim, aĩ vai tirar aquê la migalha, que dá no fim do ano, que não tem mais direito a plantar. E o morador quando não se assujeita pra plantã nos carrascos, vai procurar outra propriedade. Encontra, às vezes tem uma desocupada, quando dá fê, faz a mesma coisa, aĩ vai tocã pra frente e assim vai indo, o morador sempre pensa que vai encontrã uma melhor, se não encontra fica do mesmo jeito, tem que ficar em cima do chão mesmo. A esperança do pobre é o ano vindouro" (morador).

Como moradores, já não gozam das "vantagens" existentes em tempos anteriores, como, por exemplo, o direito a ter um roçado próprio, sem ter que pagar a renda; a criar animais, muitas vezes até gado; a ter uma casa boa; a ser socorrido pelo patrão na doença; a adiantamento sem juros. Estas vantagens, de certa forma, compensavam o cativo: estar à disposição do patrão para qualquer tarefa a qualquer momento, suportar maus tratos, proibição de trabalhar para outro patrão, obrigação a vender o dia de trabalho por um salário menor do que o do trabalhador de fora. Vivenciando um processo de diminuição das "vantagens", sem uma contrapartida de diminuição das desvantagens, os moradores se sentem impelidos a mudarem para "a rua" (cidade ou povoado). Esta representa o acesso a alguns itens fundamentais para a sua subsistência, como médico, escola:

"Aqui na rua é melhor; se ficar doente, vai até a pé pro hospital. Eu já vi meu filho morrer à mingua, esperã 1, 2, 3 dias, quando vem chegã na cidade, é medicando e morrendo, morto. Já perdi muitos filhos; eu tenho 7 filhos no céu, e morre assim à mingua. O pobre morre às vezes por falta de um grito". (rendeiro)

A fraca atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na organização dos trabalhadores, faz com que as saídas encontradas pelos moradores, para enfrentar a pauperização, sejam, na maioria das vezes, individuais. A saída da propriedade para a

"rua", tida como um ato de coragem, significa a libertação do cativo. Embora seja uma ação individual, é uma forma de luta, de resistência a situação de exploração, dominação, cativo em que vivem os moradores.

Na visão de libertação do cativo, a saída para a rua sempre traz consigo a esperança do chão de casa próprio:

"E aqui se eu trabalho de meia, pelo menos a casa é minha; na hora em que ele me aborrece lá na propriedade, eu tenho pra onde ir e lá no sítio é o contrário, eles impõe mesmo, lá eles botá pra trabalhar o dia de domingo, bo ta pra o sábado, o camarada adoece um dia, ele chega e diz você tá doente nada". (rendeiro). (16)

Uma vez morando na rua, as alternativas de trabalho ainda são na agricultura. A demanda de assalariados urbanos praticamente inexistente. Na agricultura as transformações técnicas não se deram a um nível que exigisse relações de trabalho assalariado permanentes. A demanda de força de trabalho assalariada é limitada no tempo e na quantidade. Consequentemente, resta apenas a esse ex-morador a alternativa de buscar novamente na propriedade a continuidade de sua relação de parceria. São, agora, os rendeiros. Para os trabalhadores o rendeiro não se confunde com o morador. A denominação MORADOR está carregada do caráter de cativo implícito nesta relação, enquanto que RENDEIRO significa um rompimento com o cativo.

A existência dos rendeiros (parceiros que moram fora da propriedade) não é um fato novo, mas o seu crescimento significativo, provocado pelo processo de expulsão de moradores.

Entre os moradores e rendeiros não há diferença substancial na relação de trabalho. Os dois trabalham em regime de parceria. Por isto a caracterização da relação de trabalho feita no início da análise dos moradores também serve para o rendeiro.

A diferença entre os dois se situa mais a nível de certas obrigações, tanto por parte do patrão quanto do morador e ní

(16) "O empenho do trabalhador em morar em sua própria casa é revelador do modo como ele vive a sua saída e seu passado no engenho. O pagamento do aluguel, além de exercer uma forte pressão sobre o orçamento doméstico, representa o estabelecimento de uma relação de dependência entre inquilino e proprietário, que tende a ser percebida pelo trabalhador da mesma forma como percebia sua relação com o senhor de engenho, dono da casa em que morava" (Siquaud, 1979, p. q).

veis diferentes de sujeição. Os depoimentos abaixo ilustram um pouco.

"O morador, eu dou a casa prã ele morã; se quebra uma dobradiça na porta, eu compro outra e boto, quebra uma telha, eu vou botã, naquela propriedade; sã para ter aquele homem, tem que sustentã-lo". (grande proprietário).

"O cabra sendo morador, às vezes quer agravar a moral do homem e tem que obedecê ao patrão. Não é todo o patrão hoje que trata o morador com carinho. E o cabra sendo rendeiro; aĩ ele tem cuidado, porque se perde o rendeiro bom, aĩ vai ser difícil prã achã outro mais. O cabra não é morador prã ele ficar botando cá bresto nele". (pequeno proprietário/rendeiro).

O rendeiro não é completamente autônomo, o proprietário diz o que plantar, como deve ser plantado. O controle do rendeiro, por parte do patrão, se dá mais a nível da produtividade, de forma a assegurar o pagamento da renda pelo preço mais alto possível. O patrão controla as atividades do morador num nível muito maior, porém tem determinadas obrigações com o morador. O morador está preso a uma relação pessoal e direta com o patrão, que assume um caráter moral muito forte. Muitas vezes ele enxerga a exploração, porém é incapaz de se colocar contra o patrão, pois isto significaria uma traição.

O rendeiro se sente mais livre para "escolher" o patrão. É mais livre na determinação do seu modo de vida, modo de pensar, sua consciência, sua expressão de voto. É mais fácil um rendeiro colocar questão no sindicato do que um morador. Na pesquisa empírica notei, também, que na maioria, os rendeiros se sentem mais à vontade para contarem sobre sua situação, ao passo que os moradores parecem sempre mais medrosos e em questões que envolvem diretamente um julgamento do patrão, dizem "os patrões", acrescentando não raras vezes: "não o meu, o meu é bom".

Do ponto de vista do patrão, ter rendeiro significa eliminar os inconvenientes do morador, mantendo o mesmo nível de exploração ou até superior, na medida em que a reprodução do rendeiro é deixada totalmente a seu cargo, enquanto que o morador não pode morrer de fome dentro da propriedade. O rendeiro permite ao "novo sistema tradicional" continuar se mantendo com o mínimo adiantamento de capital variável.

4) Assalariados Permanentes

A capitalização da pecuária também tem gerado um outro trabalhador: o trabalhador permanente, que é o assalariado propriamente dito.

"Compõem um pequeno grupo permanente, constituído por pessoas com certo nível de especialização e treinamento, ganhando o salário mínimo ou mais, e ocupando funções, como de administrador, tratorista, chofer, vaqueiro, tratador de gado, vigia. Estes moram na propriedade, mas na maioria das vezes vivem exclusivamente de seus salários, gozando dos direitos legais, que reduzem em muito a antiga submissão". (Lira, 1983, pg. 107).

Na verdade, a utilização deste trabalhador visa, muitas vezes, substituir o proprietário ausente. Na pesquisa em todos os casos observados estes proprietários tinham outras profissões: juizes, comerciantes, que residiam fora dos municípios. Mesmo com a presença de um vaqueiro - administrador, ainda permanecem moradores e rendeiros nas propriedades.

5) Atividades Complementares

As novas condições de trabalho determinam que junto ao acesso à terra, caminha a necessidade crescente de assalariamento. A impossibilidade de assalariamento o ano todo, torna-o uma estratégia temporária, complementar à produção direta.

A família se utilizará de diferentes estratégias. É essencial considerar a unidade familiar extensa, ou seja pai, mãe, filhos e família dos filhos, pois o casamento dos filhos não significa um rompimento com os pais. Os filhos de pequenos proprietários casam e permanecem na mesma propriedade, dividindo a diminuta terra. Quando migram, mesmo casados, continuam a ajudar os pais. Assim a reprodução das pessoas é definida na família extensa. As estratégias para reprodução da família se situam no local⁽¹⁷⁾ e fora do local. A existência destas últimas, como por exemplo em São Paulo, pode relativizar o engajamento

(17) Por "local" entendo nos limites dos municípios estudados, pois se é, por exemplo, em Cajazeiras, situada a 30 km de São José de Piranhas, já representa uma estratégia mediata pela migração.

nos trabalhos complementares no próprio local. Com objetivo de situar melhor as especificidades dos vários trabalhos complementares, discutirei primeiro as estratégias de sobrevivência no local: a nível da própria expansão pecuária, do comércio local e das empresas e benefícios oferecidos pelo Estado e, posteriormente, a relação entre as várias estratégias locais e a migração, que possibilitará trabalho fora do local.

5.1 - Na Própria Agricultura

Em se tratando apenas das possibilidades de assalariamento local, os moradores e rendeiros dependem mais das atividades internas à propriedade: plantio de capim, cana forrageira, execução de benfeitorias, destocamento (ato de arrancar os tocos). Esta última atividade, apesar de melhor remunerada, é muito pesada, desgasta o trabalhador. Os jovens, ao manifestarem o desejo de migrar para São Paulo, vêm nesta saída uma forma de escapar de atividades pesadas e mal remuneradas do tipo do destocamento.

"Eu tenho um rapaz aqui, Sebastião, já mandaram chamar ele, aí ele dizendo que não vai, já tá com a reservista pronta. Ele estudou o primeiro ano, aí tá estudando, aí diz: olha papai, se o senhor for arrancá toco, eu vou me embora, porque arrancá toco, a sra. sabe, mata o homem. Aí passou esta emergência todinha e eles arrancaram muito toco". (rendeiro)

O pequeno proprietário tem sua reprodução determinada, em última instância, pela expansão da pecuária. Mas, ao mesmo tempo, encontra nesta a complementação de sua subsistência. Como sabemos, as pequenas propriedades são circundadas de grandes propriedades. Nestas os pequenos proprietários se empregam como rendeiros. Os pequenos proprietários-rendeiros estão, sem dúvida, numa situação relativamente melhor que o morador ou rendeiro. Além do seu chão de casa, o que lhes garante uma certa autonomia, sua sobrevivência não depende apenas da terra de parceria. Para o patrão é mais interessante empregar um pequeno proprietário do que um trabalhador sem terra, pois aquele já produz uma parte de sua reprodução; a terra de parceria é tida como complementação. Por este motivo o pequeno proprietário pode oferecer a sua força de trabalho a um preço menor do que o tra

balhador sem terra. Significa, portanto, que está mais propenso a aceitar as novas condições de trabalho impostas pelo proprietário. (18)

O engajamento do pequeno proprietário numa relação de parceria significa que ainda vê no acesso à terra e não no assalariamento uma forma de complementar a sua subsistência. Neste sentido se situa o seu horror ao trabalho alugado:

"Eu acho muito triste um homem se alugá, (19)
 prá trabalhar prá outro homem. Às vezes quando eu tenho uma folga de serviço faço uma tarefa, uma empeleita de serviço, aí consigo fazer aquele serviço, mas prá eu me alugá, mesmo um dia, nunca fui, não". (pequeno proprietário/rendeiro).

Porém a rejeição ao "alugado" pode se enfraquecer pela força do processo de pauperização, que pode obrigá-lo, paulatinamente, a ir modificando também seus julgamentos de valores, seus critérios, suas apreciações.

Dado o caráter temporário das atividades assalariadas, a força de trabalho disponível passa a viver um clima de completa insegurança, de incerteza pelo amanhã. Nas épocas de pico de produção, há muito trabalho, sempre se encontra onde se assalariar; passadas estas épocas, o chefe da família e seus filhos em idade de trabalhar vivem na dependência de um ou outro "alugado" que apareça ou são obrigados, frequentemente, a recorrerem a adiantamentos do patrão ou de terceiros, o que antecipadamente compromete a sua safra futura.

5.2 - Comércio

Além das alternativas de trabalho situadas na própria agricultura, existe a possibilidade de se dedicar a um "negócio", "pequenos comércios". Em se tratando de trabalhadores, es

(18) "... a existência de uma grande massa de pequenos camponeses que necessitam assalariar-se temporariamente, leva também ao rebaixamento dos salários rurais. Isso porque esses pequenos produtores conseguem parte do necessário a sua reprodução nas suas poucas terras e vendem sua força de trabalho no sentido de apenas completar sua subsistência. Ao mesmo tempo em que vendem sua força de trabalho por menores preços, engrossando o excedente de trabalhadores, o rebaixamento dos níveis salariais permite que condições técnicas menos produtivas continuem sendo vantajosas economicamente". (Graziano da Silva, 1981, pg. 38/9).

ta atividade é geralmente praticada pelos pequenos proprietários. Assim, os moradores e rendeiros raramente se dedicam a qualquer tipo de comércio.

A diversidade deste tipo de atividade, quanto ao setor, aos níveis de comercialização acarreta diferenças na reprodução do pequeno proprietário. Isto pode ser analisado melhor através de exemplos concretos.

Um pequeno proprietário tem 70 ha de terra, sendo boa parte não aproveitável, pois fica numa região de serra. É dono de uma bodega. Com a renda obtida neste negócio conseguiu sustentar seis filhos na universidade.

Um outro pequeno proprietário, com 68 ha, é dono de uma banca de roupas na feira, conseguiu comprar gado e fazer benfeitorias na propriedade com a renda obtida no comércio. Em ambos os exemplos a dedicação ao comércio permitiu um aumento da renda, no primeiro caso consumida na educação dos filhos, e, no segundo, revertida em investimentos na própria terra.

Há outros casos, onde o comércio assume o caráter de uma atividade complementar à produção direta. É o caso de um pequeno proprietário com 100 ha, onde a divisão do trabalho se pauta pela unidade de produção familiar, mas também por produções individuais, que se destinam a despesas pessoais. Caracteriza-se pelo que Heredia (1979) chama de roçado-roçadinho.

"No roçado familiar trabalham os membros da unidade familiar que não recebem nenhuma parte especial do que ali é produzido, por executarem essa tarefa; o que é obtido no roçado é destinado ao consumo da própria família". (pg. 105).

"Além do roçado já mencionado existem outros roçados individuais, e que pertencem aos filhos e à esposa". (pg. 105).

As atividades da mulher e das filhas (criação de galinhas, feitura de queijo, manteiga), e as dos homens (roçadinhos), se destinam a despesas pessoais, como lazer, higiene pessoal,

roupas. (20)

Além dos exemplos já citados de dedicação a um comércio, citaria, ainda, um pequeno comércio de bebida, fósforos, cigarros avulsos, frutas, ovos, praticado nas residências. Em todos os casos observados, este pequeno comércio é, assim como os exemplos anteriores, mais comum entre os pequenos proprietários e indica uma tentativa de escapar do alugado.

5.3 - Benefícios e Empregos Estatais

A reprodução da força de trabalho não abrange apenas alimentação, roupa, mas também acesso a médico, maternidade, escola, etc. É importante ver como estas necessidades são atendidas no processo de rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores. No Capítulo I mostrei que a expansão da pecuária e sua capitalização foram garantidas pelo Estado. Portanto é com o respaldo do Estado que se processa a pauperização dos trabalhadores. O Estado, (21) porém, ao criar alguns serviços como escola, hospitais, maternidades - ganha uma aparência de protetor dos trabalhadores. No decorrer das transformações sócio-econômi

(20) Em todas as entrevistas efetuadas procurei inquirir sobre a existência distinta do roçado e do roçadinho, porém apenas apareceu num único caso. Isto me levou a perceber que a relação roçado-roçadinho exige plenas condições de reprodução da unidade de produção familiar. São aquelas unidades que com seus meios de produção conseguem garantir toda a reprodução da força de trabalho, não precisando, portanto, lançar mão de outras alternativas.

Quando os meios de produção são insuficientes para garantir toda a reprodução da unidade familiar, o "supérfluo", consubstanciado no consumo pessoal, é cortado a favor dos produtos de alimentação básica. Porém, de fato, não se trata de "supérfluos", pois a reprodução da força de trabalho abrange tanto a reposição da energia física despendida, quanto necessidades culturais. Neste sentido é que devem ser entendidas as constantes queixas dos jovens que dizem trabalhar, trabalhar e nunca conseguir comprar ao menos uma roupa.

(21) Seria extremamente interessante aprofundar o papel do Estado na reprodução da força de trabalho no campo, o qual, a meu ver perpassa todas as instituições - escola, INPS, Funrural, etc. Limito-me, porém, a apontar elementos que na pesquisa empírica e na análise como um todo evidenciam-se relevantes, deixando questões abertas para posteriores aprofundamentos. Não é meu objetivo neste trabalho discutir a questão do Estado, mas importa frisar a sua importância na determinação das relações sociais de produção, e, principalmente na região estudada (ou talvez em todo o Nordeste), onde o político aparece, frequentemente, como um elemento fundamental no funcionamento das relações sociais de produção.

cas, ele parece distribuir os benefícios equitativamente, favorecendo, de um lado, a acumulação dos grandes proprietários e, de outro, melhorando o bem-estar dos trabalhadores. O que desmistifica esta posição aparente de árbitro é que o Estado não assume nas mesmas proporções o que foi subtraído ao trabalhador. A perda que o trabalhador sofre no processo de expansão e capitalização da pecuária é muito maior que os ganhos advindos dos benefícios estatais.

Quando o morador tinha sua reprodução definida pelo acesso à terra, pautando-se pelo equilíbrio entre produção e consumo, sobre o patrão recaía a obrigação de socorrê-lo na doença e nas suas principais necessidades. Em tempos antigos o patrão até costumava contratar uma professora para alfabetizar os filhos dos moradores. Com o processo de expropriação dos moradores, há a perda destes direitos. O patrão se alivia destas responsabilidades e o Estado passa a substituí-lo, assumindo, portanto, um encargo que, até então, pesava sobre o patrão.

A aposentadoria garantida pelo Funrural livra os patrões da força de trabalho velha, porém ao mesmo tempo torna-a interessante, já que tendo uma renda, pode aceitar piores condições de trabalho.

Antes, o acesso a estes serviços dependia do poder dos "coronéis", donos de terra; agora assumidos pelo Estado, não deixam de depender dos mesmos donos de terra sob a figura do poder local. O acesso aos benefícios do Estado é condicionado ao capricho dos político-fazendeiros. Não é raro, por exemplo, ver crianças pobres excluídas da escola, pois os critérios que predominam são os de clientelismo político.

Além dos benefícios, o governo municipal e o estadual criam empregos nos seus órgãos como os de: serventes, faxineiras, vigias, professoras primárias. Estas atividades não permitem a reprodução da força de trabalho, pois o salário percebido poderia ser considerado simbólico.⁽²²⁾ Daí porque estas atividades são praticadas concomitantemente com outras na agricultura.

O que prende os trabalhadores às atividades asseguradas pelo Estado é mais o registro na carteira, o que garante o acesso aos benefícios do INPS, principalmente aposentadoria, cujo

(22) Salário vigente em março de 1984: vigia: Cr\$ 5.000,00, enquanto o salário mínimo regional era de Cr\$ 50.000,00 mensais.

valor é superior ao do Funrural.

Tanto a criação de benefícios quanto a criação de empregos por parte do Estado levam a colocar como hipótese que se o Estado não repõe nas mesmas proporções o que foi subtraído ao trabalhador, ele exerce papel fundamental na fixação da população local, impedindo a migração dos "inúteis". Contribui para fixar principalmente os velhos, crianças e mulheres, alvos principais dos serviços prestados e empregos do Estado. Os jovens dificilmente encontram um emprego nas alternativas oferecidas pelo Estado, reforçando a sua maior propensão a migrar, em comparação com os demais membros da família, conforme veremos com mais detalhes no Capítulo III, em seguida.

O Estado exerce o mesmo papel de fixador de força de trabalho no período de seca, através das Frentes de Emergência. O salário, apesar de baixíssimo, é, muitas vezes, a única fonte de renda, principalmente para os trabalhadores sem terra.

"Eu sô tenho um filho e este mês sô fiz uma feira, não vai dar para passar 15 dias. E a casa que tem mais criança e as coisas todo dia subindo, lá tem um vizinho meu que mora, são 7 pessoas lá e diz que é um café preto, um pão, um café preto no almoço e na janta. E tem muitos assim". (rendeiro/trabalhador da emergência). (23)

Os patrões, com as frentes de emergência, se utilizam de uma força de trabalho gratuita. No período de 1980 até maio de 1982 os trabalhos ficavam a cargo dos proprietários: broca, cerca, limpa, açude, cacimbão e outras benfeitorias. Eram obras de usufruto individual e não coletivo. A partir de outubro de 1982, a prioridade das frentes de emergência passou a ser a construção de açudes, poços, barragens, com objetivo de proporcionar meios de obtenção d'água. (24) Na prática se constituiu em mais uma forma de valorizar a custo zero as grandes propriedades.

(23) Os depoimentos onde identifiquei além da categoria do trabalhador: morador, rendeiro, pequeno proprietário, também trabalhador da emergência se referem a entrevistas específicas com trabalhadores em obras de emergência, e não fazem parte, portanto, de entrevistas das famílias com migrantes em São Paulo.

(24) Conforme entrevista feita com o Tenente-Chefe Geral do II BEC - Batalhão de Engenharia e Construção, sediado em Cajazeiras - PB e responsável pelas frentes de emergência nesta região.

"Quantos açudes não tem aí entregues aos grandes proprietários, que vive somente pra criar boi. Essa água vindo, água irrigada, só irriga o quê? As propriedades. Esses pobres tem propriedade? Será que irrigando não vão mais plantar capim pra criar boi? Olha tá acontecendo tudo isto na Cagepa(25), quantos redeiros tem organização nele? Nenhum. Aí será que é pra criar boi pra os grandes criadores? Sabe quantos pobres tem ali escapando com essa água que tem aí; Dá pra escapá umas 100 famílias, e dão pra plantar capim. Nós também precisava de um taquinho de terra pra plantar um lacinho de terra". (rendeiro e trabalhador da emergência).

"Se a água for irrigando bem, e as propriedades entregue aos agricultores, os pobres, tá certo. Mas se for irrigada, pra entregar aos ricos, os grandes proprietários, pra eles criarem boi, fazer irrigação com a plantação de capim, pra criar boi, justamente aqui. O sertão tá sendo quase todo assim, só pra criação. Quando vem pra cá no ano de seca fica pior do que mesmo não sendo irrigado". (pequeno proprietário e trabalhador da emergência).

Os grandes proprietários são revoltados com a forma de organização das frentes de emergência, vigorando a partir de outubro de 1982. Responsabilizam o governo por tornar o trabalhador preguiçoso e escassear a mão-de-obra. Apesar dos grandes proprietários permanecerem se beneficiando das obras de emergência, não controlam mais diretamente a administração, como ocorria anteriormente, quando fiscalizavam a frequência ao trabalho, o pagamento (o que dava margem a possível retenção de uma parte do dinheiro) como também a produtividade dos trabalhadores.

A atuação do Estado, através das frentes de emergência, tem esbarrado sempre nos limites da propriedade privada. As obras executadas sempre revertem em benefício dos proprietários de terra, em detrimento daqueles que não a possuem. Muitos trabalhadores, reconhecendo o empecilho da propriedade privada, consideram que o governo não deveria construir açudes, mas pagar o salário e deixar os trabalhadores sem trabalhar. Isto significa deixar o trabalhador livre para trabalhar em sua própria roça.

(25) Refere-se ao açude de propriedade da Cagepa (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba) que abastece o município de São José de Piranhas e se situa numa grande propriedade. Apesar da área coberta pela água ter sido desapropriada, a propriedade é beneficiada pela formação de vazantes, que são cobertas de capim.

"Se eu fosse o governador eu alistava todo mundo, ninguém trabalhava, chamava no dia do pagamento, pagava todo mundo, cada um vai trabalhar nas suas roças. Construir açude não adianta, só serve pra o dono da propriedade". (rendeiro).

A solução que realmente fixaria o trabalhador rural seria aquela que rompesse com a propriedade privada da terra: a REFORMA AGRÁRIA: (26)

"o governo podia comprar terra e dar pros pobres trabalhar de graça, REFORMA AGRÁRIA É PRONTO, quem trabalhasse, trabalhasse. É questão do governo fechar na mão e dar pra todos, porque todos são filhos da mesma terra, isso aí é que devia ser, mas isso também não chega não" (rendeiro e trabalhador da emergência).

"Tã com a conta de... de ... 1960 mais ou menos que apareceu essa história de reforma agrária, desde 60, depois de Juscelino Kubitschek, já vindo de Getúlio Vargas, vem de lá desse mundo, mas depois vi pebra em riba, pronto, nada, nada mais até hoje. Vê dizer que alcança nada. Veja lá fora, mais só conversa, tem outra coisa se fosse pros pobre, dar pros rico, ainda vai, mais pros ricos dar pros pobre é mais difícil". (trabalhador aposentado).


A reforma agrária apesar de vista como única solução, parece não ter perspectivas de realização, principalmente porque os trabalhadores entendem que quem irá fazê-la é o governo e que eles nada podem fazer para conseguí-la.

"O pobre não tem condição de nada; e como é que o cabra vai lutar sem... A arma que o cabra tem é o voto, quando vai dar, não sabe a quem, e às vezes tá pensando que é bom, e é no fim o malandro". (rendeiro).

6) Conclusão

O processo de expansão e capitalização da pecuária leva a mudanças nas condições de reprodução dos pequenos proprietários, moradores e rendeiros. O morador é expulso para as pontas-de-rua; há transformações na própria relação do morador; há aumento (26) A referência à alternativa da Reforma Agrária é, principalmente, presente nos trabalhadores mais idosos (40 anos acima). Para os jovens, raramente, aparece no seu referencial de alternativas a situação que o trabalhador vive no sertão.

to dos rendeiros. Os pequenos proprietários, crescentemente, se empregam na grande propriedade.

Estas transformações exemplificam concretamente que o desenvolvimento do capitalismo no campo não desemboca inelutavelmente ou diretamente no assalariamento. Embora a tendência geral seja a proletarização, o processo mais evidente é a não expropriação completa do trabalhador. 

"... o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador (...). A dificuldade⁽²⁷⁾ do capital em transformar a agricultura brasileira se traduz, em particular, em quatro pontos: a) no papel determinante que assume a propriedade da terra; b) na persistência (e mesmo recriação) da "pequena produção" (pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários); c) no alto grau de exploração a que se submete quer a mão-de-obra familiar, quer a mão-de-obra assalariada; e, finalmente, d) no fato de que, por maiores que sejam os meios e recursos envolvidos, os instrumentos de política agrícola não têm conseguido maiores progressos, a não ser algumas culturas especiais e regiões privilegiadas". (Graziano da Silva, 1981. pg. 33).

A importância destas relações no "novo sistema tradicional" permite entender porque são mantidas. Citarei alguns aspectos que justificam a utilização da força de trabalho de moradores e rendeiros e não de assalariados.

- 1) O objetivo dos patrões é manter a atividade agropecuária com o mínimo possível de adiantamento de capital; o assalariamento representaria um adiantamento significa

(27) "Uma nossa análise anterior (Graziano da Silva, org. 1978) apontava para a relativa debilidade das transformações capitalistas na agricultura brasileira no início dos anos 1970, o que significava basicamente que o capital não tinha conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador rural, nem revolucionar o processo de produção propriamente dito, de maneira ampla e dinâmica (...). Essa "debilidade" das transformações capitalistas na agricultura brasileira não deve ser entendida no sentido de que o modo de produção capitalista não seria dominante, ou coisa que o valha. Ao contrário, estamos entendendo essa "debilidade" como uma forma específica de dominação da agricultura, onde é marcante a presença do capital comercial e usurário. Assim apenas numa minoria de casos — identificáveis em certos produtos e em determinadas regiões — é possível constatar a presença das formas capitalistas clássicas ao nível do processo produtivo; isto é, de grandes empresas agrícolas operando à base de trabalho assalariado sobre uma base técnica avançada, e nas quais a extração do trabalho excedente se revela como extração de mais-valia diretamente ao nível do processo produtivo. (Graziano da Silva, 1982, pg. 127).

tivo de capital variável.

2) A exploração do trabalho é familiar:

"contrariamente ao capitalista, que não engaja novos fundos sem contar pelo menos com uma taxa proporcional de lucro, diferentemente do assalariado, que reivindicará para cada hora suplementar de trabalho, o mesmo senão mais, que o que recebe pelas suas horas normais, o "pessoal" de uma exploração familiar fornece, para aumentar sua renda global, uma fração de trabalho suplementar, pago a preço mais baixo, que faz baixar a média de seu pagamento coletivo". (Tepicht) (28)

3) Os moradores e rendeiros são diretamente interessados na produção, não havendo necessidade de fiscalização permanente. Isto, além de diminuir os gastos com um administrador, é compatível com o caráter absenteísta do proprietário.

"Eu prefiro mais morador, porque o trabalhador na diária só vai se tiver o encarregado, o dono, porque eles não trabalham". (grande proprietário).

4) Eles assumem os riscos da produção, dado interessante para uma região de seca.

5) Eles constituem uma reserva de força de trabalho mais barata. (29) Além de executar tarefas como o desmatamento na relação de parceria, são disponíveis para trabalhar na propriedade, na feitura de cercas, benfeitorias em geral, plantação de capim, cana, etc. (30)

(28) Citado em Wanderley, 1979, pg. 53.

(29) "Esse setor de produtores pauperizados tem a dupla característica de ser exército de reserva e campesinato de subsistência. Isso se explica porque parte importante de seus integrantes se transformam periodicamente em assalariados, ao mesmo tempo em que reproduzem parte considerável de suas necessidades a partir da apropriação imediata de sua produção. O aspecto de exército de reserva é duplo: a) como exército de reserva, no sentido estrito, que se integra periodicamente à produção capitalista e b) como exército de reserva potencial, como fonte de mão-de-obra futura para a indústria. Por sua vez, o aspecto campesino será de relevância maior ou menor segundo cada caso concreto, com relação à importância relativa do excedente comercializado e à importância da magnitude produzida para a reprodução de sua força de trabalho em relação a outras fontes de renda". (Sorg, 1980, pg. 131).

(30) Segundo Palerm (1977) a utilização de relações assentadas na unidade de produção familiar "está na necessidade que tem o próprio capitalismo agrário de usar mão-de-obra barata temporal, e de dispor de uma grande reserva de força de trabalho que se mantém a si mesma grande parte do ano e que se reproduz a si mesma sem custo direto para o sis

Os patrões servindo-se de moradores e rendeiros objetivam o barateamento da força de trabalho e não garantir a reprodução total destes trabalhadores. Por isto só proporcionam um acesso precário à terra, que limita a produção dos itens básicos de alimentação.

Os moradores e rendeiros, embora pressionados pelo avanço do capim plantado, têm como prioridade a produção de culturas de subsistência, sendo forçados a se submeterem às péssimas condições de trabalho.

A família continua sendo a unidade básica de produção, porém tem sua base de reprodução alterada. As condições de reprodução dos moradores, rendeiros e pequenos proprietários não permitem a utilização de toda a capacidade de trabalho da unidade familiar, gerando uma força de trabalho que "sobra".

Mas poder-se-ia perguntar: sobra em relação a que? Esta "sobra" não significa uma população que está totalmente desempregada, pois ainda tem acesso, mesmo que precário, aos meios de produção. Portanto, não se trata de uma sobra que constitua um excedente populacional absoluto, mas é uma sobra relativa, produzida pelo próprio processo de acumulação capitalista e não absorvida por ele. Esta população que sobra não é, portanto, uma superpopulação absoluta, mas uma superpopulação relativa, nos termos formulados por Marx:

"a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora superflua relativamente, isto é que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se desse modo, excedente". (Marx, O Capital, L. I., Vol. 2, pg. 731).

Assim o processo de expropriação no campo constitui um dos mecanismos de formação da superpopulação relativa.

As mesmas conclusões chega Alves (1978):

"... podemos estar diante de um fato bastante curioso, o de que as mudanças nas relações de trabalho que provocaram a não mais necessidade de trabalhadores morando na propriedade sob a relação de parceria e provocaram o crescimento das cidades do sertão, provocaram também o aparecimento de um exército industrial de reserva em escala nacional, apto a vender a sua força de trabalho tanto na agricultura quanto na indústria sob a mesma relação, tanto faz no sul, como no norte, a venda da for

ça de trabalho se dá da mesma forma, algumas vezes a um valor maior e outras vezes a um valor menor. Todas estas modificações tem levado a um nivelamento da força de trabalho em escala nacional, fazendo com que as diferenças de interpretação, por ventura ainda existentes, sobre o caráter da agricultura no Nordeste brasileiro, desapareçam e prevaleça a visão de que campo e cidade são diferentes setores de inversão de capital". (pg. 94).

A existência de uma força de trabalho a disposição do capital no campo ou na cidade, no nordeste ou no sudeste, é clara quando a migração é uma saída regularmente utilizada por esta população.

As estratégias dos pequenos proprietários, moradores e rendeiros para complementação da parca produção direta serão decididas em função das condições objetivas a que estão sujeitos estes produtores, bem como do momento do ciclo de vida da unidade familiar. Entre estas estratégias, a migração ocupa um lugar destacado, pois raramente encontramos uma família de trabalhador que não tenha filhos em São Paulo ou cujo chefe ou filhos já não tenham migrado.

A migração, apesar de se realizar, aparentemente, por indivíduos isolados, é uma decisão da unidade familiar, e é dentro da lógica de reprodução desta unidade que se pode entender, por exemplo, porque migram principalmente os jovens.

No Capítulo seguinte, III, se analisará como a migração é uma alternativa real, uma forma de enfrentar a pauperização vivida pelos pequenos proprietários, moradores e rendeiros.

"O Nordeste nada mais é do que uma criação de mão-de-obra barata, para a indústria dos grandes centros; se melhorassem as condições do Nordeste ninguém precisava sair. Existe um deputado do Nordeste - Humberto Lucena, ele queria um Polo Industrial, isto eu ouvi outro dia, através do Projeto Minerva, seria mais fácil para o desenvolvimento eu não vou dizer nem da Paraíba, mas do Nordeste, daqueles Estados mais afetados, mas o governo não cede isto, porque o negócio dele é criar mão-de-obra barata no Nordeste pra trazer pra São Paulo, devido a grande ilusão que o povo tem".
(ajudante, filho de morador).

"A esperança do nordestino é vir para um grande centro e conseguir naquele centro sonhos, por exemplo, voltar para o nordeste e poder comprar uma pequena propriedade, um pequeno sítio, vive assim com mais conforto, mais condições". (serralheiro, filho de pequeno proprietário).

"O meu filho que tá em São Paulo ajuda, de vez em quando ele manda uma besteirinha, quinze mil, vinte mil, é os meus pés, e minhas mãos graças a Deus, e se não tivesse eles em São Paulo era duas secas.
Ah! não sei o que seria de mim se não fosse meus filhos em São Paulo." (morador).

CAPÍTULO III

MIGRAÇÃO DO CAMPO PARA A CIDADE: UMA ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Introdução

O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, analisado nos Capítulos I e II, através das mudanças no Sistema Tradicional e nas repercussões destas sobre as condições de reprodução dos trabalhadores rurais, gerou uma superpopulação relativa no campo. Esta população supérflua pode buscar sua sobrevivência tanto no campo quanto na cidade, no próprio local ou fora. Aí apresenta-se a migração como a estratégia comumente utilizada. Esta população passa a constituir o exército industrial de reserva.

"Quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminui a medida que se acumula o capital que nela funciona, a procura absoluta da população trabalhadora rural (...). Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência (manufatura aqui significa todas as indústrias não agrícolas). Está fluindo sempre esse manancial da superpopulação relativa. Mas, seu fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente, cuja dimensão só se torna visível, quando, em situações excepcionais se abrem todas as comportas dos canais de drenagem⁽¹⁾. Por isso, o trabalhador rural é rebatido ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo". (Marx, L. I., Vol. 2. pg. 746).

(1) Poder-se-ia dizer que tais situações se expressam, no caso estudado, por ocasião da seca, fenômeno que, pela sua dramaticidade, mistifica a exploração implícita nas relações de produção no sertão.

O fato de considerar a migração como processo determinado pelas transformações das relações de produção na área de origem não significa que ela está exclusivamente ligada a estas transformações. Na verdade, a região estudada caracteriza-se por sofrer um processo migratório secular.

A preocupação deste capítulo não é, portanto, constatar e provar a existência do fenômeno migratório, mas sim entendê-lo dentro do processo de transformação das relações sociais de produção na origem.

A migração não é um fenômeno isolado das transformações na origem. Estas determinam tanto os movimentos populacionais das áreas rurais para grandes metrópoles, quanto dentro dos municípios de origem.

A migração pode ser observada pelos dados de crescimento populacional. O município de Bonito de Santa Fé na década de 1960 a 1970 apresenta crescimento negativo de 19,59% e na década de 1970 a 1980 apresenta um crescimento de apenas 11,0%. São José de Piranhas apresenta crescimento de 2,1% entre 1960 a 1970 e de 10,8% entre 1970 e 1980, o que também denota uma alta taxa de emigração, se considerar que a taxa média de crescimento anual na década é de 3,3% para o Brasil. (Tabela 7, em anexo).

Os movimentos populacionais dentro dos municípios de origem podem ser observados pelo crescimento da zona urbana. Enquanto Bonito de Santa Fé apresentava um crescimento negativo da zona urbana na década de 1960 a 1970 (4,22%), o crescimento foi largamente positivo na década seguinte: 12,7% contra apenas 2,7% na zona rural.⁽²⁾ Da mesma forma, São José de Piranhas apresentou na década de 1960 a 1970 crescimento negativo de 27,8% na zona urbana: na década de 1970 a 1980 teve um crescimento de 117,4% na zona urbana, contra um crescimento negativo de 7,3% na zona rural, o que denota uma perda absoluta da população na zona rural (Tabela 7, em anexo).

Dada a precariedade das alternativas locais e existindo possibilidade de trabalho em condições comparativamente melhores em relação às locais, a família é forçada a lançar mão da

(2) Estes dados de crescimento na década de 70 na zona urbana dos municípios estudados devem ser relacionados com as observações que fiz nos Capítulos I e II, sobre as mudanças ocorridas na década de 1970, em decorrência da "peculiarização", que acarretaram transformações das relações de trabalho, com a expulsão do morador para as pontas-de-rua.

migração como estratégia de sobrevivência.

A importância da migração como alternativa de sobrevivência dos trabalhadores do campo não é um fenômeno do desenvolvimento do capitalismo apenas no Brasil; mas, também, dos países atualmente considerados desenvolvidos. A análise deste fenômeno é encontrada na literatura clássica sobre o desenvolvimento do capitalismo:

"se o ganho suplementar não se apresenta espontaneamente, o camponês não tem outro recurso senão o de procurá-lo mesmo que para tanto tenha de deixar, de quando em quando, a terra natal. Quanto mais se desenvolvem os meios de transporte modernos, quanto mais as comunicações por estrada de ferro se generalizam, quanto mais os correios e os jornais informam sobre a situação exterior, tanto mais facilmente o homem rural se decide a deixar a sua aldeia, ao menos por um certo tempo e ir mais longe". (Kautsky, 1968, pg. 207).

Se as possibilidades de assalariamento no local são mais difíceis do que em outros, a alternativa é deixar a terra natal.

"Se você se localiza aqui (Paraíba) não tá dando, a gente vai embora, vai caçar. lutar pra arrumar, vamos caçar noutra canto". (rendeiro).

A migração é, portanto, uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores rurais, que agora têm sua reprodução marcada pela necessidade de assalariamento.

A migração não é tratada aqui simplesmente como êxodo rural: a migração sem retorno, definitiva, do campo para a cidade, mas migração no seu sentido mais dinâmico, onde há um movimento do campo para a cidade, da cidade para o campo, do campo para o campo. Neste sentido campo e cidade não são duas realidades estanques, mas estão interligados. No presente estudo, a migração assume o papel de mediador, articulador das relações entre campo e cidade.

As estratégias para a reprodução da família se situarão no quadro das alternativas colocadas pelo capital, tanto no campo, quanto na cidade. A opção pelas diferentes alternativas é realizada no seio da unidade de produção familiar. Numa mesma unidade várias estratégias podem ser tomadas: alguns membros se

"alugam", outros consideram melhor migrar. Assim, a decisão de migração deve ser entendida como decisão da família. Nesta con tam tanto as suas condições de sobrevivência, quanto elementos do tamanho e do ciclo da família.

"A minha mãe falava sempre que a família nunca ia se apartar, mas foi o jeito, porque a gente só brincando, porque não podia trabalhar, sem chuva e comprando legume". (migrante, filha de pequeno proprietário).

"Quando meus irmãos vieram, os pais não queriam, mas combinaram e deixaram, porque não tinha outro jeito, mas nós choremo tanto, tanto, ficamo com os olho tudo inchado, nunca tinha a família se apartado. Eles tinham que vir, tanto para viver, quanto para mandar dinheiro. Quando arrumaram emprego aqui, mandavam dinheiro, só parou de mandar para meu pai quando ele falou que não carecia". (ajudante, filha de pequeno proprietário).

A separação da família, tanto para os filhos, quanto para os pais é motivo de grande sofrimento, porém este sentimento não é determinante da decisão de permanecer ou migrar, mas sim as condições concretas existentes. A família se submete a todo tipo de sacrifício e sofrimento, vivenciados de forma mais brutal na migração:

"minha mãe não queria que viesse, mas chegou um certo tempo, que eu vi que não tinha condição, sofria eu e sofria ela lá e todo mundo, aí eu vim embora pra cá". (operário, filho de morador).

A migração é determinada, em última instância, pelas relações de produção na origem, porém como trata-se de uma estratégia familiar, é através das relações familiares que se determinam os destinos, as etapas, os tipos de migrações, os retornos.

1) Destinos

Inicialmente verificarei a importância da migração dos municípios estudados dentro do próprio Estado (como por exemplo para Cajazeiras, Souza, Patos, Campina Grande, João Pessoa). Uma pesquisa realizada em João Pessoa - PB mostra que dos migrantes residentes em João Pessoa apenas 2,0% (FIPLAN, 1983: Tabela 14) procedem da microrregião do Sertão de Cajazeiras, onde estão situados os municípios estudados. (3) Considerando-se que a microrre

(3) Os migrantes em João Pessoa procedem principalmente das seguintes microrregiões: Piemonte da Borborema: 20,57; Litoral Paraibano: 15,87;

gião abrange vinte municípios, pode-se inferir que a migração dos municípios estudados para João Pessoa é insignificante.

A migração do sertão paraibano para outras regiões, dentro do próprio estado, teve importância no passado, através das migrações para a região do Brejo Paraibano, que foi o receptáculo dos flagelados fugidos da seca. (X)

"O Brejo compartilha o destino de todas as áreas úmidas do Nordeste, é área de refúgio para as populações que fogem das secas, flagelo que ele não conhece. O Brejo é uma região bem relacionada com os espaços ecológicos que o circundam, e com os ciclos econômicos da Nação, que se repetem no seu território". (Andrade e Potengy, 1980, pg. 261).

O Brejo atualmente já não constitui mais o refúgio dos retirantes da seca; ao contrário, hoje o Brejo expulsa gente:

"as flutuações dos preços internacionais, como em todo o Brasil determinaram, muitas vezes, quedas e flutuações na sua vida econômica. E, com eles, a saída da população. Porque se, no passado, constitui refúgio para os retirantes da seca, hoje, em dia já não cumpre esse papel. Uma rede de estradas pavimentadas e um bom serviço de ônibus alargaram os horizontes do sertanejo, que hoje prefere diretamente a migração para o Centro-Sul". (Andrade e Potengy, 1980, pg. 261).

Há, também, migração para Brasília, porém o destino mais importante é São Paulo, pelo menos nos municípios estudados:

"bom, a maioria, sempre, aqui da região, sempre é lá pra Vila São José, em São Paulo, pra Brasília tem poucos. No Rio eu não conheço ninguém". (ex-migrante, Paraíba).

A migração para São Paulo remonta à década de 1930, conforme mostra vários depoimentos de pessoas mais idosas.

"Eu vou lhe dizer quando foi, em 1932 ninguém saía pra parte nenhuma, eu era criança com 8 anos, eu nasci em 1924, aí quando foi em 1932, já tinha havido ano de seca, em 1915, 1918, 1919. Meus pais que contam que foi seco, mas ninguém tinha pra onde sair, o povo era pouco, os invernos quando tinha criava demais, só com casca de mato, gente pouquinho. Mas quando foi de 32 pra cá começou a sair gente pra São Paulo, ia de a pês, de animal daqui até João Pessoa. O pessoal sabia por notícia do jornal, aqui ninguém ouvia falar nem de carro, de rádio, de avião, nada, nada nesta época.

A primeira pessoa que ouvi falar que saiu da qui foi o padrinho de pai, foi em 1932, foi prá São Paulo, ele saiu daqui prá João Pessoa de animal, quando chegava lá, tinha uma pessoa prá volta com os animais, porque ele vendia, sabe, os animais prá pessoa que ia era já prá ficar com os animais, já tinha comprado; aí quando chegava lá tocava o navio, passava 15 dias viajando prá chegar em São Paulo. Aí quando chegava prá lá sumia, ninguém sabia mais notícia, nunca, quando veio gente aparecer deste São Paulo, deste povo já tava com uns 10 anos, aí deste tempo por diante quando hai um verãozinho. Os outros foram espalhando a notícia, espalhando, aí foi no tempo que começou a chegar carro, os primeiros carros que chegou aqui mesmo foi em 1935. O primeiro caminhão que apareceu aqui. Eles vieram buscar gente prá trabalhar em São Paulo, vieram trazendo legume neste tempo de seca, transportando gente prá qui prá colá, aí neste tempo desenvolveu; aí o povo que vinha de lá vinha cheio de grana, aí o povo endoideceu a cabeça e agora é só São Paulo, São Paulo. Todo mundo veio enternado na casimira, uma coisa e outra, aí o povo disse ah! aqui não tá prestando, vinham com sapato, relógio, na trinca como se diz, e dinheiro farrando, charutão no bico. Deste tempo por diante, minha filha cada vez mais vai e vai e vem, e vai e vêm, uns vai e outros vêm, acha que lá tá ruim, quando arranja com que vem, o dinheiro se acaba, volta prá trás, chega lá torna a ganhar e torna a... Tem gente que dá não sei quantas viagens em São Paulo". (rendeira 70 anos).

Acredito que este depoimento é muito elucidativo, pois se refere ao início da migração para São Paulo.

A migração do sertão paraibano para São Paulo foi inicialmente intermediada pelo Estado. ⁽⁴⁾ Este serviu como estimulador da drenagem de força de trabalho de regiões menos dinâmicas para aquelas que requeriam maior força de trabalho. A partir daí, abriu-se um canal de comunicação permanente entre sertão da Paraíba e São Paulo, principalmente através das relações pessoais, de amizade e parentesco, eixo em torno do qual se processa a migração.

(4) "O aliciamento a concessão de passagens e o encaminhamento dos trabalhadores às fazendas, foram, entre outras as formas principais do Governo Paulista manifestar seu interesse em atender à fome de braços dos fazendeiros do Estado" (Lopes, 1976, pg. 59).

A percepção das alternativas de migração se limitará a uma realidade conhecida, se São Paulo é o destino mais importante, significa que é este o local onde há esperança de se encontrar um emprego. Aí, os que já migraram funcionam como verdadeiro canal de informações, através das cartas e dos retornos constantes à origem. São os que estão na cidade que dão o sinal verde, para o momento exato da migração, momento este que é marcado pela possibilidade de conseguir um emprego, ou pelo envio do dinheiro da passagem, ou outras situações, que ocorrem no entrosamento das relações familiares e de amizade.

A migração possibilitou um interrelacionamento de Bonito de Santa Fé e São José de Piranhas com São Paulo muito mais intenso do que com outros municípios da própria microrregião, como Cajazeiras. (5)

É uma prática comum a ida de pessoas dos dois municípios estudados para São Paulo, em caso de tratamento de saúde. Muitas vezes tais tratamentos poderiam ser feitos em Cajazeiras, porém em São Paulo tais operações são conseguidas através dos direitos trabalhistas de seus familiares. São tais laços de comunicação que tornam São Paulo muito mais próximo que as cidades vizinhas. Deste modo questiona-se o caráter "etapista" das migrações, abordado em vários estudos. (6) Esta corrente, aliás, tem sido ultimamente objeto de crítica por parte de alguns estudiosos dedicados ao tema:

"A idéia de migração a "curtas distâncias" contra "distâncias longas" (ou por etapas versus direta) é outra falsa dicotomia. O caminho percorrido pelos migrantes para alcançar o chamado destino final tem relação com sexo, amizades, parentes, distância e tempo". (Butterworth and Chance, 1981, pg. 69.) (7)

(5) Cajazeiras dista, aproximadamente, 30 km de São José de Piranhas e 45 km de Bonito de Santa Fé.

(6) Foi Ravenstein (1885) quem primeiro sugeriu que a migração se dá por etapas: área rural - cidades pequenas - cidades grandes ou metrópoles: "É frequente alguém viajar em busca de emprego, de paróquia em paróquia, radicando-se, por algum tempo, aqui e ali até que, se ache, quando do recenseamento, em local bem afastado do de partida. Os migrantes de longa distância que saem diretamente de suas áreas de origem a fim de morar numa parte distante do país constituem a exceção e não a regra". (Ravenstein, 1980, pg. 45).

(7) "The idea of "step" versus "non-step" (or "stage" versus "direct") migration is another false dichotomy. The routes migrants take to reach a so-called final destination have to do with sex, friends and kin, distance and time" (Butterworth and Chance, 1981, pg. 69, tradução própria).

Alguns migrantes hoje em São Paulo, estiveram antes em Brasília, outros em Irecê - Bahia. (8)

Alguns migrantes retornam à origem: outros vendo a total impossibilidade de retorno à origem procuram outros destinos, como por exemplo Rondônia, local para onde se dirigiu um dos migrantes entrevistados em São Paulo. Todos estes movimentos foram intermediados por relações familiares e de amizade.

Estes exemplos mostram que os vários percursos feitos no movimento migratório são determinados ao mesmo tempo pelas possibilidades de emprego e pelas relações pessoais. São, portanto, as relações pessoais que permitem agilizar a articulação do mercado de trabalho entre São Paulo e Paraíba.

Neste sentido, é o movimento do capital que determina os fluxos de migração, mas os percursos dos migrantes, a ocorrência ou não de etapas, são muito relacionadas com as relações de parentesco e amizade.

2) Motivações

Os motivos para migrar dados pelos migrantes se situam ao nível de sua percepção. A percepção do migrante é sempre parcial e incompleta (Durhan, 1978, pg. 112). Embora os motivos apresentados pelos migrantes sejam parciais, fragmentados, eles não deixam de representar a forma em que os migrantes percebem as relações de produção em que estão envolvidos. Neste sentido é importante considerá-los aqui.

A percepção varia em função do nível de consciência que o migrante tem de sua própria situação. Assim aparecem motivos desde os mais individuais, como "eu tinha vontade de conhecer São Paulo", até motivos que representam uma verdadeira explicação para a migração.

Entre os motivos apontados pelos migrantes, a seca aparece com muita evidência:

(8) Nos últimos cinco anos a migração para Irecê - Bahia tem diminuído, devido a região também estar sendo atingida pela seca: "pararam mais de uns cinco anos prá cá, porque na Bahia não tá dando prá ganhar, vai o chefe com a família toda; teve vezes aí de pegar um caminhão: 3 a 4 famílias. Uns cinco anos foi cinco famílias daqui, aí passaram lá uns três anos, e voltaram tudo morrendo de fome". (pequeno proprietário).

"o problema é só a água, se existisse inverno não tinha terra melhor para mim; se houvesse inverno eu nem falava em São Paulo, porque lá (na Paraíba) era um lugar liberto, bom; São Paulo é ruim porque é um ar trancado assim, aquilo me ofende; eu só imagino aqui (São Paulo) a minha infância no norte que perdi tudo; não tem liberdade, aqui o cara não conhece ninguém e lá no norte eu conhecia um bocado de coisa". (ajudante, filho de pequeno proprietário). (9)

"O problema que eu vejo aqui é de seca, no inverno não há problema não, tudo é favorável, todo mundo veve tranquilo, todo mundo veve sossegado, nem aperrea governo, nem ataca fei^{ra}, nem nada". (pequeno proprietário).

"Se houver inverno melhora muito, eu acho que é melhor do que São Paulo, porque o pobre trabalha na agricultura, faz o que comê e aquiêta em casa e é liberto". (morador).

"Eu vim modo a dificuldade lá do inverno; a pessoa tá no lugar morrendo de trabalhã, e não faz nada. Aí falei o Brasil é nosso, se num lugar não dá para uma pessoa, a gente tem que se virar, lugar é bom quanto dá prá sobre viver, se não der eu procuro outro lugar". (ajudante, proprietário).

A seca, apesar de ser um motivo bastante evidente para todos os trabalhadores – pequenos proprietários, moradores e rendeiros – aparece com mais evidência para os pequenos proprietários. Os problemas de crédito, comercialização, insuficiência de terra analisados no Capítulo II ficam, em geral, escondidos sob a capa do motivo preponderante: a seca. Assim a seca atua como um motivo mistificador da exploração real do trabalhador.

Para algumas interpretações, as motivações mais imediatas e exteriores explicam a migração. Citaria aqui o estudo de Molina⁽¹⁰⁾ que tendo como suporte teórico Parsons, Weber, Germani, elabora uma tipologia das migrações, dividindo-as em tradicional, racional e efetiva. A tradicional é caracterizada pela ação de migrar com a família. A racional é caracterizada pelas seguintes situações: arrendamento alto, seca, serviço militar,

(9) Neste capítulo os depoimentos são identificados pela categoria do trabalhador: migrante, pequeno proprietário (ou filho de), pois estou lidando, na maior parte, com as de terminações do processo migratório a partir da origem.

(10) Molina, Maria I.G. Migração Rural-Rural. Apud: Souza, Itamar, 1980. pg. 24.

procura de trabalho, melhoria de vida, terras fracas e compra de terra. E a afetiva é identificada pelos seguintes tipos de ação: desejo de aventura, conhecer o mundo, destino e ilusão do sul. Acredito que a posição teórica de Molina não permite, em primeiro lugar, considerar as migrações internas como resultado de um todo de determinações interdependentes. Para a autora, quando um processo migratório, aparece, ligado a um ou outro fator determinado, os demais são descartados e assim o resultado final de sua análise é sempre uma visão unilateral do processo. O outro problema que a sua postura teórica apresenta é não distinguir entre essência e aparência, pois à primeira vista o migrante ao ser interrogado sobre qual fator o levou a migrar pode responder: migrou para acompanhar a família, ou por desejo de aventura, mas, isto muitas vezes é só a aparência do fenômeno; aparência esta que não será superada no nível do discurso, mas no nível da análise das relações de produção, em que o migrante está envolvido. É neste nível que poderemos atingir a essência do fenômeno. A migração é um fato social e não um acontecimento individual, que ocorre repetidas vezes. A autora não distingue o fato social do fato individual, e confunde as causas sociais da migração com a forma consciente em que o mesmo fato aparece na ideologia dos indivíduos migrantes.

Aceitar a seca como motivo principal significa se situar no nível da aparência, sem atinar que os motivos naturais escondem e mascaram o nível onde se processa o desenvolvimento do capitalismo no campo. *A seca é um dos elementos mas não o único e predominante*

A seca vem agravar uma situação permanente de pauperização vivenciada pelos pequenos proprietários, moradores e rendeiros. A seca é um fenômeno natural, determinado por Deus, que esca, portanto, da determinação dos homens. ⊕

"Se fosse só a seca, todo mundo podia se conformar, que aí é prometido por Deus, mas a maioria dos patrões que não ajuda pra gente, só querem pra ele". (ajudante, filha de morador).

Por este caráter místico ela tem o poder de se impor como principal problema, encobrendo os fenômenos determinados pelos próprios homens, no caso as mudanças nas condições de reprodução dos trabalhadores imprimidas pelo processo de acumulação lo

cal, que é assentado na expansão da pecuária, atividade comandada pelos grandes produtores agropecuaristas.

A seca como mistificação da exploração do trabalhador, aparece com mais evidência entre os pequenos proprietários, que vivenciam a relação de subordinação ao processo de acumulação capitalista local de forma mais disseminada do que os moradores e rendeiros. A reprodução dos pequenos proprietários é determinada fundamentalmente pela produção na própria propriedade e complementarmente na grande propriedade. Os rendeiros e moradores, diferentemente dos pequenos proprietários, tem sua reprodução determinada inteiramente na grande propriedade, vivenciam uma relação de dependência do patrão, e por este motivo percebem além da seca, problemas ligados à sua relação de trabalho:

"o problema não é só a seca, é o patrão. Se tem uns que solta o dinheiro prá o morador poder comer, tem outros que não solta, e aí ele tem que se virar, de qualquer maneira ele tem que se virar. O morador tem que sair prá procurar trabalho, mas eles não querem, querem que fique só na propriedade". (ajudante, filha de morador).

Outros motivos se situam no que chamaria de motivos imediatos, aqueles que na percepção do migrante foram decisivos na migração. O caso abaixo demonstra um pouco:

"bom, primeiro fui prá me alistar (nas frentes de trabalho), aí cheguei lá, o sargento falou: o seu pai é aposentado e ele falou então não pode, aí pronto, aí voltei, quando eu cheguei em casa eu falei, já que eu não posso me alistar, porque meu pai é aposentado, agora eu vou ver se em São Paulo tem alistamento". (ajudante, filho de pequeno proprietário).

Neste caso a migração já vinha sendo preparada há muito tempo, pois era considerada a melhor saída, porém se esperava um momento oportuno, ou seja, melhora de emprego em São Paulo, que no caso estava sendo orientada por um irmão já residente naquela cidade. A única alternativa no local, naquele momento, era a emergência, tendo esta falhado, a vinda para São Paulo é antecipada:

"se eu me alistasse, não vinha, ia dar mais um tempo. Eu sabia que em São Paulo tava ruim. Eu pensei, aqui eu também tô desempregado, o que eu tô fazendo aqui? Então eu vou diminuir mais para meu pai, porque se fico lá, quer dizer que, em vez de ser sete pessoas em casa, aí fica só seis pessoas. Meu irmão mandava fa

lar na carta prá mim não vir. Se fosse hoje, eu também vinha ver as condições, se dava prá ficar. Se desse eu ficava. Se eu visse que lá era melhor, eu voltava prá lá". (ajudante, filho de pequeno proprietário).

Os motivos captados pela percepção do migrante: a seca, o patrão, ou outros motivos imediatos não são motivos individuais, mas são parte das condições reais de vida e trabalho na origem. Portanto, elas são manifestações concretas das relações de produção. Pode-se concluir, então, que a migração é determinada pelas relações de produção. Ela é, portanto, um processo social, que independe da vontade das pessoas.

Embora a migração seja uma opção individual, feita no seio da família, não é inteiramente determinada pela vontade das pessoas, mas uma decisão forçada, em que os indivíduos são impelidos a tomá-la.

"A gente sai do norte, é uma coisa quase que obrigado. A gente sabia que vinha sofrer, lutar, mas... O meu irmão veio com uma parte de força de luta, porque veio sozinho. Ele veio porque tinha muita coragem de trabalhar e não tinha serviço prá ele lá. Às vezes pegava um verão, ficava quatro, cinco meses homem jogando até pinhão no meio do terreiro, porque não tinha o que fazer, quer dizer que era a gente perdendo tempo e ao mesmo tempo sem dinheiro". (ajudante, pequeno proprietário).

A migração é forçada pelas condições de vida e trabalho. Mas representa, também, uma forma de escapar à exploração.

"Não é brincadeira a senhora luta mais uma pessoa, pelo menos cinco, seis, oito, dez anos e a senhora nunca melhora de sorte, quer dizer que a senhora desacossa. E isto aí foi meu problema. As minhas condições era trabalhar três dias na minha roça, dois para o patrão e o mato comendo a minha roça, e eu pagava meia de feijão, milho, algodão. E isto aí minha senhora que eu sou revoltado. Eu trabalhei 20 anos e nunca pude vestir uma camisa, trabalha o ano todo e quando ia fazer a conta, falava e aquele serviço? Ah! tá na conta, eu eu sabendo que não tava. Era sempre duas contas. Era isto aí meu problema, porque se fosse uma coisa que eu trabalhasse lá e visse minha vantagem, então não tinha vindo, mas devido eu sou meio vergonhoso, eu me achei com aquele desgosto de eu ter minha família e eu não puder zelar, não puder tratar

bem. Não tinha aquela condição de ter vida própria, aí eu me desgostei e revolvi sair no meio do mundo". (ajudante, ex-morador)*

Migrar, principalmente para os moradores e rendeiros, é um sinal de libertação. Ao decidirem tentar a vida em outro lugar é como se dessem um basta à situação que ali vivenciam, espoliados pelos patrões e submissos ao cativo. Muitos contam com orgulho que ao virem para São Paulo, não dependem mais do patrão:

"meu patrão falava: quando o cara põe na cabeça que quer ir embora pra São Paulo, Deus não se importa, e o diabo leva. Ele falou: se você não se der bem, pode escrever que eu mandei o dinheiro (para a volta), eu falei: tudo bem, mas graças a Deus não preciso". (operador, filho de morador).

A migração, assim como a saída do morador para as pontas-de-rua, é considerada, na percepção do trabalhador, como libertação do cativo. Isto pode significar que, mesmo tendo consciência da sua situação de exploração, a débil organização dos trabalhadores e a fraca atuação do sindicato não permitem que estes trabalhadores busquem uma saída coletiva. Esta solução está distante de seu horizonte de vida; o único direito conquistado pelo trabalhador até então foi o direito à indenização.

Garcia, analisando as condições de trabalho dos meeiros e rendeiros do Brejo Paraibano, chega a conclusão que:

"as lutas que tiveram lugar na Paraíba se deram fundamentalmente com os trabalhadores que tinham mais autonomia em termos do processo de trabalho (meeiros e rendeiros). No entanto, essas lutas implicaram só na aplicação do direito de indenização, mas não na eliminação da SUJEIÇÃO. A maneira de escapar a essa dominação foi a ida para o sul com o objetivo de acumular recursos que possibilitem a compra de terras na volta. É assim, que a formação de um campesinato no caso da Paraíba se viu favorecida pelo deslocamento para o sul! (Rio de Janeiro e São Paulo). (Garcia et alii, mimeo, pg. 9).

A migração, embora seja uma alternativa individual, não deixa de ser uma forma de luta, uma predisposição para buscar recursos em São Paulo e poder melhorar a vida na própria terra.

* Este trabalhador migrou para São Paulo com 54 anos. Atualmente (agosto de 1984) está com 60 anos e em São Paulo sempre trabalhou de servente de pedreiro.

A expectativa em relação às condições de vida em São Paulo é colocada sempre em comparação com a sua vida na Paraíba. Assim os salários, mesmo baixos, lhes parecem poder proporcionar melhores condições de vida. (11) Talvez o nível mínimo de sobrevivência, agravado pelo período de seca, faz com que, mesmo em épocas de grande desemprego em São Paulo, como a vivenciada a partir de 1979, o fluxo de migrantes continue. Na Paraíba os trabalhadores são permanentemente informados, através dos familiares e amigos das possibilidades de emprego "no sul". Alguns, mesmo desestimulados pelos parentes que estão em São Paulo, resolvem ir:

"se fosse pelo meu irmão eu não vinha mesmo, ele só falava que aqui não dá. Quando eu resolvi vir, eu falei: se for bom, se não for, eu vou lá, se não der certo, eu volto". (ajudante, filho de pequeno proprietário).

"Eu sabia do desemprego em São Paulo, mas aqui tem muitas firmas; talvez chegasse aqui não ia trabalhar numa firma grande, que nem a Volks, mas podia conseguir numa firminha menor". (ajudante, filho de morador).

Assim poder-se-ia dizer que a migração, nos últimos anos e com o desemprego crescente em São Paulo, se dá sobretudo na procura de um emprego.

Essa forma de luta que assume a migração é representada pelos trabalhadores como um "ato de coragem":

"eu acho que é coragem mesmo o nordestino procurar melhora em São Paulo. Ele tem muita coragem, são 48 horas de viagem, chega lá, é procurar trabalho, tem deles que trabalha de servente. Não dá pra ficar parado. Às vezes não tem emprego, bom e ele se assujeita a pegar aquele emprego difícil, emprego muito duro". (pequeno proprietário).

"É preciso o cara pensá assim, eu vou, não só pensá que vai passar bem, e vim preparado pra passar bem e mal". (ajudante, filho de morador).

(11) "... pequenos proprietários, como parceiros ou arrendatários incapazes de capitalizar as suas empresas (...) se assemelha a bolsões de força de trabalho desempregada, capaz de gerar sua própria subsistência. Nesses "bolsões de desemprego auto-sustentado" o nível de vida passa a ser drasticamente inferior ao do nível mínimo de remuneração da força de trabalho assalariado." (Sorj, 1980, pg. 120).

Além dos motivos ligados à origem, temos que entender quais os que tornam São Paulo melhor do que a Paraíba.

"Eu achava que São Paulo era bem melhor que a Paraíba, porque pelo menos todo mundo trabalha". (morador).

"São Paulo com tudo isto, pode tá ruim, mas é melhor do que aqui, porque pelo menos tem emprego e sujeito a não haver inverno, é mais ruim do que São Paulo dez mil vezes". (morador)

As motivações a nível de cada família são determinadas pelas condições de reprodução da unidade de produção familiar. A diferenciação existente entre pequenos proprietários, moradores e rendeiros também leva a uma certa diferenciação no processo migratório. Analisarei, a seguir, como isto ocorre.

3) Grupos que Migram

A migração é uma estratégia utilizada tanto por pequenos proprietários quanto por moradores e rendeiros, porém o fato de ter a propriedade da terra, ou não, determina diferenças no processo migratório. O pequeno proprietário ao não conseguir garantir a reprodução da família só com a produção na sua própria terra é obrigado a lançar mão de outros trabalhos complementares. As outras estratégias no local se limitam praticamente à agricultura: como rendeiros ou assalariados temporários. Dadas as péssimas condições de trabalho nestas relações, alguns preferem migrar:

"é pior ficar aqui, mesmo quando há inverno. Também não é uma boa, porque ele tem que plantar muita terra, pra ele e pra o patrão dele". (pequeno proprietário).

A migração de alguns membros da família alivia a pressão demográfica sobre a terra, permitindo que outros membros fiquem na propriedade. Um caso esclarecedor é o de um pequeno proprietário com 50 tarefas (mais ou menos 16 ha). Ele tem dez filhos, dos quais cinco solteiros (quatro mulheres e um homem com dez anos), três casados na Paraíba e dois filhos casados fora (um homem em São Paulo - entrevistado - e uma mulher casada, em Vitória da Conquista - BA). Este pequeno proprietário lançou mão de diferentes estratégias: dois filhos casados ficaram mo

rando na propriedade e trabalham com o pai numa propriedade vizinha, como rendeiros. Outra estratégia utilizada foi a migração de um filho, logo após o seu casamento. O pai acredita que não tinha outra solução:

"sô se fosse ele se obrigã a trabalhar do alugado, trabalha um dia ou outro, porque também não tem quem tenha serviço diretamente, então foi bem melhor ele apurã o que tinha e ir prã São Paulo, e ficar lá". (pequeno proprietário).

Entrevistando o filho em São Paulo, este revela que sendo a terra do pai insuficiente, a única alternativa no local seria trabalhar de rendeiro:

"para ser meeiro⁽¹²⁾ o lugar é São Paulo. Prã quem não tem o lugar é São Paulo, porque o cara vem do norte prã cá, chega aqui, arruma um lugarzinho prã morar, arruma serviço numa fábrica, vai trabalhar, mesmo que tem que pagar um aluguelzinho, mas se der prã ele pagar aluguel por mês, comê, vesti e calçã tá bom de mais, não tem esse negócio de ficar devendô prã ninguém. Lá na Paraíba mesmo que tem inverno, prã quem não tem é seco, porque o que o morador faz sô dá prã pagã o patrão. Tem de les que não faz prã pagã o patrão. Por isto que é pior do que seca, e sendo seca ai pronto acabou". (ajudante, filho de pequeno proprietário).

Para os pequenos proprietários, portanto, a migração de alguns filhos impede a subdivisão da terra, facilitando a reprodução dos que nela permanecem.

Os moradores e rendeiros por não possuírem terra são mais propensos a migrar do que os pequenos proprietários.

"A migração do morador, do meeiro é bem maior do que a do pequeno proprietário. Tem gente que tem uma propriedadezinha aqui, que se amarra, nem que sofre muito, se amarra e acontece que é melhor mesmo. Quem não tem nada, coitado, já viu. Padece no sofrimento mesmo". (morador).

Nos casos analisados, os pequenos proprietários, em geral, sempre tinham dois, três filhos casados morando na propriedade dos pais, enquanto que os moradores e rendeiros tinham a maioria dos filhos casados em São Paulo. Um morador com treze fi

(12) Os rendeiros também se autodenominam de meeiros, devido a partilha do algodão ser de meia, (50% para o rendeiro e 50% para o patrão).

lhos, tinha dez em São Paulo. Apenas três, com idade inferior a dezoito anos, estavam com ele na Paraíba.

Os moradores, sendo totalmente despossuídos de propriedade, consideram São Paulo como a melhor saída:

"aqui o que podia fazê era tocã uma roça, e eles não querem. Acho que eles (os filhos)vão terminar por lá mesmo (São Paulo), prá ser morador, arrastã cobra pelos pês, não vêm mais não". (morador).

"Aqui é muito fraco, prá mim é preferível o de São Paulo, a responsabilidade é maior, mas o esforço é menor, é menos pesado, aqui é de mata. Prá quem não tem terra, se é de trabalhar de meeiro ou alugado lá é melhor; quem tiver qualquer garra de terra é melhor aqui, porque o pouco que trabalha dá prá sobreviver, o produto da terra dá prá sobreviver, é mais vantagem do que em São Paulo, sô ganhando o salário". (morador).

A propriedade da terra, mesmo insuficiente, é fundamental na fixação do homem à terra. Ao menos lhe garante o direito de moradia:

"eles sempre falavam: se meu pai possuísse uma propriedade, nōis não tinha se deslocado lá para o sul. Todos eles falavam isto. É sim, até o próprio meu genro, estão lá porque nem os pais dele possui a propriedade. E prá tá no alheio, São Paulo é melhor. O RUI M DE SÃO PAULO, EU SEMPRE DIGO, É MELHOR DO QUE AQUI, PRÁ QUEM NÃO TEM A PROPRIEDADE. Vai mais morador, porque o pequeno proprietário é como a gente tava falando não dá prá vivê, mas aí vai lá, escreve prá outro, contando a situação dele de lá, quando chega, eles vão prá lá, acha que dá prá vivê mais melhor e assim vai indo, vai ficando o nordeste desocupado". (morador).

Os moradores e rendeiros são mais propensos a migrar, porém, são os que têm menos condições de fazê-lo. Os pequenos proprietários tem mais recursos para viabilizar a migração, pois sempre tem uma reserva de valor, incorporada num animal, numa safra maior de algodão.

"Vai mais pequeno proprietário aqui no município, porque ele sempre arruma uma condição de ir, os meus sō ia porque tinha uma vaca prá vender. Os rendeiros não vai, porque não têm condição. Tem muitos rendeiros que arruma condição de ir, sō não arruma agora por causa da seca, mas no inverno tem rendeiro que vive

atê mais ou menos". (morador).

Os pequenos proprietários, moradores e rendeiros tem seu processo migratório determinado não apenas pelas condições objetivas de reprodução, como também pelo tamanho da família e momento do ciclo de vida da unidade familiar. Segundo Durhan (1978):

"pode ocorrer a emigração de qualquer dos componentes e em qualquer caso do ciclo de vida da família nuclear. Entretanto, a emigração não é igualmente fácil, ou frequente nem para todas as fases, nem para todos os membros. Como a emigração envolve quase sempre a fragmentação mesmo temporária, da unidade doméstica, a migração se processa preferencialmente para as pessoas e nas fases nas quais a fragmentação é mais fácil. À medida que os filhos se tornam adultos, desligam-se da família de origem para construir uma família de procriação, embora em geral continuem presos ao grupo anterior, por laços estreitos de cooperação e solidariedade. É nessa época que se migra mais facilmente e que se migra sozinho". (pg. 131).

(13)

Dado o ciclo de vida da família, os jovens: 20 - 29 anos são potencialmente mais propensos a migrar.

A grande maioria dos estudos sobre migrações internas tem constatado este mesmo fenômeno. Em pesquisa realizada no Peru, Vargas chega à seguinte conclusão:

"a maioria dos migrantes de Huancayo chegam antes dos 30 anos de idade. O maior percentual é de migrantes entre 16 a 30 anos: 55%. Apenas 16,5% chegam acima dos 36 anos e a mesma porcentagem para aqueles menores de 15 anos". (14).

Durhan (1978) considera que:

(13) Segundo Saint e Goldsmith "os três períodos no ciclo de vida de um emigrante são: de 0 a 19 anos de idade, fase dependente quando a mudança do emigrante não decorre de uma decisão individual, mas prende-se à mudança de um dos pais ou de um irmão mais velho; de 20 a 29 anos, em geral a única fase independente, onde o emigrante já possui os necessários documentos de identificação e está livre de responsabilidades familiares, o que facilita a emigração; e de 30 anos para cima, a fase familiar, quando o emigrante em geral já casou e estabeleceu família". (sem data, pg. 148).

(14) "The majority of migrants to Huancayo arrived younger than 30 years of age. By far the highest rate of selection was from the 16 to 30 age group (55.0 per cent). Only 16,5 per cent arrived when more than 36 years old and the same percentage when less than 15 years". (Vargas. s/data. pg. 79. tradução própria)

"a emigração dos jovens parece ser algo quase institucionalizado em muitas comunidades, lembrando mesmo a situação descrita por Schapera para as reservas indígenas na África do Sul, onde a emigração passa a substituir os ritos de passagem que marcam o início da vida adulta. Os jovens emigram "para experimentar" e emigram facilmente, pois a experiência não envolve grandes riscos". (pg. 132).

A utilização preferencial de jovens determina maiores oportunidades de trabalho para esta faixa de idade. Assim a migração dos jovens é determinada tanto pela lógica de reprodução familiar no campo, quanto pelos critérios de seleção da força de trabalho do mercado de trabalho urbano.

Os jovens têm maiores exigências de um certo consumo pessoal - roupas, higiene pessoal, lazer. O processo de pauperização faz com que estas despesas sejam sacrificadas a favor dos produtos de alimentação básica. Então, a possibilidade de satisfazer a tais necessidades é vislumbrada pela migração, por isto vivem com a idéia fixa de migrar para São Paulo, onde esperam, suggestionados pelos que já estão lá, ter acesso a certos bens, que raramente conseguiriam na sua terra natal.

Os depoimentos ilustram um pouco:

"o jovem precisa de dinheiro, pra uma festinha, um passeio e o pai de família, não, tanto faz tá com dinheiro como não tá, o importante é ter o alimento e ter quem confie nele, ter aquela confiança de chegar numa venda e fazer aquela compra fiado". (ajudante, filho de morador).

"Lá na Paraíba a gente queria ir num baile, às vezes não ia e nem podia entrar, porque não tinha o dinheiro, então eu ficava revoltado com aquilo, e aqui eu ouvia falar que era mais fácil de arranjar a vida, então eu vim pra cá tentar". (ajudante, filho de reideiro).

"Os jovens querem um dinheirinho para roupa, calçado, isto faz com que eles deixe o Nordeste. Se eu tivesse tudo que queria, o que eu vinha fazer em São Paulo". (ajudante, filho de reideiro).

Na origem, a migração dos jovens está ligada à posição que eles ocupam na divisão de trabalho da unidade de produção familiar, de forma a criar meios para a reprodução de toda a família e sua reprodução em particular.

A migração dos jovens está também ligada às condições do mercado de trabalho urbano em São Paulo. A característica mais importante na diferenciação das oportunidades de trabalho para o migrante é a idade.

"A existência de um excedente de força de trabalho em relação às necessidades do sistema produtivo permite que os empregados estabeleçam outros critérios de preferência por certas categorias de trabalhadores, além dos requisitos de qualificação inerentes às tarefas. As características de sexo, idade, origem, cor da pele, etc." (Camargo et alii, 1975, pg. 80).

Estes critérios de seleção da força de trabalho levam a uma maior utilização da força de trabalho jovem, em detrimento da mais velha.

"Na medida em que se passa dos grupos jovens aos mais idosos diminuem as taxas de participação, para a mulher sobretudo a partir dos 30 anos; para o homem sobretudo a partir dos 50 anos (...). Cria-se um ciclo de "vida produtiva" em que as empresas podem utilizar abusivamente de sua força de trabalho, alijando a mão-de-obra desgastada do mercado de trabalho. Decreta-se, assim, a incapacidade para o trabalho em função da mão-de-obra disponível e surge, prematuramente, a categoria "velho", ainda que, em muitos casos, os trabalhadores excluídos do emprego estejam em pleno vigor de sua energia física e mental". (Camargo et alii, 1975, pg. 81).

Assim, para os jovens há maior probabilidade de se conseguir um emprego:

"aqui pra pessoa mais velha não presta, tem que ser idade de seus 20, 20 e poucos anos, e até agora ainda tá difícil, depois de 30 anos não tem muita condição de arrumar emprego, a não ser faxineira, um emprego assim" (dona de casa, filha de pequeno proprietário).

"agora sô não tá vindo do Norte pra São Paulo estes senhores de idade, de 60 e poucos anos, que não têm condições de chegã em São Paulo e arrumã um serviço, mais rapaz menor de 15, 22, 30 anos tá tudo vindo embora pra cá. O Norte tá ficando pros velhos, os velhos que não tem condições de trabalhã". (ajudante, filho de pequeno proprietário).

Os empregos oferecidos em São Paulo selecionam preferencialmente os jovens. As dificuldades de moradia tornam São Paulo mais atrativo para os jovens solteiros. Estes estão mais livres para aceitar trabalhos na construção civil, onde moram nas próprias obras. Aí não terão que alugar uma casa, ou construir um barraco numa favela, condição básica para a instalação de um migrante casado.

Nestas situações também se encaixam homens casados que deixam a família na Paraíba e vivem em São Paulo como "solteiros", de forma a reduzir ao mínimo o custo de sua reprodução, pois o salário deverá sustentar a família que ficou na Paraíba.

"É melhor o homem deixá a família, porque dá prá ele ajudá a família lá e dá prá ele comê aqui, se vem tudo prá São Paulo, sofre mais".
(mulher, casada, filha de morador).

Esta alternativa de migrar o homem casado sozinho é demonstrativo da impossibilidade de manter toda a família em São Paulo, devido aos baixos salários e às dificuldades de moradia:

"sabe porque não fomos prá São Paulo, por causa que nós se casamo novo e tem a família. Aí a gente acha que não dá certo, prá sair pelo meio do mundo, com a família, onde a gente não conhece, chegar, não tem um ponto certo de ir, às vezes mais difícil é que precisa ter os documentos. Não tem a leitura prá quando a gente chegar lá, trabalhar prá ter condição de dar de comer a quatro, cinco filhos. Aí a gente fica sempre aqui, mesmo que nós sofre o diabo. Uns sai, dá certo, outros sai, não dá certo. Muitos vão, é obrigado a buscar o dinheiro prá voltar. Lá em São Paulo, tem o ganho. Lá pode trabalhar uma semana e vim embora. Mas se a gente sai com quatro filhos e a mulher mesmo trabalhando um mês não dá prá comer e vim embora. Aí fica lá, dormir no chão. A vida aqui é mais barata. (filho de pequeno proprietário, irmão de migrante).

"Nunca pensei em ir porque vejo que muitos vai e volta prá trás e prá isto fico aqui onde tô mesmo. É mais vantagem ficar aqui, porque aqui vivo da agricultura, vivo do jeito que der certo, lá ganha Cr\$ 40.000, Cr\$ 50.000, paga Cr\$ 12.000, ou Cr\$ 15.000 de aluguel, minha família é grande, quando fui solteiro, os irmãos chamaram, mas eu nunca quis, de oito irmãos homem, só eu e outro que nunca foi em São Paulo, os outros foram tudinho". (pequeno proprietário).

Quando os casados migram com a esposa e os filhos, geralmente levam em conta o número de filhos. Muitos dizem que até dois, três é possível se tentar a vida em São Paulo. Um número maior complica, pois aumenta o próprio custo da migração: passagens, despesas iniciais até o assentamento; dificuldade de encontrar casa para alugar. Os baixos salários não permitem melhores condições de vida que na Paraíba.

"Prã vivê casada aqui, acho melhor lâ no norte, porque lâ não é vida presa prãs crianças. As crianças ficam mais à vontade, a gente fica sossegada, procura sô a hora da comida mesmo prã vir prã dentro. Lâ as despesas é mais fácil, aqui se ganha muito, gasta tudo e se ganha pouco é a mesma coisa. Aqui a gente sô ganha pro comê e pro aluguel, mas precisa do vesti, do calçã. Mesmo morando a favor eu tinha vontade de ir, morar com um fazendeiro". (dona-de-casa, filha de morador).

"São Paulo quer dizer que prã o solteiro é melhor do que o casado que já tem responsabilidade. Então, como meu irmão, com cinco filhos, ele tem a maior vontade de vir prã cá, a gente não é mã vontade que ele venha, mas a gente que sô tem um filho não dá, a gente pode não passar fome, mas acho que necessidade acho que passa". (dona-de-casa, filha de morador).

A análise do ciclo de vida no processo migratório é, portanto, fundamental para compreender porque numa mesma família, uns migram e outros não. Assim alguns motivos aparentemente são subjetivos, como por exemplo: "não migrei porque não gosto de São Paulo" (explicação dada por um irmão de migrante). Na realidade a não migração se justificava pelo fato de ser casado e único filho que ficou trabalhando com o pai.

A migração preferencial dos jovens determina uma forma específica de migração, que se realiza através da segmentação da família e não migração de toda a unidade familiar. (x)

É importante, também, considerar a migração das mulheres. Estas, no campo, desempenham, em geral, tarefas domésticas e na cidade pode ter acesso à trabalhos remunerados. Assim a migração de mulheres solteiras é, também, uma estratégia de sobrevivência da família:

"tem muita gente no Caldeirão (povoado do município estudado) que os pais não deixa vir prã cá, porque diz que São Paulo não é lugar prã moça vivê, mas São Paulo é o lugar que a moça

vive, é o lugar da mulher, porque lá os homens trabalha e a mulher não, se ela vem pra cá, ela trabalha". (ajudante, filha de pequeno proprietário).

4) Formas da Migração

Sendo a migração uma estratégia familiar, as formas como se processa o movimento também se situarão no âmbito das relações familiares. Segundo E. Durhan (1978):

"o caráter familiar da migração não se manifesta essencialmente no deslocamento conjunto de famílias inteiras, mas antes na reconstituição total ou parcial de grupos familiares, a partir da migração de segmentos da unidade original. Desse ponto de vista a migração de uma pessoa não é um fato isolado, mas um aspecto de um processo que envolve a movimentação sucessiva de pessoas diferentes e pode-se estender por tempo considerável. Para apreendê-lo na sua totalidade, temos que examinar tanto a fragmentação como a reconstituição dos grupos primários como aspectos de um mesmo processo". (pg. 130).

De forma mais habitual migram primeiro os filhos mais velhos; esse passo normalmente é dado pela maioria: 18 anos. O primeiro que migra representa a primeira etapa de uma fragmentação maior da família, ele abre o caminho para os irmãos que se seguem.

"Primeiro vem os mais velhos na frente, aí quando vem um, aí todo mundo quer vir. Eles sabem depois que tem um aqui e é mais fácil de vir, é mais difícil para o primeiro vir. Eu pensava assim, eu vou, mas na mesma hora pensava será que eu vou me acostumar. Ela (a irmã) veio porque mandei o dinheiro, agora já tem outro esperando lá. Quando eu for passear novamente, eu penso que vai vim mais um. E daí pra frente". (ajudante, filho de rendeiro).

A migração do primeiro filho é realizada através de laços familiares e de amizade: tios, primos ou amigos. Estas relações pessoais perpassam o processo migratório em todas as etapas - antes - durante e na chegada em São Paulo.

Assim,

"o migrante passa a ser um ponto de contato entre a sociedade na qual se estabelece e a comunidade

munidade de origem". (Durhan, 1978: pg. 135).

Esta forma de migração demonstra o papel fundamental da família no agenciamento da migração. Aqueles que estão em São Paulo funcionam como uma verdadeira fonte de informação, veiculada através de cartas, ou no retorno à origem, por ocasião de férias ou retorno. São eles, em geral, que irão orientar quando se deve ou não se deve migrar, baseando-se na possibilidade de emprego.

A passagem de ônibus é geralmente paga pelo irmão que está em São Paulo, e todo apoio é dado na fase inicial na cidade: no sustento direto, ajuda a encontrar empregos, introdução no novo modo de vida, enfim, integração do migrante ao novo universo.

"A emigração não implica, portanto, um abandono das relações primárias que constituem o universo de origem, mas um rearranjo dessas relações. O migrante quase nunca é um indivíduo isolado, mas parte de um grupo primário que se rompe e se reorganiza durante o processo.

Por isso é que, durante o processo imigratório, não há necessariamente, uma redução drástica da sua participação no universo social, ao contrário do que ocorre frequentemente com imigrantes estrangeiros. De um lado, seu universo social de origem é muito limitado, pois ele participa marginalmente da vida nacional e vive principalmente no mundo restrito das relações primárias. Ora, a característica principal da migração nacional está justamente na reconstituição pelo menos parcial dos grupos primários que são o intermediário fundamental entre o indivíduo e a sociedade mais ampla". (Durhan, 1978, pg. 138).

Descrevo, a seguir o processo de migração de uma família, onde se pode perceber a importância das relações familiares.

O primeiro filho que migrou foi o mais velho. Migrou para o Maranhão em 1958, através de um colega. O segundo migrou em 1965 para Brasília, através de familiares que já estavam morando naquela cidade. Em 1981, migrou para São Paulo, onde mora atualmente (agosto de 1984) na mesma favela onde moram o quarto, sétimo e oitavo irmão. O segundo escreveu para o terceiro irmão, orientando-o para ir a Brasília. Porém este migrou para o interior de São Paulo, onde moram parentes da esposa:

"óia, venha prá Brasília, que eu já tenho um

emprego arrumado prá você. Ele animou, aí quando foi no dia de comprá a passagem, ele chegou na Rodoviária, então ao invés de comprar a passagem direto à Brasília, comprou direto à São Paulo. Não sei se foi por engano, acho que ele inverteu, ele tinha endereço de uns cunhados no interior de São Paulo, aí ele inverteu, invés de lembrar do irmão que tava em Brasília, lembrou dos cunhados que tavam em São Paulo, porque tava com o endereço na mão. Chegou lá, mostrando as passagens, tal, mas Cícero, o que é que é isto, você vai comprar passagem prá Brasília e compra prá São Paulo. Ele disse: não, o cara me falou que eu comprasse direto à São Paulo e de São Paulo prá Brasília é pertinho e eu no dia que chegar, pegava o ônibus prá Brasília. Mas o que é isto rapaz, deixar de comprar uma passagem direta para comprar prá São Paulo. Aí o irmão de Brasília ficou esperando, o pessoal escrevia dizendo que o Cícero já tinha viajado, mas ele falava que não chegava e nunca chegou lá. Desde esta época até hoje estes dois irmãos não se avistaram mais". (irmão do terceiro que migrou).

O quarto migrou para Brasília em 1975:

"o negócio é o seguinte eu já tinha vontade de vir embora prá São Paulo. Quando eu era solteiro, nunca deu certo eu vir, só vontade, né. Aí resolvi casar. Casei, um ano de casado e deu vontade de vir para São Paulo de novo e não vim, não é! Aí este irmão aqui foi lá (é o segundo: Iraídes). Tinha dez anos que ele não andava lá. Aí, ele foi lá e eu perguntei a ele: como é que é lá em Brasília? Ele falou: Brasília é bom, mas prá quem já tá lá, que já se adaptou lá, e só prá quem chega assim de cara não é muito bom não. Bom eu não vim com ele, mas com três meses que ele saiu, aí eu fui; eu falei; agora eu vou, não tem mais quem me empata a ir, aí fui prá Brasília. Então o motivo só foi este, foi um tipo de influência que ele foi lá e tal, e eu fiquei com aquilo incutido e falei agora vou, meu irmão vive lá, parece que não vive muito ruim, então porque eu não podia ir também.

Depois de Brasília, migrou para São Paulo:

"eu já tinha meus parentes aqui, meus e de minha esposa, e aproveitei a oportunidade que eles estavam aqui e falei já que tem conhecido meu lá, eu vou".

O quinto migrou para Brasília em 1975, permanecendo até 1978. Em 1978 migrou para São Paulo, ficando seis meses, e retornou para Paraíba, onde trabalha como "morador" atualmente (março

de 1984).

O sexto irmão nunca migrou, trabalhava de vaqueiro na mesma propriedade em que os pais moravam. O sétimo irmão migrou para São Paulo em 1973. Em outubro de 1981, migrou para Vitória-Espírito Santo, e montou uma serralheria. Chamou o quarto irmão que estava em São Paulo para trabalhar com ele. A serralheria fracassou e em abril de 1983 voltaram para São Paulo. O oitavo irmão migrou em 1981 para São Paulo. Atualmente o segundo, quarto, sétimo e oitavo irmãos moram numa mesma favela, em Santo André - São Paulo.

No caso de migração de casados, é comum o marido migrar primeiro para tentar emprego, habitação e comprar as passagens dos filhos e da mulher, que deverão migrar em seguida, assim que os recursos forem conseguidos. Ou, muitas vezes não conseguem, e a mulher e os filhos ficam até um possível retorno do chefe da família.

A migração sucessiva dos mais velhos aos mais novos segmenta, inicialmente, a unidade familiar, reconstituindo-a, total ou parcialmente, no decorrer do processo migratório, isto é, durante este processo, alguns voltarão à origem, outros virão para São Paulo.

A tendência é migrarem todos os filhos, principalmente entre os moradores. É o caso de um morador que tem treze filhos, dos quais dez em São Paulo, três menores na Paraíba, esperando a maioria para migrarem também. Os pais em geral vêm várias vezes à São Paulo, mas não se acostumam com o frio. Na verdade ainda trabalham na agricultura e vindo para São Paulo teriam que viver totalmente na dependência dos filhos. Os pequenos proprietários têm maiores chances que os moradores e rendeiros de reterem alguns filhos na origem, em geral os casados ou o filho mais novo.

5) Migração e Reprodução da Família na Origem

A migração sendo uma estratégia utilizada por alguns membros da família para enfrentarem o processo de pauperização, ao mesmo tempo que cria condições para a sobrevivência dos que migram, também permite contribuir para a reprodução daqueles membros da família que ficam na origem.

Citarei alguns aspectos neste sentido:

- 1) Quando alguns membros migram, aliviam a pressão demográfica sobre a terra, no caso de pequenos proprietários.

"Meus filhos não quiseram ficar porque eles acharam que o São Paulo dava pra eles fazer uma vida melhor do que aqui. Se fosse uma propriedade grande, que rendesse muito, aí eu podia fazer um negócio bem grande, aí servia, tudo ficava bem servido, mas sendo pequeno, não posso fazer negócio grande; só posso fazer se for pequeno. As 150 ta (em torno de 50 ha) que eu tenho; aí nós acabamo tudo, exploramo tudo; aí não dá pra tudo, trabalhar. Quando era nós só, só a minha família, ainda dava pra se manter; depois que se casaram, aí aumentou mais a família; aí a terra é pouca, é não dá pra o custo de vida de tudo". (pequeno proprietário).

- 2) Muitas vezes a ajuda em dinheiro ou outras mercadorias, que os filhos enviam de São Paulo, se constitui numa das principais fontes de renda dos membros da família na origem:

"é, aqui eles não podia me ajudar a não ser trabalhar na roça e lá eles podem ajudar. Foi bom pra eles e pra mim também. E me chama mais pra lá, pra morar lá, mas quem disse que eu quero ir. Se eu fosse mais novo". (morador)

"Se ele (o filho) tivesse aqui, nem tinha inverno pra tirar legume e não tinha condição nem pra ele. E lá tem condição pra ele e pra mim". (rendeiro).

"Porque com a saída deles pra São Paulo, melhorou a minha situação, porque o que eles ganham dá pra se manter e sobra que dá ainda pra mandar um café pra mim, todo mês, se não vem todo mês, mas ele me sustenta como se diz, do calçado ao vestí e aqui não tinha condição de ganha nem pra eles, quanto mais pra me ajudar. Eu quero ver alguém aqui trabalhá o ano todo no alugado e consegui ganhar a roupa e que ajude aos pais. O que ajuda aos pais não compra uma roupa, o que compra não ajuda os pais. Eu conheço muitos pais de família aqui, que não tinha uma calça pra vestí, eu mesmo era um, e hoje tenho as minhas malas de roupa e outros que têm aí. Eu mesmo apanhei 500 a 600 arrobas de algodão e neste tempo não tinha uma camisa pra anda pra rua. E hoje, a primeira viagem, eu levei uma calça emprestada, não é como se diz, eu só posso dar valor a São Paulo, cheguei, meus filhos pegaram 500 contos e disse a irmã: vai ali na loja e compra pra uma roupa pra papai. Chegou lá, comprou

uma calça e uma camisa e ainda sobrou dinheiro". (morador).

A importância da renda em dinheiro advinda da migração é discutida por Butterworth and Chance (1981), no contexto das migrações internacionais:

"na América Latina, remessas de dinheiro do estrangeiro tem tido consequências econômicas maiores que os recursos enviados da cidade para o campo dentro das fronteiras nacionais ou regionais. (...) Quando apenas um ou dois membros da família nuclear migram, eles mantêm obrigações com seus parentes próximos. Em tais casos, os membros da família que permaneceram na comunidade obtêm a maior parte de sua renda das remessas dos migrantes". (pg. 84). (15)

Além do dinheiro enviado à origem, é também importante a ajuda na doença, tanto enviando dinheiro, como trazendo familiares para tratamento de saúde em São Paulo. O Estado nos municípios de origem tem criado alguns serviços necessários para a reprodução da força de trabalho: hospitais, maternidades, escolas; porém esta atuação é tão incipiente e fraca, que joga à família a responsabilidade de suprir tais necessidades. Tanto a família na origem quanto os que migram cooperam, num esforço conjunto de garantir as funções de previdência social.

O peso que têm os recursos advindos da migração para a reprodução da família na origem permite duas conclusões importantes. (16)

A primeira é que confirma a tese defendida por muitos autores de que a família ocupa um papel essencial na reprodução da força de trabalho. Dentro desta perspectiva, a migração assume um caráter claro de estratégia de sobrevivência da unidade familiar extensa. A utilização desta estratégia embora se situe a ní

(15) "In Latin America, remittances from abroad have had greater economic consequences than financial aid sent from city to countryside within national or regional boundaries(...) When only one or two members of the nuclear family migrate, they retain obligations to their closest relatives. In such cases, family members staying in the community derive most of their income from migrant remittances". (Butterworth and Chance, 1981, pg. 84; tradução própria).

(16) No Capítulo IV, a seguir, mostrarei que o migrante consegue enviar dinheiro à família às custas de enormes sacrifícios.

vel de cada família, é determinada pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade.

No campo, ao expropriar os produtores diretos, forçando-os ao assalariamento. As possibilidades de assalariamento no próprio local são precárias, por isto são obrigados a migrar. A possibilidade de assalariamento fora do local não está aberta para todos os membros da família, mas apenas para alguns - os jovens.

A migração enquanto estratégia para enfrentar o processo de expropriação, contribui para manter o nível de reprodução da força de trabalho no campo abaixo do mínimo necessário. Assim, os latifundiários do sertão se nutrem de uma força de trabalho que aceita as condições de exploração impostas, às custas de sacrifícios familiares, que levam até a separação dos membros da família para garantir a sobrevivência.

A segunda conclusão é que a família ao se segmentar entre campo e cidade, se reproduz tanto em relações de trabalho assentadas, ainda, no acesso aos meios de produção, como em relações de trabalho assalariadas. Assim a migração do campo para a cidade não isola campo da cidade, como duas realidades estanques, mas antes articula campo e cidade como "o espaço" de reprodução da força de trabalho.

No Capítulo IV, em seguida, analisarei como a sobrevivência do migrante será determinada pelas condições mais gerais de reprodução da classe trabalhadora. Estas nem sempre lhe possibilitarão que se reproduza inteiramente enquanto um trabalhador assalariado, obrigando-o a se utilizar de diversas estratégias, como trabalhos extras, subemprego, retorno à origem, migração para outros lugares.

"Quando meu irmão telefonava pra Paraíba, eu perguntava: mas rapaz, quanto tu tá ganhando por mês? Ele fala: tanto. Aí ele fala: não vem rapaz, aqui o custo de vida tá caro, é tudo. Mas o cara lá pensa que é muito dinheiro. Então o meu pensamento no norte era este. Eu dizia ah! meu irmão tá lá, um foi em 70, outro em 77, outro foi eu era ainda moleque. Aí pensava ah! meus irmãos lá deve tá ajuntando dinheiro, não tem mais onde ponha dinheiro, eu pensava isto daí. Eu cheguei aqui, mas é tão diferente do que o cara pensa lá no norte. Quando eu vim a primeira vez eu via a casa de meu irmão bem arrumada, e perguntei: quanto você tá ganhando? Eu falei: mas, rapaz tu tá ganhando dinheiro, heim! Quanto de dinheiro tu tem junto? Ele falou nenhum cruzeiro. Eu falei acho que você tá com brincadeira. Ele falou: não, eu tô falando que sô dá pro cara comê. Eu digo: isto é conversa, rapaz. Mas, quando eu entrei pra trabalhá, rapaz, sei não, mas é que nem os cara fala. O cara no nordeste pensa porque o cara ganha um salário mais aqui, que se a gente ganha Cr\$ 200.000,00, e ele pensa que com Cr\$ 100.000,00 resolve tudo e o resto vai guardar. Aí pensa, o cara tá enricando lá em São Paulo. Mas sô quem sabe as necessidades que tá passando aqui é quem tá aqui, quem tá lá não tá sabendo de nada. Este lugar aqui é uma ilusão. A pessoa sô tira a ilusão de São Paulo ele vindo pra cá. Se você fala que aqui é ruim, ninguém acredita no norte".

(ajudante, filho de pequeno proprietário)

CAPÍTULO IV

AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DO MIGRANTE NA CIDADE

Introdução

Nos capítulos II e III mostrei que a reprodução dos trabalhadores no campo é assentada nas unidades de produção familiar, que se baseiam no acesso aos meios de produção. Esta relação básica é complementada com o assalariamento.

O trabalhador ao migrar para a cidade está totalmente expropriado. Ele tem como único meio de sobrevivência a venda de sua força-de-trabalho. É, portanto, o acesso a um emprego, a condição básica e fundamental de sua sobrevivência. É esta a principal expectativa do migrante. (X)

No campo, as condições de sobrevivência variam de acordo com o maior ou menor acesso aos meios de produção. Na cidade, aquelas se diferenciam pelo salário. Este, por sua vez, depende da qualificação profissional. Portanto, as melhores condições de sobrevivência dependem da qualificação do trabalhador. Esta é a segunda expectativa do migrante. A melhor qualificação, na percepção do migrante, possibilitaria tanto a fixação em São Paulo, quanto o retorno com recursos à terra natal. (X)

Se estas duas expectativas se realizassem, isto significaria que a condição de trabalhador assalariado permitiria ao migrante condições de sobrevivência satisfatórias. Considerando que, no campo, a precariedade da relação de trabalho predominante exige atividades complementares, seria pertinente perguntar: a relação de trabalho assalariado permite ao trabalhador migrante sobreviver apenas nesta relação, ou também esta exige que o trabalhador se dedique à outras atividades? A res

posta a esta questão está contida na análise desenvolvida neste capítulo.

O acesso a um emprego e as possibilidades de adquirir uma profissão dependem das condições mais gerais de reprodução da classe trabalhadora. Não é meu objetivo aqui realizar uma análise exaustiva das condições de sobrevivência dos trabalhadores, em São Paulo, pois, de um lado, isto escaparia ao meu objetivo de estudo e, de outro, já existem inúmeros estudos e pesquisas sobre o tema.⁽¹⁾

Este capítulo pretende analisar as condições de sobrevivência dos migrantes, considerando que elas são determinadas pelas condições mais gerais de reprodução dos trabalhadores em São Paulo. Apoiar-me-ei tanto nas entrevistas realizadas com os migrantes, quanto nos estudos já existentes.

1) Condições de trabalho

O emprego na indústria é o grande sonho trazido ao migrar, pois está associado às possibilidades de um salário maior e de acesso aos benefícios sociais e previdenciários. Como se trata, porém, de migrantes, cujo último emprego foi na agricultura, caracterizam-se, em geral, pela ausência de qualificação. Por isto, a construção civil é, via de regra, a primeira atividade. A aceitação, de imediato, de um emprego na construção civil é, muitas vezes, assumida como uma atividade temporária, até que um amigo ou parente consiga uma colocação em uma indústria.

"Eu vim com a intenção de trabalhã numa fãbrica, não importava o serviço, até que enfim cheguei aĩ. Pensava na fãbrica porque tem uma molezazinha, todo mundo falava: o serviço mais ruim que tem em São Paulo é trabalhã em construção. É mais pesado e mais humilhado. Os chefes maltrata um pouco. É quase igual à Pa raĩba. A única diferença é que sai mais uns trocos" (ajudante, filho de morador)

Todos os migrantes entrevistados tiveram como primeira ocupação a construção civil, e, posteriormente, se empregaram

(1) Kowarick, 1979. Camargo et alii, 1982. Berlinck, 1977. Singer, 1979. CEM, 1980. CEM, 1983. CEM, 1984.

na indústria. Nesta, a primeira profissão é, geralmente, de ajudante.

"O nordestino quando vem do Norte prá cá, ele não pode ser um engenheiro, ele não tem um bom estudo, então ele tem que trabalhá de piñhãõ, sendo mandado por alguém, que às vezes é só igual a gente" (ajudante, filho de morador)

O trabalho na indústria representa para o migrante a possibilidade de adquirir uma "profissão"⁽²⁾. Esta expectativa é espelhada em exemplos de amigos, parentes, (particularmente a aqueles que migraram nas décadas anteriores a 1970) que conseguiram adquirir "profissão".

"Eu achava que chegando aqui podia aprendê uma "profissão". A "profissão" que eu tinha mais vontade de aprendê era de mecânico, nunca tive chance. Chegando aqui fui percebendo que não era tão fácil, como muita gente falava. Aqui não tem uma pessoa que interessa, só se vê pessoa desconhecida e ninguém interessa a ensinã esta profissão. Isto daí acho que não vai nem mais acontecê. Se eu chegã a trabalhã numa fábrica metalúrgica a estas alturas, eu vou trabalhã de que? De ajudante." (servente de pedreiro, filho de morador)

A esperança de adquirir "profissão" se relaciona tanto com a luta por melhores condições de vida, quanto com a luta de formar um pecúlio de se estabelecer por conta própria. Durham observa este mesmo fenômeno (1978):

"...Mas o trabalho industrial raramente se apresenta como ideal ocupacional. É concebido mais frequentemente como instrumento para a realização futura do ideal do trabalho por conta própria. A instrumentalidade do trabalho é dupla, em alguns casos, possibilitando certa qualificação profissional que possa mais tarde ser explorada no trabalho autônomo - mecânico, eletricitista, etc. Em segundo lugar, permitindo a formação de um pecúlio que possibilite o estabelecimento por conta própria: um pequeno estabelecimento comercial, uma ofici

(2) A noção de "profissão" tem sempre uma conotação de profissões qualificadas, como, por exemplo, os mecânicos, eletricitistas, serralheiros. Ter "profissão" se contrapõe a não ter "profissão", que representam as profissões não qualificadas - que podem ser desempenhadas sem um treinamento anterior - como ajudante, servente de pedreiro.

na de consertos, em São Paulo ou mesmo no interior, onde as exigências de capital são menores, a concorrência menos aguda e, consequentemente, maiores as possibilidades de êxito" (pg. 167)

No entanto, as possibilidades de adquirir uma "profissão" são restritas, já que o processo de acumulação provoca um rebaixamento das ocupações, tanto para nativos quanto para migrantes.

"Na realidade, a situação do migrante não pode piorar porque ele penetra no mercado de trabalho através de ocupações manuais não-especializadas, e, de maneira geral, aí permanece. Mas a sua presença serve para degradar parcialmente o mercado de trabalho do nativo, isto é, serve como exército de reserva na medida em que degrada a situação ocupacional do mercado.

Note-se, entretanto, que essa degradação é no máximo, parcial, pois grande parte dela é causada pelos mecanismos de concentração de renda que estão, como já vimos, presentes na economia urbana". (Berlinck, 1977, pg. 102)

O migrante tende a permanecer em profissões de qualificação baixa. O depoimento abaixo ilustra com incomum maestria o papel designado ao trabalhador nordestino em São Paulo:

"Em São Paulo vai chegar uma época, aliás já estamos chegando, que dificilmente paulista vai querer trabalhá de ajudante, ele já tá partindo mais pra escritório. O Nordeste seria a África nos anos passados, da escravidão. É por isto que o governo não faz nada para melhorar a situação do Nordeste. Quem tem que fazer alguma coisa é o nordestino. O nordestino, a maioria do pessoal que tá em São Paulo, ele não tem poder aquisitivo quase nenhum. O nordestino pode comprá o quê: televisão, rádio, geladeira? A não ser um cara que tenha um bom tempo de firma. O nordestino não sobe mais, porque é como dizem: o cara que é muito bom de serviço, ele fica sempre sendo bom de serviço, nunca passa a encarregado" (ajudante, filho de morador)

A concentração do migrante em profissões de baixa qualificação é consequência, portanto, das próprias condições de reprodução dos trabalhadores em São Paulo e não suas características pessoais. Segundo Berlinck (1977), a ampla reserva de

força de trabalho, de um lado, e a repressão sobre a organização dos trabalhadores, de outro, promovem uma deterioração crescente das condições de vida e trabalho, em consequência do rebaixamento salarial. Este processo é marcante a partir de 1965. Os trabalhadores de profissões desqualificadas que, a liás, constituem a grande maioria, sofrem mais incisivamente as consequências da exploração intensiva da força-de-trabalho.

"A existência de um vasto exército de reserva tem se constituído numa das principais alavancas de acumulação dos países de capitalismo tardio, entre os quais o Brasil é um caso exemplar, pois permite dilapidar, através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, boa parte da mão-de-obra engajada nas engrenagens produtivas na medida em que os segmentos desgastados podem ser substituídos pelos vastos reservatórios disponíveis. É claro que a mera existência de um reservatório de mão-de-obra é uma condição necessária, mas não suficiente, para que o capitalista cresça, depredando, principalmente, os segmentos não-qualificados da força-de-trabalho, os quais, diga-se de passagem, constituem a grande maioria daqueles que levam adiante a maquinaria produtiva da sociedade brasileira. Além da abundância da reserva de mão-de-obra, o processo de dilapidação está diretamente relacionado à capacidade de organização da classe trabalhadora em defender tanto seus níveis salariais e condições de trabalho em geral".*
(Kowarick, 1979, pg. 58).

Conforme mostra Kowarick (1979), na citação acima, a superexploração do trabalho torna-se possível graças à existência de um vasto exército de reserva. O cerne da superexploração do trabalho na cidade está, portanto, no processo de formação desta reserva. Singer (1977) entende que é a especificicidade deste processo que determina as condições de reprodução da forma de trabalho assalariada. Ele formula a questão nos seguintes termos:

"Em países não-desenvolvidos, onde modos de produção não capitalistas ainda ocupam parcelas

* Nota 4: "No Estado de São Paulo apenas 18% do conjunto dos trabalhadores ligados à indústria em 1973 estão na Categoria de operários qualificados" Veja: SENAI, Relatório de 1973, São Paulo, 1974 (Kowarick, 1979, pg. 58).

ponderáveis da população ativa, a formação de uma classe assalariada "duplamente livre", isto é, sem condições próprias de trabalho e sem peias para oferecer sua forma de trabalho no mercado, é o que determina acima de tudo mais, a oferta de força de trabalho. É o que nos leva a dizer que é o capital que produz e reproduz sua forma de trabalho"

(pg. 183). (3)

Esta forma específica de formação da força de trabalho livre determina que

"por definição, o crescimento dos seus exercícios industriais se dá mais por produção do que por reprodução da força de trabalho" (Singer, 1977, pg. 157)

Em São Paulo isto pode ser verificado pelas taxas de crescimento populacional. Nas décadas de 50, 60, 70 o crescimento populacional devido à migração é maior do que o vegetativo. Na década de 70 e 80 a taxa anual de crescimento vegetativo foi de 1,7% e a de crescimento migratório foi de 2,8%, dando um total de 4,5% de crescimento populacional anual (Tabela 8).

É o amplo exército industrial de reserva que permite ao capital remunerar o trabalhador, principalmente o não qualificado, com salários inferiores ao valor (4) da força de tra

(3) Singer trata as relações de trabalho assentadas no acesso aos meios de produção como formando outros "modos de produção". Nesta interpretação se situa, também, Meillassoux (1977) que trata de "modos de produção" domésticos". Outros autores tratam essas relações como "relações pré-capitalistas subordinadas às relações capitalistas" (Silva, 1977); outros ainda como "produção capitalista de relações não-capitalistas de produção" (Martins, 1979). Considero extremamente valiosa toda esta série de concepções, fruto do debate em torno da especificidade destas relações. No entanto, acredito que não se trata, no presente estudo, de discutir estas várias concepções teóricas, pois isto implicaria desviar do tema.

(4) Segundo Meillassoux (1977) o valor da força de trabalho em globa três aspectos: "1) Sustento del trabajador durante su período de empleo (o reconstitucion de la fuerza de trabajo inmediata); 2) mantenimiento del trabajador en los períodos de desempleo (desocupación, enfermedad, etc.) 3) remplazo del trabajador mediante el mantenimiento de su descendencia (lo que convencionalmente llamamos reproducción)" (pg. 143).

Se o salário reproduzisse integralmente a força de trabalho, deveria permitir a sobrevivência do trabalhador e da família, não apenas nas fases em que o trabalhador está empregado, mas, também, nas fases de desemprego, doença, velhice.

Um indicativo de que o salário é inferior ao valor da força de trabalho são as várias estratégias realizadas no seio da família, para garantir um nível mínimo de vida, como mostrei na parte 2 deste capítulo. (6)

Assim o migrante - trabalhador que foi expulso do campo devido às condições precárias de sobrevivência - é, também, submetido a condições precárias de sobrevivência na cidade. Estas condições são determinadas por fatores presentes na cidade como o amplo exército industrial de reserva. Como vimos, porém, anteriormente, na formação do exército industrial de reserva em São Paulo é importante o fluxo de migrantes dirigidos à esta região. A migração, por sua vez, ocorre devido ao desenvolvimento do capitalismo na sociedade como um todo. Portanto, a determinação última das condições de sobrevivência dos migrantes em São Paulo é o próprio desenvolvimento do capitalismo, tanto no campo, quanto na cidade, que ao mesmo tempo que se expande, gera permanentemente uma superpopulação relativa. Esta é responsável pela degradação das condições de sobrevivência dos trabalhadores no campo e na cidade.

A existência de um vasto exército de reserva conjugou-se com mudanças no quadro institucional da regulamentação entre capital e trabalho. Segundo Berlinck (1977) a alteração no quadro institucional é marcada pela política de arrocho sala

(5) Vale ressaltar que aqui estou considerando a presença de um amplo exército industrial de reserva na determinação das condições de reprodução dos trabalhadores. Não pretendo, absolutamente, com isto dar conta da especificidade da reprodução da força de trabalho nos países sub-desenvolvidos. Para isto seria necessário introduzir várias outras questões, como nível de organização da classe trabalhadora, posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, etc.

(6) "A existência de outras alternativas para garantir a manutenção e reposição do trabalhador denuncia a incapacidade do salário de reproduzir a força de trabalho". (Barbosa, 1983, pg. 12).

rial implantada após 1964 e pela mudança da Lei de Estabilidade no emprego. Em 1966 foi instituída a Lei do F.G.T.S. (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Lei nº 5107 de 23.09.66), que passa a promover uma alta rotatividade do trabalho.

Vale ressaltar que estas mudanças no quadro institucional aconteceram num período de ampla repressão à organização da classe trabalhadora, implantada com a Ditadura Militar no Brasil (Kowarick, 1979, pg. 13).

O amplo exército industrial de reserva, aliado à um quadro institucional de regulamentação das relações entre capital e trabalho, submete o trabalhador migrante a baixos salários e a uma completa instabilidade no emprego.

A seguir mostrarei a forma como o migrante percebe os baixos salários e como tenta enfrentar a alta rotatividade do trabalho.

O migrante considera que, mesmo com salários baixos, o emprego permanente com carteira registrada lhe proporciona condições de vida melhores que no campo. O emprego permanente representa a garantia da sobrevivência, mesmo que mínima, contra a completa instabilidade de vida no campo, seja devido à precariedade da produção dos alimentos básicos, seja devido à falta de equipamentos, de meios de obtenção de água, de insuficiência de terra, da obtenção de um ganho monetário.

"O problema é que trabalhã na agricultura, trabalha o ano inteiro e não é como aqui. todô mês tem o pagamento, vence férias, tem aquele dinheiro, então no final do ano tem o abono. Lá não, trabalha o ano inteiro, pega o dinheiro daqueles compradores de algodão, que fornecem dinheiro pra gente o ano inteiro, pega aquele dinheiro e depois acaba, vai lá e pega mais um pouco. Ele vai marcando lá, quando chega a época da safra, vende o algodão e desconta a dívida, com um juro barato. É este dinheiro que vai sobrá que tem que dar pra todos os outros produto - então, isto daí eu acho que é um problema" (ajudante, filho de pequeno proprietário)

O registro em carteira, além de propiciar o acesso a benefícios sociais, representa, também, uma possibilidade de formar um pecúlio. Dada a dificuldade de fazer uma poupança do salário, o migrante idealiza na indenização a chance de reali

"Hoje tã ruim prã emprego, mas mesmo assim a gente ainda arruma serviço, o cara entra numa firma, trabalha direitinho, se o patrão chamã prã fazê hora-extra, faz. Se não dã prã ele junta dinheiro, não der prã pôr na poupança, ele faz todo possível de passar 1 ano, 2, 3, 4 anos de firma. Um dia que sai daqui, que pe ga aquela indenização, e chega no Norte dã prã conseguĩ alguma coisa" (ajudante, filho de pequeno proprietário)

Para enfrentar as determinações do capital, que submetem o trabalhador à completa instabilidade, o migrante trava uma luta permanente para adquirir "anos de casa". Esta luta aparece, de forma mais clara, na submissão às condições de exploração e dominação do trabalho, representada na sujeição ao horário de trabalho, ao chefe-encarregado e em outros aspectos que se contrapõem à autonomia do trabalho.

O migrante é orientado pelos parentes e/ou conterrâneos quanto às novas formas de exploração e dominação do trabalho na cidade. Este aprendizado faz parte do que sempre dizem: "o nondestino tem que aprendê a convivê com o próprio ambiente que vive".

Assim os migrantes sabem que o sucesso no emprego depende da completa submissão a estas formas.

"Bom, se a gente é empregado, é obrigado a fazer, a se esforçã do jeito que eles querem, tem que aguentã. Meu irmão mesmo não aguentava, por isto que parava bem pouco nos empregos" (ajudante, filho de pequeno proprietário)

"Aqueles pessoas que trabalha pouco lã (em São Paulo) eles mandã (embora). Aĩ aquela pessoa fica jogada no meio da rua. Sõ dã certo em São Paulo quem é muito trabalhador, que o que eles botã prã fazê aquela pessoa faz mesmo, sem preguiça. Lã ele tã com 6 anos e não foi mando ainda desta firma: porque tem coragem de trabalhã" (morador)

A sujeição total às normas de controle do trabalho e a esperança de adquirir "anos de casa" se justificam de um lado, como forma de garantir a sobrevivência em São Paulo, tanto em

termos imediatos, quanto como forma de criar condições de fixação, o que, em geral, é dado pela aquisição da casa própria. De outro lado, representa, também, uma forma de juntar recursos para poder retornar à terra natal.

"Meu ideal era vim pra São Paulo, vê se conseguia alguma coisa, porque minhas condições lá eram poucas, e volta pra meu torrão natal e ainda hoje é o mesmo, eu não mudo (...). Então o cara aqui em São Paulo não pode viver uma vida independente, ele tem que viver uma vida humilhada. Humilhada que eu falo é o seguinte: você tá fazendo um serviço, o encarregado chega e fala oh! você vai fazer aquele outro. Eu não posso falar que não vou, não, eu tenho que ir" (ajudante, filho de pequeno proprietário)

A submissão aparece mais forte entre os migrantes que ganham salário mínimo:

"Aqui além do cara trabalhá 30 dias, não recebe nada, quando muito recebe um valezinho mitchado, aperreado, ainda mais é recebendo amolação" (ajudante, filho de pequeno proprietário)

A submissão às normas de controle do trabalho, são percebidas pelo trabalhador como uma perda total da autonomia: é "humilhação".

"Na fábrica não se tem autonomia, tudo o que você faz é pensando se tá certo, se não tá certo, se continua ou não. Todo mundo se sente bem trabalhando independente. Não tem coisa melhor do que ser dono de si próprio. O nordestino até ele se acostuma com esta rotina é difícil, tem muitos que não se acostuma" (encarregado, filho de renteiro)

Ao se sentir "humilhado" o migrante está reclamando das normas de controle do trabalho, que são impostas a ele. Com a expressão "humilhação" ele mostra a violência da exploração de sua força de trabalho pelo capital, que se utiliza de controles rígidos do trabalho, para extrair o máximo de mais-valia. A "humilhação" aparece mais forte quando o salário é baixo: "O salário é mitchado e ainda aguenta toda amolação". Isto mostra

que esta noção expressa formas específicas de dominação e exploração do trabalho, que impedem que o trabalhador assegure a sua sobrevivência e que guarde a sua dignidade de "não estar sujeito à vontade de outros".

A noção de "humilhação" tem uma certa similitude com a de "cativoeiro" presente na relação de morador. Ambos expressam uma rejeição às formas de dominação e exploração do trabalho.

A noção de "humilhação", porém, parece ter um caráter mais forte que a de "cativoeiro", pois os migrantes com origem de morador consideram que "o morador é também mais livre, por que trabalha a hora que quer, do jeito que quer". O "ser mais livre" como morador indica que na cidade a subordinação do trabalho ao capital é direta. Portanto, qualquer possibilidade de controle do trabalho escapa ao trabalhador. O uso da força de trabalho é baseada em cálculos exatos de produtividade, que a dimensiona durante uma jornada de trabalho pré-fixada. No campo a jornada não é pré-fixada, o uso da força de trabalho é determinada pelas necessidades de reprodução da família.

O migrante idealiza no trabalho autônomo a saída para escapar à "humilhação" na cidade.

"Se eu ficã desempregado, dependendo da época, sei lá, se até lá eu conseguí tomã outra atitude, conseguí fazê alguma coisa por aqui mesmo, trabalhã em outro negócio e não dependê sô de firma, eu posso ficã também. Mas se for uma época que eu não tivê nada, eu tenho que voltã prá Paraíba. O lugar aqui prá pessoa vê vê por conta, é bem melhor do que lá, porque é um lugar grande, um lugar que tem bastante movimento, apesar da crise de desemprego, é um lugar que tem mais dinheiro. A pessoa trabalhando em firma sô trabalha pros outros e não vê futuro. Você fica 10 anos na mesma firma, na mesma coisa" (serrailheiro industrial, filho de renteiro).

No Capítulo V analisarei a relação entre o trabalho autônomo e as condições de sobrevivência do migrante na cidade.

A submissão do trabalhador migrante às condições de exploração e dominação do trabalho poderia ser resumida em três aspectos:

- 1) Apesar dos baixos salários, muitos migrantes ainda

consideraram as condições de trabalho em São Paulo "uma mordomia . A avaliação do migrante é baseada em duas referências : a do campo e a da cidade. A percepção sobre as condições de vida e de trabalho na cidade reflete a maior exploração da força de trabalho no campo. Assim a "aceitação" dos baixos salários não representa uma acomodação, passividade frente às determinações do capital, mas se justifica porque as referências do migrante são de que, em outros lugares, (no caso, na região de origem) as condições de sobrevivência são ainda piores.

2) O migrante é um trabalhador completamente expropriado. Portanto, tem como única forma de sobrevivência a submissão total às condições de exploração e dominação do trabalho impostas pelo capital. Assim, apesar de sentir a perda da autonomia e da dignidade, esta é a única forma de sobreviver.

3) A submissão total é uma forma de garantir a sobrevivência, mesmo com os baixos salários; mas, por outro lado, representa, também, uma luta contra os baixos salários, uma luta por melhores condições de sobrevivência. Isto, na sua percepção, se daria pelo "aumento dos anos de casa", meio pelo qual ele pensa tanto em conquistar melhores salários, quanto em formar um pecúlio, pela indenização. Uma "boa" indenização, no seu modo de ver, permitiria melhorar as condições de sobrevivência na cidade (o que geralmente é representado pela compra da casa própria) ou retornar definitivamente, à origem.

Acredito que estes três aspectos representam bem a luta concreta travada entre capital e trabalho, o capital empenhado em extrair o máximo de mais-valia e o trabalhador empenhado em garantir a sua sobrevivência em condições dignas de pessoa humana.

É, portanto, a luta pela reprodução da própria vida que submete o trabalhador às determinações do capital.

As condições de sobrevivência dos trabalhadores migrantes, se agravam, drasticamente, em períodos de crise econômica ⁽⁷⁾ ,

(7) Segundo Singer (1977) "qualquer economia capitalista, inclusive a dos países não-desenvolvidos, está sujeita ao ciclo de conjuntura, mesmo que "atenuado" por uma política econômica anticíclica, o conjunto da economia destes

que provocam o aumento do desemprego. (8)

Um dos sinais mais evidentes da clara deterioração da situação do migrante é o rebaixamento do nível da profissão. Isto se verifica, com maior evidência, no período de crise econômica. Alguns migrantes com 8, 10 anos em São Paulo e que já adquiriram uma "profissão", são, muitas vezes, obrigados a regressarem à condição de ajudante, em caso de desemprego, o que é preferível, muitas vezes, a ter que voltar para Paraíba.

"Eu era operador, mas fui obrigado aceitar de ajudante de novo. Prã mim conseguí arrumã, ganhando o pouco que tô ganhando tive que enfrontã 28 dias, na portaria da firma, pegã amizade com um guarda, prã o guarda conseguí me colocã lá dentro. Prã ganhã salário mínimo, mas mesmo assim eu dou graças a Deus" (ajudante, filho de pequeno proprietário).

O rebaixamento na profissão contesta a tese defendida por alguns autores de que há uma melhoria na condição de vida do migrante, com o aumento dos anos de residência, pelo menos no período que estou analisando. (9)

países passa continuamente por fases de ascensão, crise e depressão. A primeira etapa da produção de força de trabalho - a formação do exército industrial de reserva com trabalhadores "liberados" de outros modos de produção - tende a se intensificar na fase de crise e depressão capitalista, quando se desencadeia um processo cumulativo da queda da demanda efetiva, redução de preços, diminuição do nível de atividade, isto é, dos níveis de emprego e de utilização da capacidade, etc." (pg. 114).

(8) Procurei índices de desemprego em diversos órgãos de pesquisa em São Paulo: DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), porém constatei que a determinação deste índice somente começou a ser trabalhado, precariamente, a partir de 1980. Atualmente o DIEESE e SEADE estão realizando uma pesquisa na Grande São Paulo, para dimensionar o nível de desemprego e subemprego, que toda via ainda não foi concluída. Assim é difícil determinar exatamente o ano em que as taxas de desemprego começaram a crescer expressivamente. Pelos depoimentos dos migrantes o desemprego é sentido principalmente a partir de 1979.

(9) George Martine (1980) analisando uma série de estudos, desenvolvidos principalmente a partir de 1970, sobre dife

Nas fases de desemprego o migrante, muitas vezes, se encontra no limiar de sua dignidade de pessoa humana, que tem no trabalho a fonte de sua sobrevivência. O capital, ao impedir o acesso a esta condição básica do trabalhador, condena-o, muitas vezes, à indigência, à mendicância, à marginalidade, destino a que estão relegados muitos destes migrantes que perderam a esperança de lutar pela reprodução da própria vida, através do trabalho.

"Antes aqui já era ruim e agora pior ainda (refere-se ao período anterior a 1979). Com este desemprego todo na rua, muita gente procura um emprego e não encontra, por isto que tem gente que vira até bandido, porque é fraco, porque a pessoa que vê seus filhos dentro de casa, faltando uma coisa, outra, uma comida, não tem onde arrumá, chega na portaria de uma firma pede emprego, não tem emprego, quer dizer que a pessoa tá destinada a qualquer coisa. Não sei não, eu já não penso assim, eu prá conseguí alguma coisa que for de alheio, Deus me defenda; mas tem muita gente que é assim e acho que não deveria ter nem cadeia, punição prá pessoa, porque acho que tem muitos problemas de desemprego aqui em São Paulo, tá demais." (ajudante, filho de pequeno proprietário).

Este migrante tinha sido demitido no dia em que foi entrevistado. Em apenas 6 meses teve três empregos, sendo que no último permaneceu por apenas 12 dias. No seu semblante, no seu discurso se percebe o desespero vivido nesta situação. Tendo já migrado para a Paraíba por duas vezes, no período de seca, ele não tem mais alternativa. A única alternativa é o apego com Deus, de quem ele busca forças para se defender contra o "mal". Neste drama "pessoal" se reflete o nível de violência presente na exploração do trabalhador na cidade.

O período de crise econômica caracteriza-se pelo aguçamento das contradições do capitalismo. Por isto, as reais condições de sobrevivência do trabalhador migrante em São Paulo

renciais migrat6rios, observa que h6 "uma not6vel converg6ncia destes estudos no sentido de demonstrar uma clara melhoria da situa76o do migrante, 6 medida que aumenta o tempo de resid6ncia." (pg. 971).

aparecem mais claramente neste período. No entanto não é a crise econômica que gera a deterioração das condições de vida e de trabalho, mas o próprio desenvolvimento do capitalismo. A análise desenvolvida, anteriormente, mostrou que este gera, na cidade, permanentemente, uma superpopulação relativa. É esta abundância de força de trabalho, aliada a um quadro institucional de regulamentação entre capital e trabalho, que degrada as condições de sobrevivência dos trabalhadores, submetendo-os, tanto a baixos salários, quanto a uma instabilidade completa.

"Desemprego, não registro em carteira, atividades por conta própria de características intermitentes e, sobretudo, baixos níveis salariais, são condições frequentes para todos aqueles que levam adiante o processo produtivo" (Kowarick, 1979, pg. 86)

Assim o capital na cidade - que se baseia na exploração da força de trabalho assalariada - não reproduz, completamente, esta força de trabalho. Segundo Singer (1977) esta reprodução incompleta da força de trabalho pelo capital se justifica pela existência de reservas de força de trabalho que permitem ao capital remunerá-la abaixo do seu valor:

"A reprodução da força de trabalho pelo capital, que assume crescente importância também nos países que se desenvolvem, dependendo de duas ordens de fatores: a) da existência de reservas latentes a partir das quais o capital possa produzir novos contingentes de força de trabalho e b) do quadro institucional que rege as relações entre o capital e o proletariado. O exame da evolução histórica das condições em que se deu a reprodução da capacidade de trabalho sob a égide do capital, desde o início da Revolução Industrial, mostrou que, quando a produção de força de trabalho pelo capital era ampla e fácil, tais condições tendiam a ser confinadas em limites tão estreitos que a reprodução da classe operária era, na prática, inviabilizada." (pg.184/5).

O trabalhador migrante na condição de assalariado não consegue garantir a sua sobrevivência, sendo obrigado, estando empregado ou não, a recorrer a diversas estratégias, conforme tratarei na parte seguinte deste capítulo.

2) A Triade do migrante em São Paulo

As estratégias dos migrantes constituem um esforço para garantir a satisfação de três "necessidades": 1) sobreviver em São Paulo; 2) contribuir para a sobrevivência da família no campo e 3) poupar, tendo em vista, principalmente a volta à terra natal, ou, também, visando à fixação em São Paulo. O objetivo aqui é analisar em que medida as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos migrantes na cidade permitem garantir a satisfação destas três necessidades.

Discutirei as estratégias que se verificam na intensificação do trabalho, nas condições de moradia e no consumo alimentar.

2.1) Intensificação do Trabalho

Uma das estratégias mais importantes é o prolongamento da jornada de trabalho, através das horas extras.

"Eu faço em média 100 horas (extras) por mês. Teve uma época que meu irmão se acidentou, ficou 40 dias no seguro, então eu fiquei fazendo o serviço dele e o meu. Eu saía de casa às 6 horas da manhã e chegava uma hora da manhã no outro dia. No outro dia, era a mesma coisa. E na 6a. feira eu entrava 6 horas da manhã, trabalhava o dia e a noite, e saía no sábado meio-dia. Aí vinha em casa, dormia uma hora e pouco, e aí começava o serviço de novo, pra terminar o serviço. Então eu acabei ficando doente, me deu problema na coluna e tudo" (ajudante, filho de pequeno proprietário).

Para os casados, principalmente, é a única forma de se manter com a família em São Paulo:

"Pesquisas periódicas realizadas pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) indicam que o tempo de trabalho para aquisição de uma ração essencial mínima em São Paulo vem-se elevando significativamente nos últimos dez anos. Em consequência, verifica-se um aumento das horas de trabalho das pessoas ocupadas, que parece corresponder a uma compensação para o declínio do salário real" (Camargo et alii, 1982, pg. 68).

Apesar do cansaço imediato e das consequências do prolongamento da jornada de trabalho no desgaste do trabalhador, as horas-extras atuam como uma mistificação do salário baixo, dando a sensação de que "se ganha muito".

Para os migrantes, a dedicação exaustiva às horas extras, além de ser fundamental para a sobrevivência em São Paulo, é uma tentativa de concretizar o seu ideal de retornar à terra natal com recursos.

"Vale a pena trabalhã o m̃ximo possĩvel, o quanto puder trabalhã. Sofrê muito. Eu tenho dois dias de folga (refere-se aos sãbados e domingos), mas se tivesse um emprego prã eu trabãlhã fim de semana eu pegava" (ajudante, filho de pequeno proprietário).

Ao prolongamento da jornada de trabalho, frequentemente, se somam estratégias a nível de família, através do trabalho da mulher e das crianças, como forma de complementar a renda.

2.2) Condições de Moradia

A moradia na favela, nas casas precárias da periferia e nos cortiços é a única forma encontrada pelo migrante para sobreviver com os baixos salários.

"Eu ganho três salários m̃nimos, se eu tivesse pagando aluguel? Eu estou apertado, moro num barraco, numa favela, quer dizer é a última qualidade acho que no mundo é a favela, se eu ganhasse o salário m̃nimo, sei não, hoje não tinha nem comprado um pedaço de frango, uma verdura, uma fruta, nada" (ajudante, filho de morador)

Conforme pode ser observado pelos dados abaixo, o crescimento das favelas tem sido espantoso e isto é um indicador real do rebaixamento salarial sofrido pelos trabalhadores migrantes, população majoritária das favelas de São Paulo. (10)

(10) "53% dos favelados chefes de família residem na capital há mais de 5 anos e 37% aqui estão por um período superior a uma década, enquanto apenas 12% estão há menos de 1 ano no município." (Kowarick, 1979, pgs. 93/4).

CRESCIMENTO DAS FAVELAS EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ANO	POPULAÇÃO MUNICIPAL	POPULAÇÃO FAVELADA	NÚMERO DE BARRACOS	% POP. FAVELADA/POP. MUNICIPAL
1972	237.451	5.552	1.010	2
1978	372.016	34.035	6.811	9
1980	425.322	46.036	9.414	11
1982	486.130	63.874	11.592	13
1983	517.847	73.094	13.266	14

Fonte : Censo Demográfico IBGE - 1980

PANFA 1 - Pesquisa Amostral em núcleos favelados-PMSBC
Estimativa SP-2000

Um dos bairros de São Bernardo do Campo - Batisttini, local onde efetuei entrevistas com migrantes, houve um aumento de 13% da população favelada em apenas 2 anos. (1980: 840 pessoas; 1982: 1992 pessoas).

Apesar da favela ser a "última qualidade do mundo" ela permite um rebaixamento do custo de reprodução da família, e neste sentido é preferida mesmo por alguns que pagam aluguel.

"Eu preferia morã num barraco, do que pagã aluguel, eu achava que a gente podia vivê melhor, vivê mais folgado. O aluguel sacrifica muito a gente" (dona-de-casa, filha de morador).

A moradia na favela permite que mesmo nas fases de desemprego a família consiga sobreviver, em geral, através do subemprego, ou outras atividades que lhe permita garantir, no mínimo, a alimentação. Para aqueles que pagam aluguel, o desemprego tem um caráter mais trágico do que para o favelado, pois tem uma despesa mensal fixa, que, muitas vezes, constitui o item mais caro do orçamento familiar.

O barraco na favela, como residência precária, que pode ser montado e desmontado facilmente, corresponde bem ao caráter flutuante da população migrante, que vive instavelmente na cidade e que é forçada, frequentemente, a migrar para o campo, como mostrarei no Capítulo V.

A moradia em favela, em alguns casos, representa uma economia do aluguel. Alguns migrantes entrevistados que moram em favela, compraram terreno e construíram casa na zona urbana no município de origem, graças a esta economia.

Tanto na favela, quanto nos cortiços e casas de periferia os migrantes também têm como prática comum a moradia conjunta de familiares ou mesmo amigos. Esta forma de moradia permite rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho. É através desta forma de moradia que os migrantes, principalmente os solteiros, conseguem ajudar à família na origem. Este é o caso de Geraldo que ganha apenas um salário mínimo (Cr\$97.000,00 em agosto de 1984) e envia todo mês à sua família na Paraíba a quantia de Cr\$ 30.000,00, o que representa 30% do seu salário.

As relações familiares sempre estão mediando estes vários tipos de moradia dos trabalhadores migrantes:

*"um estudo realizado com migrantes de baixa renda revela que metade deles, ao chegarem à Capital, resolveram o problema de moradia através de vínculos familiares e 16% através de amigos *. Quando esta população encontra dificuldades em relação ao trabalho, procura solucioná-las através da família, amigos e conterrâneos (40%), de colegas de trabalho (29%) e apenas 5% procuram os canais institucionais. Quando as dificuldades são financeiras, prevalece o mesmo esquema: apenas 6% buscam os meios institucionais. Até mesmo quando o problema é a saúde, 24% apelam para soluções informais." (Camargo et alii, 1982, pgs. 139 e 140).*

Devido à distribuição no espaço ser mediada pelas relações familiares, há uma concentração de migrantes num bairro, ou favela procedentes da mesma região ou município de origem. Isto propicia a recriação e manutenção das relações de vizinhança e parentesco existentes no campo.

Como participei de vários finais de semana com os migran.

* Nota 81: "Godinho, M.T. Metropolização e planejamento social. São Paulo, PUC, 1974, 2v. Estudo baseado em 540 entrevistas, realizadas entre novembro e dezembro de 1973 com pessoas não naturais do município, que chegaram a São Paulo com mais de 14 anos. A amostra engloba um grupo cuja renda, em 80% dos casos, não atinge 3 salários mínimos." (Camargo et alii, 1982, pg.139).

tes , pode sentir um clima de solidariedade e amizade. As relações familiares e de amizade são importantes não apenas no apoio material, mas também moral, cultural, psicológico no cotidiano do migrante.

Esta concentração facilita o contato permanente com a área de origem. Aqueles que vão à Paraíba levam notícias de São Paulo, quando vem da Paraíba trazem notícias. Todo este arranjo familiar e de amizade permite ao migrante se defender contra uma sociedade marcada pelas relações impessoais e pela ausência de canais de proteção institucionais eficazes.

2.3) Consumo alimentar

A deterioração das condições de vida é, também, evidenciada através da queda do consumo de alimentos:

"A estrutura dos gastos também modificou-se, com uma queda relativa das despesas de alimentação, vestuário, higiene pessoal e limpeza doméstica e uma elevação de outros itens, como transporte, equipamento doméstico, educação, cultura, recreação e fumo. A queda verificada nos gastos com alimentação - que em 1958 ultrapassavam 45% do dispêndio total e caíram para 39% em 1970 - costuma ser interpretada como sinal de melhoria no padrão de vida. Mas, quando se considera que, no mesmo período, diminuiu a renda real das famílias consideradas, a conclusão é que só pode ter diminuído o consumo de alimentos per capita, indicando a piora das condições alimentares da população trabalhadora" (Camargo et alii, 1982, pg. 74).

Além da intensificação da jornada de trabalho, das estratégias a nível da moradia, o migrante faz todos os sacrifícios possíveis também a nível alimentar, para conseguir enviar dinheiro à família na origem.

"Eu vim de lá, enfrentei, até hoje tô enfrentando, porque a vida aqui não é fácil, e eu trabalho pra mantê e ainda ajudo eles lá, o quanto eu posso eu ajudo." (ajudante, filho de morador).

"Tenho que me sacrificar pra podê mandã: além do sacrifício de pagã uma casa mais simples ,

eu se tivē que fazē despesa no mēs que tiver de mandā prā lã, eu não faço. Então eu faço tudo isto prā podē ajudā eles (os pais) e não ajudo muito" (ajudante, filha de morador).

A história do Sr. Manoel ilustra bem como os sacrifícios, a nível de consumo, se justificam também como forma de viabilizar o ideal de volta à terra natal. Ele migrou, pela primeira vez, em 1973, passou um ano em São Paulo. Em 1974 retornou à Paraíba e em 1978 migrou, novamente, para São Paulo.

"Eu fiquei sabendo que não era fácil arrumã um dinheiro prã voltã pro Norte, mas aqui a gente tem que sofrē, se pega umas férias, não vai passear, põe a metade no Banco. Se pega uma parcela de abono, põe a metade no Banco. Vai comprã uma televisão, não compra a cores, compra pra preto e branco. Se ele já tinha cinqüentã mil cruzeiros, com mais cinqüenta faz cem. Com outra economia que faz, põe mais cinqüenta mil no banco. Aĩ pronto já tem cento e cinqüenta mil, aĩ tem um terreno na terra da gente que o cara faz por cem mil, ele pega e manda este dinheiro; cinqüenta mil já dá prã ele comprã uma parte do material prã construí a casa. Então, o problema que eu te falo é isto aĩ, o cara tem que entender isto aĩ, se veio, veio com intenção de conseguĩ alguma coisa na terra da gente, agora se veio prã conseguĩ aqui, tem que tentã mais do que isto, porque aqui é mais difícil. Aqui quinhentos mil cruzeiros, você dá entrada em meio terreno, que fica 24 Km distante do seu trabalho" (ajudante, filho de pequeno proprietário - entrevista realizada em agosto de 1984).

Este migrante já está empregado há 6 anos numa indústria metalúrgica, é casado, com 2 filhos, mora em favela, ganhava, na época, três salários mínimos, salário superior à média da classe trabalhadora na Grande São Paulo:

"54,06% ganha até 2 salários mínimos em 1971, segundo PNAD, Regiões Metropolitanas, 4º trimestre, 1971-1972, Rio de Janeiro, IBGE, s.d. (In: Camargo et alii, 1982, pg. 66).

A condição de vida deste migrante é, "privilegiada"- uma exceção à regra - o que lhe permite formar um certo pecúlio, que subsidie o retorno à origem.

Os vários dados e depoimentos dos migrantes demonstram que estas estratégias refletem um esforço do trabalhador migrante para garantir níveis mínimos de vida em São Paulo. As sim elas permitem, apenas, atender à primeira "necessidade" - a sobrevivência do migrante ou de sua família, no caso de casados.

As conclusões do Capítulo III evidenciaram que a "ajuda" dos parentes de São Paulo tem uma importância fundamental na sobrevivência da família no campo. Esta conclusão, ao se defrontar com a acima esboçada, não deixa de sugerir uma série de questões, tais como:

- Será que realmente os migrantes conseguem ajudar os pais na origem, será que a "ajuda" é um ideal, mas na realidade muito pouco concretizado ?
- Que proporção representa esta "ajuda" na renda da família migrante em São Paulo?
- De outro lado, que proporção representa esta "ajuda" na renda da família na origem ?

As respostas a estas questões escapam ao presente estudo, já que implicariam num estudo quantitativo, baseado em amostragem representativa do universo da pesquisa.

No presente estudo o que se pode concluir é que, apesar de toda situação degradante em que o migrante vive em São Paulo, parece ser um fato generalizado a "ajuda" em dinheiro, roupa, eletrodomésticos, remédios, médico, etc. aos pais, na origem, o que é, muitas vezes, estendido a irmãos casados, com filhos. Assim, as constatações empíricas na cidade e no campo tornam bastante evidente que este fenômeno é relevante. ⁽¹¹⁾

Neste sentido se confirmam as duas conclusões do Capítulo III:

- 1) migração é uma estratégia de reprodução da família extensa;
- 2) a família se segmenta entre campo e cidade, para permitir a subsistência e, portanto, assumir a reprodução da força de

(11) Acredito que seria bastante fecundo um estudo quantitativo que dimensionasse a importância do fenômeno.

trabalho.

As constatações empíricas mostram que esta "ajuda" é mais comum entre migrantes solteiros e pais. No entanto, isto não significa dizer que a "ajuda" dos casados não seja importante. O que verifiquei é que há uma cotização entre os vários filhos, de acordo com as possibilidades individuais.

A "ajuda" à família na origem é garantida, portanto, às custas de sacrifícios do trabalhador migrante, que já sobrevive com níveis mínimos de vida em São Paulo.

A terceira "necessidade" - poupar - permanece, apenas, como um "ideal", mas que para muitos migrantes que retornam ao campo, aparece como "real".

No capítulo seguinte mostrarei como as condições de sobrevivência na cidade determinam que o "ideal" permanece como tal e que predomina o "real" - a garantia apenas da sobrevivência nas formas e níveis determinados pelo capital.

"Até 1970 o povo ia e não voltava tão fácil,
Agora de 1970 à 1980 é um caminho de formiga,
tem deles que vai e só passa 15 dias,
quando acaba o dinheirinho volta.
O que acontece é que eles vão,
porque não acredita no que os outros que tão lá tão passando,
não vê falã que São Paulo é uma "ilusão".
O camarada vai pensando que chega lá,
enrica do dia prá noite.
Chega lá não acha o emprego,
parentes não vai suportã vivê sustentando toda uma vida,
outros querem um emprego prá ganhã muito,
não querem emprego prá ganhã só o salãrio,
são estes mais ou menos que vai, filho de proprietãrio.
Quando chega lá prá topa qualquer empregozinho,
eles não querem e volta.
O motivo é este, vão num plano de ganhã muito dinheiro,
aí não se assujeita e volta".

(morador, 10 dos 14 filhos estão em São Paulo).

CAPÍTULO V

MIGRAÇÃO DA CIDADE PARA O CAMPO: UMA ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Neste capítulo tratarei da migração da cidade para o campo, que aqui representa a volta à origem. Este tipo de migração é comumente denominada de "migração de retorno". No entanto, não utilizo esta denominação, pois significaria pensar que a migração se realiza entre pontos fixos de saída e de chegada, quando, na realidade, trata-se de migrações múltiplas: do campo para a cidade, da cidade para o campo e assim sucessivamente. Analisarei, neste capítulo, um momento deste complexo processo migratório: a migração da cidade para o campo.

No Capítulo IV mostrei como o desenvolvimento do capitalismo na cidade não permite a sobrevivência do trabalhador apenas como assalariado. Ao lado da utilização predatória da força de trabalho há, permanentemente, um processo de geração do exército industrial de reserva, manifestado em populações que estão ora trabalhando, ora totalmente desempregadas, ora no subemprego.

Esta instabilidade diminui as chances do migrante de permanecer na cidade:

*"em muitos casos a impossibilidade de continuar sobrevivendo na cidade, atinge cativamente parcela da mão-de-obra de baixa qualificação profissional". (Kowarick, 1979, p. 79).**

* Nota (29): "digno de nota, neste particular, é que só através do SETREM, órgão oficial de triagem e encaminhamento de migrantes, cerca de 3.000 pessoas são mensalmente remetidas para fora da Região da Grande São Paulo. Conforme HILLAS, Roberto - A Dura Viagem no Trem dos Desterrados. Isto é, nº 65, 1978, pp. 58 a 61. Cálculos officiosos indicam que, somando-se este contingente àqueles que voltam por iniciativa própria, haveria cerca de 100.000 pessoas que anualmente saem da Grande São Paulo, muitos dos quais em condições sócio-econômicas que classicamente foram designadas de "asilo do exército industrial de reserva". (Kowarick, 1979, pg. 67.

Assim, muitas vezes, a alternativa da migração, é retoma da. Os trabalhadores que ainda têm parentes na origem tendem a migrar para esta localidade. ⁽¹⁾ Quando inexistem familiares na área de origem, eles dificilmente, sentem-se motivados a migrar.

"Eu nunca voltei, porque tenho desgosto, se meus pais ainda fossem vivos, eu voltava, saí de lá, deixei meus pais, meus irmãos, tudo completo, não tinha morrido ninguém, e eu chegá lá não vejo eles e um irmão que já morreu também. Isto me deixa uma revolta, aí eu não vou, prá evitá". (ajudante, filho de morador).

A migração da cidade para o campo sempre existiu na migração nordestina, porém a partir da década de 70 este processo adquiriu dimensões significativas: ⁽²⁾

"os movimentos migratórios da última década as sumiram algumas características novas: (...) há indícios de movimentos contínuos, sem nítida área de destino; ou seja, os deslocamentos se sucedem em múltiplas tentativas, com considerável migração de retorno, ou o prosseguimento para outras áreas, configurando a significativa expressão de "migrante profissional". (Patarra, 1983, pg. 48).

(1) A expectativa de voltar ao campo e, portanto de uma migração (do campo para a cidade) não definitiva é uma idéia quase generalizada entre os migrantes. Isto, no entanto, não significa que efetivamente o retorno aconteça: "se uma emigração é permanente, ou temporária só pode ser estabelecido pós-fato. Algumas pessoas emigram com a clara intenção de estabelecer uma nova unidade e residir permanentemente no lugar de destino. Outros pretendem passar só uma temporada até poder voltar para o lugar de origem. Independente das intenções de emigrantes, a maioria mantém algum contato com as suas unidades de origem. Como foi salientado por Gmelch (1980: 138) são poucos os que negam a possibilidade de retorno. A "ideologia de retorno permanece" (Scott, 1982, pg. 4).

(2) Alguns estudiosos tem envidado esforços para medir quantitativamente a relevância das migrações "múltiplas" (que incluem a migração de volta à origem), também chamadas de "repetidas": "surgiu na década de 70 um conjunto de informações que dava conta da existência de um sub-strato importante de trabalhadores que se deslocavam repetidas vezes sobre o espaço a fim de encontrar uma forma de sobrevivência. O comportamento desse sub-strato nada tem a ver com a migração clássica que dicotomiza o movimento migratório entre origem e destino e tampouco tem qualquer coisa a ver com uma sub-cultura nômade ou um espírito generalizado de aventura, pois se fundamenta numa busca constante de melhores oportunidades econômicas ou da própria sobrevivência (...). Infelizmente, as fontes tradicionais de informação pouco nos podem dizer a respeito pois para reconstituir a história migratória de uma pessoa que passa grande parte da sua vida ativa se deslocando atrás do trabalho, é necessário um instrumento de coleta de informações, muito maior do que podem dispor as investigações de grande tipo. Censo, PNAD, ou survey". (Martine, 1982, pg. 5).

Recentemente várias notícias veiculadas pela imprensa mostram um crescimento da migração de "retorno".

"Durante o Jornal Nacional das 19 horas, na Rede Globo, no sábado 24.10.81, foram realizadas entrevistas com trabalhadores desempregados em São Paulo e voltando para lá: atualmente mais de quatro ônibus por dia deixam São Paulo para a cidadezinha de Piancó, no sertão da Paraíba". (Jacqz, 1982, pgs. 109/110).

"O desemprego em São Paulo e a conseqüente queda no nível de vida são os principais fatores que contribuíram para que um número crescente de migrantes tenha optado pela volta a seus Estados de origem. A procura de passes na Central de Triagem e Encaminhamento (Cetrem), órgão da Secretaria Estadual da Promoção Social, aumentou, até novembro de 84, em 57% em relação a todo o ano de 83". (Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 1985, pg. 41).

A decisão de migrar para o campo é determinada tanto pelas condições concretas de sobrevivência em São Paulo quanto pelo momento do ciclo de vida.

As especificidades da família na Paraíba, em termos de categoria de trabalhador (pequeno proprietário, morador, rendeiro), influenciam, também, na decisão de migrar.

Tentarei nas histórias de migrantes relatadas a seguir, analisar como estas especificidades influem na decisão de migrar, e, ao mesmo tempo, mostrar como sua situação instável, os mantém com um pé na Paraíba e outro em São Paulo. Enfim, tentarei mostrar, de acordo com a lógica do próprio migrante, no emaranhado de seu pensamento, de suas reflexões, como ele vive e expressa a sua ambigüidade de classe - ora como trabalhador da cidade e ora como um trabalhador do campo.

Filho de Pequeno Proprietário

A propriedade da terra, por mais diminuta que seja, mantém os pais fixos na área de origem, pois a terra é dificilmente vendida. Por esta razão, os migrantes filhos de pequenos proprietários dificilmente trazem (ou pensam em trazer os pais para a cidade).

"Se meu pai não tivesse terra, eu podia fazê

um jeito de trazer ele prá cá, porque prá lá nem eu ia, mas é que a gente tem eles (ajudante, filho de pequeno proprietário). .136

A propriedade da terra, ao fixar os pais, mantém os filhos migrantes fortemente ligados à origem: fi

"os laços dos migrantes com os parentes que ficaram no lugar de origem ou com os parentes que estão espalhados por outras cidades são, de uma maneira geral, mais fortes quando há interesse econômico de alguma parte. Assim, pequenas propriedades no lugar de origem é uma indicação da possibilidade maior de manutenção de laços familiares entre aqueles que estão no lugar de origem e os que migraram". (Potengy, 1980, pg. 893).

O migrante solteiro, quando retorna à origem, se reintegra na unidade de produção familiar do pai; para o migrante casado, sempre existe a possibilidade de trabalhar na terra do pai.

Entre os pequenos proprietários, há tendência ao reagrupamento parcial da família, com características diferentes ao longo do processo migratório familiar.

A migração é uma estratégia efetiva de reprodução da condição de pequeno proprietário, impedindo a divisão da terra pela herança. Os filhos que migram, em geral, cedem (ao menos usufruto) de sua parte para os irmãos que permanecem na terra.

Solteiro e Filho de Pequeno Proprietário

Francisco é solteiro, filho de pequeno proprietário, mora com um irmão casado numa favela em Santo André - SP.

"Quando eu vim, pensava em juntá e chegá lá, tocá um negócio melhor, mas não dá prá juntá. Quando nada comprá uma casinha na cidade. Aqui o cara ganha é prá comê e vivê, a mais do que isto não ganha não. Bom, do jeito que tá em São Paulo hoje (julho de 1984) é melhor agrí cultura. O cara chega aqui não arruma serviço, passa dois, três meses, quando arruma, é um serviço ganhando micharia. Então é melhor na roça, porque o cara passa um ano comendo do ano, e quando começa a colhê, tem dinheiro. No norte o cara tendo uma vaca prá vendê, tendo um garrote, qualquer coisa, ten

do um saco de milho, de feijão... No norte
 tando chovendo é melhor lá. Lá ganha livre.
 Eu tô aqui mas tô contra vontade, a vida do
 interior é muito mais tranquila do que a da
 cidade. Meu sonho é vivê mais meus pais. Eu
 tô aqui mas tô de teimoso, eu vim porque deu
 na minha cabeça de viajar, eu viajo, mas tam
 bém se der na minha cabeça de voltar, eu vo^l
 to".

O migrante tem como expectativa voltar e montar um "negôcio", o qual permitiria complementar a agricultura. Sua atitude mostra claro como a decisão de migrar se baseia numa avaliação das condições objetivas de vida e trabalho, no campo e na cidade. Neste caso, a condição instável de emprego e os baixos salários - "só ganha prá comê" - indica uma condição pior do que a do campo: - "desde que haja inverno" -, se garante "o que comê" para o ano todo, contra a incerteza do "o que comê" diário na cidade.

Apesar dele fazer uma avaliação objetiva das condições de trabalho, ao mesmo tempo idealiza-as. Ele concebe uma unidade de produção com plenas condições de reprodução: produção suficiente de milho, feijão; a venda do algodão para garantir as necessidades monetárias, o criatório como reserva de valor. É neste modelo "ideal" de unidade de produção que ele vislumbra uma forma de escapar das condições de vida e trabalho em São Paulo, e assim, se fixar definitivamente no campo.

Assim o migrante expressa o "real" e o "ideal".

Este duplo aspecto presente na sua avaliação sobre as condições de vida e trabalho no campo já indica, antecipadamente, o caráter temporário da migração para o campo. Com muito bem expressa a sua expectativa inicial ao migrar, o pequeno proprietário não sobrevive apenas nesta condição. Como um trabalhador solteiro que, portanto, migra com relativa facilidade, provavelmente realizará várias migrações (como já ocorreu duas vezes anteriormente), forçado pelas condições de sobrevivência no campo e na cidade.

Casado e Filho de Pequeno Proprietário

1º Caso:

A história de Romualdo ilustra bem como a propriedade da

terra é essencial na avaliação sobre a migração para o campo. .138
Romualdo migrou em 1978, era solteiro na época e casou-se em
São Paulo.

"Eu pensava que se viesse pra cá podia conseguir algum dinheiro e voltava pra Paraíba numa boa. Pensava que se conseguisse um dinheiro podia comprar um carro melhor pra trabalhar, um caminhão, porque o ideal do meu pai era toda a vida comprar um caminhão. Eu não vim querendo ficar, mas eu sou uma pessoa muito dura, pra não querer voltar sem ter nenhum dinheiro, aí depois fiquei nesta dúvida, nesta ilusão. Com 14 dias em São Paulo arrumei um emprego na fábrica, de ajudante-empacotador. Naquela época (1978) todo serviço era bom; entrei naquela firma, fiquei fazendo fe que ia melhorar um pouquinho e ia voltar pra Paraíba, depois foi o contrário. Trabalhei 10 meses e me mandaram embora. O segundo emprego foi mandado embora antes de vencer a experiência. O terceiro fiquei um ano e oito meses e mandaram embora. Aí apelei de ir pra Paraíba, chegou lá não deu certo de novo. Encontrei uma situação muito péssima, comprei uma C-10. Aí comecei a trabalhar na C-10 toda semana: três, quatro vezes vinha para São José de Piranhas, fazendo frete pra turma, tava numa boa, numa legal, mas naquela época, ainda tinha emergência, e eu transportava bastante gente, mas aí a turma falaram que ia se acabar; eu também entrei na emergência, no açude de um vizinho, aí depois fiquei desiludido daquele serviço, que era muito pesado, muito duro, aí resolvi voltar pra qui.

Consegui emprego logo que cheguei, mas o ganho era bem pouquinho. Aí um colega arrumou na carpintaria de uma fábrica e eu tava ganhando bem, recomeçando bem a vida, mas com pouco a firma faliu e fui mandado embora. Entrei numa agência, fiquei três meses. Entrei numa firma no Baeta, fiquei um mês e pouco. Comecei trabalhar numa construtora com doze dias hoje (no dia da entrevista), fui mandado embora. Se tivesse inverno eu voltaria correndo, mas do jeito que tá não posso porque vou passar mais necessidade do que aqui. Se minha vida sempre continuava fracassada sobre condições financeiras, eu volto pra lá, porque lá vou trabalhar pra mim. Pra ficar aqui, o meu sonho sempre era comprar um terreno, uma casa, conseguir educar meus filhos. Se conseguisse alguma coisa, ficaria, porque aí taria com a vida mais normalizada, mas já vi que não dá. Se é pra ir pra Paraíba seco do jeito que tá, prefiro não ir. Eu, esta semana mesmo, já planejei de viajar. São Paulo eu não fico mais, se ficar quinze dias é muito, eu vou pra Rondônia, muita gente vem de lá, meu sogro já esteve lá, os tios de minha esposa moram lá, fá

lam que lã é bom, é um lugar que a gente planta e colhe, tem bastante terra de trabalho, a gente tem que apelã prã um lugar destes, por que se for esperã por um empreguinho aqui, sem conseguĩ, a gente não tem condições de sobrevivê. Eu conheço um rapaz, que é irmão da minha sogra, ele tem 300 alqueires e precisa de bastante gente prã trabalhã; é uma cidade que tã crescendo. Cacoal, tem muita construtora, tem muito serviço, então eu tenho que dã um chego lã prã vê, porque sô acredito vendo. Tô pensando em viajar sozinho, conforme eu arrumã por lã, eu já decido, eu vou arriscã qualquer coisa, o serviço que eu topã, vou em frente. Se eu chegã lã não dê certo, o jeito é tocã de lã mais prã lã, porque aqui já tã ruim, então eu prefiro ir de lã mais prã lã".

Note-se que quando migrou para a cidade era solteiro e quando migrou para o campo já era casado. No entanto, isto não significou um rompimento com a unidade de produção familiar do pai. A idéia de comprar um caminhão está ligada às possibilidades de "tocã um negócio", o que tanto complementaria a agricultura, quanto poderia possibilitar a reprodução de sua condição de pequeno proprietário, através da compra de novos meios de produção, principalmente a terra (o pai dele adquiriu a terra há apenas dez anos através de pequeno comércio).

Quando migra para o campo pela primeira vez, é forçado pela completa instabilidade de emprego em São Paulo. A migração para o campo é a melhor alternativa de sobrevivência. Porém na sua consciência está presente o duplo aspecto desta estratégia: "real": sobreviver e "ideal": conquistar melhores condições de sobrevivência. A impossibilidade de concretizar o "ideal" e, também, o "real", devido à existência da seca, força-o, novamente, a migrar para São Paulo.

Pela segunda vez em São Paulo, se defronta com a impossibilidade de garantir o "real": acesso a um emprego regular e o "ideal" - "ter uma vida mais normalizada" -, faz com que ele retome a idéia de voltar para o campo: "trabalhar para si", como a melhor alternativa de sobrevivência. Apesar da noção de autonomia ser muito valorizada pelos migrantes e "trabalhar para si" expressar, também, a valorização de um trabalho independente, "liberto", em oposição à "humilhação" presente na relação de trabalho assalariado, não é isto que determina a migração para o campo. "Trabalhar para si" é uma alternativa realimentada

pelo próprio capital, que submete o trabalhador migrante na cidade a condições precárias de vida e trabalho. Assim, é uma alternativa de sobrevivência, sem estar completamente subordinado às determinações do capital, no seu sentido mais amplo; não depender de "outros" para garantir a sobrevivência, e não se submeter às formas de exploração e dominação do trabalho na cidade, escapando à "humilhação".

A existência da seca, que compromete até o "real", faz com que ele pense em outras alternativas de sobrevivência. A migração para Rondônia é a alternativa, devido às relações familiares. Quem determina, porém, as várias alternativas é o capital: pode ser como pequeno proprietário na terra de origem, como parceiro, agricultor ou servente de pedreiro em Rondônia, como bóia-fria no interior de São Paulo, como barrageiro nas usinas hidroelétricas, como garimpeiro em Serra Pelada, como operário em São Paulo. O migrante expressa muito bem este papel, quando diz: "se lá (em Rondônia) não der certo, então eu prefiro ir de lá mais pra lá". Enfim é uma força de trabalho mobilizada pelo capital e facilmente mobilizável⁽³⁾ através das relações familiares.

Casado e Filho de Pequeno Proprietário

2º Caso:

Sr. Manoel é filho de pequeno proprietário, casado, com dois filhos. Migrou, pela primeira vez, em 1971, ainda solteiro, passou um ano em São Paulo e retornou à origem. Casou na Paraíba, aí permanecendo até 1978 quando resolveu, novamente, migrar para São Paulo, com a esposa e um filho.

"Meu ideal é voltã pra minha terra, eu sou brasileiro, mas então eu tô aqui em São Paulo, mas não tô como paulista, eu tô como nordestino, então minha terra é o nordeste, meu ideal é voltã pra lá. Se eu continuã no emprego, penso voltã quando arrumã minha casa. Eu tenho uma casa lá em São José de Piranhas. Eu

(3) Mobilizável: Adj. que pode ser mobilizado. Mobilizar: v.t. d. 1. Movimentar. 2. Pôr (capitais ou títulos) em circulação. 3. Fazer passar (tropas) de paz para a guerra". (Novo Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira). O terceiro sentido expressa bem a movimentação da força de trabalho. Po

tô fazendo plano de voltã, mas, enquanto der prã ficã aqui em São Paulo, eu fico. Daqui um, três anos, enquanto a firma não me mandã embora, tô lã trabalhando, eu sô pego quando a situação tiver bem legal prã mim.

Se eu for embora prã Paraíba, o meu ideal é ficã na cidade mesmo, eu não pretendo mais trabalhã na lavoura, já trabalhei muito, é um serviço muito cansativo. Lã pretendo tocã um movimentozinho, um comérciuzinho, comprã um ponto prã bar. Pelo menos dã prã gente vi vê hoje em dia lã. Se lã tivê havendo inverno, tem sua casa de morã, tem seu barzinho, dã prã vivê a sua vida muito tranquila, não precisa lugar melhor.

Agora se eu for mando embora, o jeito que tem é ir embora, porque não vou ficã comendo o que ganhei em quatro anos. Se em 30 dias eu não arrumã serviço nas fãbricas, eu perco a esperança. Então se ficã aqui, pego a indenizaçã da firma, três, quatro, cinco meses de empregado, gasto o que ganhei neste período, aĩ não arrumo serviço. Aĩ fico sem serviço, querendo ir prã minha terra e sem condições de ir embora. Se não conseguĩ emprego, vou pegã os meus trocos e vou definitivo, vou tentã de novo, se dẽ prã ficã lã tudo bem, se não dẽ volto prã trãs.

O Brasil tã difícil em todo lugar, já que me lhorou, (com o inverno) eu vou prã lã, assim se eu não arrumã emprego aqui. Eu não pretendo saĩ de São Paulo e ir prã outro lugar, é da Paraíba prã São Paulo e de São Paulo prã Paraíba, porque o lugar melhor no mundo prã emprego é São Paulo".

Este depoimento mostra bem como a condição de trabalho instãvel em São Paulo faz com que este migrante busque no "trabalho por conta prãpria" (na terra natal) a forma de garantir uma sobrevivência satisfatória.

Ele pensa que quanto mais tempo conseguir ficar em São Paulo, mais aumentam as chances de fixação definitiva na origem. No entanto, reconhece que está sempre sujeito ao desemprego e por isto pensa, permanentemente, nas alternativas que teria para enfrentar esta situação. Se ficar desempregado e não encontrar emprego no prazo que ele considera tolerãvel (30 dias), a melhor alternativa é migrar para o campo. Assim, a migração é uma decisão forçada e não de vontade prãpria, é uma estratégia para enfrentar o desemprego em São Paulo, pois no campo os custos monetários de sobrevivência da família são menores que na cidade. Com este caráter a migração para o campo está destinada, antecipadamente, a ser temporãria: "se não dã, volto prã trãs".

Filho de Morador e Rendeiro

O morador e rendeiro, ao contrário dos pequenos proprietários, não são fixos na terra, pois estão sujeitos às determinações do patrão.

Os filhos de morador e rendeiro migram com o propósito forte de só voltarem quando tiverem condições de se estabelecer por conta própria, através da compra de terra, ou do comércio.

"Eles dizem que só volta quando tiver com que vivê aqui, sem trabalhar de empregado, botã um negocinho de venda, qualquer coisa prá não tá pegando no pesado. Se a gente morasse numa propriedade nossa, que não fosse a mando de ninguém, acho que ele não tinha ido não". (rendeira).

"Eles foram com a intenção de, se fizessem, voltar; prá arranjã as coisas, eles diz mesmo: pai, eu não venho mais prá qui ser morador, eu vou vê se compro um pedaço de terra; se eu não tivê eu nunca vou". (morador).

A impossibilidade de formar um pecúlio, faz com que resistam mais à migração para o campo, pois seriam obrigados voltar a trabalhar como morador ou rendeiro.

"É o meeiro que aguenta mais do que o proprietário. Porque quem é proprietário aqui sofre mais pouco aqui, então, chega lá e não aparece melhora, ele corre e vem embora. E, ao passo que o meeiro que já sofre bastante aqui, chega lá, se aparece sofrimento, mas já tá acostumado a sofrimento aqui, aí se aguenta mais um pouquinho, e passa mais tempo em São Paulo do que o pequeno proprietário". (morador).

Os pais, em geral, têm, também, resistência ao retorno dos filhos:

"não, não (fala bem enfaticamente) eu não quero que eles voltem, porque aqui só vem sofrer, como eu tô sofrendo e lá eles tão vivendo uma vida folgada, eles pelejam prá eu ir lá mais a veia, mas a veia já foi lá a passeio e tam bém não se deu, então o negócio é morrer por aqui mesmo". (morador).

Solteiro e Filho de Rendeiro1º Caso:

Geraldo é solteiro, e filho de rendeiro, migrou, a primeira vez, em 1971. Ficou um ano em São Paulo e em 1972 migrou para a Paraíba. Após cinco meses, migrou, novamente, para São Paulo. De 1972 a 1974 intermediou empregos regulares com subemprego (venda de muidezas na rua):

"assim fiquei trabalhando, ficando desempregado, em algumas firmas só três meses, outras um mês só. Voltei pra Paraíba novamente em 1974, resolvi voltar porque eu não conseguia nem ficar trabalhando, nem ficar fazendo biquinhos. Pela segunda vez não consegui ficar lá, não suportava nem lá e nem aqui".

Em fevereiro de 1983, exatamente no dia que realizei a entrevista, este migrante tinha sido demitido e estava completamente desorientado:

"lá está ruim e aqui está pior, eu penso em voltar pra lá e no mesmo instante já começo a pensar o contrário, começo a pensar em partir pra outros lugares. Estou pensando em voltar pra Paraíba, mas, ainda vou vê como fazê, agora que estou desempregado. As ilusões que eu trazia de lá pra cá era o que as pessoas falava, lá você vai arrumã uma coisa melhor do que aqui, arrumã um bom trabalho. Aqui foi tudo, tudo ao contrário do que esperava, mas fiquei sempre insistindo, insistindo, pra vê se reagia e nada, nada aparecia".

Em março de 1983, migrou para a Paraíba. Em setembro de 1983, quando entrevistei seu pai, ele estava morando com o pai e pensava em migrar, novamente, para São Paulo:

"eu ainda tenho esperança, vou esperã as coisas melhorã mais um pouco, vou vê se trabalho bastante, pra vê se consigo o dinheiro da passagem. As terras não ajudam mais a gente. Aqui existe uma série de dificuldades, é o problema do dinheiro que sempre falta".

Apesar de Geraldo ter migrado, pela primeira vez, em 1971, — fase do auge do "milagre econômico" — não consegue se fixar no emprego. Este caso ilustra bem como a instabilidade não ocorre apenas nos períodos de crise econômica. Ele migra consciente

de que é apenas uma forma de sobreviver e não tem "ideal" de se estabelecer por conta própria. A migração é uma estratégia similar às outras existentes na cidade: "resolṽ voltã, porque não conseguia nem trabalhã, nem fazê biquinhos".

2º Caso:

Roberto é solteiro, filho de renteiro. Trabalha há seis anos numa mesma indústria. Este migrante, apesar de não querer mais voltar para a origem, admite que na impossibilidade total de sobrevivência em São Paulo, o apoio da família é sempre uma esperança.

"O pai da gente é a última esperança. Porque se você é empregado em São Paulo, e se precisã voltã pro Nordeste, é bem mais fácil prã você, você vai voltã prã seu pai. Ele mora lã, ele tem uma terra de trabalho, ele arruma prã você. Quem não tem (a propriedade) dificulta mais um pouco, e sendo prã trabalhar, o pai arruma também, por exemplo, eu sou solteiro, se eu chegasse lã, eu podia trabalhã atẽ junto com o meu pai, sã que não pretendo. O pai é a cobertura; mesmo casado, aqui você tem sua família, mas se você vai embora, chega lã encontra a casa de seu pai, sua mãe". (ajudante, filho de renteiro).

O migrante solteiro, tanto com origem de pequeno proprietário, quanto de morador ou renteiro tem mais facilidade do que o casado de realizar a migração para o campo, pois o custo da migração é menor e, também, pode, imediatamente, se reintegrar na unidade de produção do pai. Por outro lado, é ele, também que pode suportar mais as condições de vida e trabalho em São Paulo. Assim a condição de solteiro representa uma situação "privilegiada" em relação ao casado. É interessante observar que, durante a pesquisa empírica, chamou minha atenção o fato de muitos migrantes solteiros com 26, 27 anos, ainda, não pensaram no casamento. Eles justificam dizendo que "ainda não é hora". Esta visão sugere a hipótese de que o adiamento do casamento pode, também, ser uma estratégia de sobrevivência familiar.

Casado e Filho de Morador

1º Caso:

Maria Isabel é casada, com dois filhos, filha de morador:

"se eu fosse solteira não voltava, agora se o meu marido pega um milhão, gasta quatrocentos mil cruzeiros por mês, aí em dois meses gasta tudo e se não consegue emprego, como fica? Então é melhor voltá mesmo que for tra balhá com aqueles patrão, pelo menos tá lã vrando o comê e esperando São Paulo melho rã".

Neste depoimento é clara a migração como uma estratégia, apenas, de sobrevivência. Ela sabe, antecipadamente, que a migração para o campo é temporária. A reintegração como morador ou rendeiro é uma condição gerada pelas próprias condições do trabalho assalariado. Assim é o próprio capital na cidade que recria a possibilidade da sobrevivência da família em relações totalmente assalariadas.

2º Caso:

Sr. João é casado, pai de quatro filhos, filho de rendeiro, tem 39 anos. Migrou para São Paulo, pela primeira vez, em 1976. De 1976 a 1981 intermediou emprego com subemprego e desemprego. Em 1981 migrou para a Paraíba.

"Aí resolvi ir embora, porque deu na cabeça, tava com seis anos e pouco aqui e nunca tinha ido lá. Resolvi voltá porque achava que os trocos que eu tinha dava prá comprá alguma coisa lá, eu tava no plano de ponha uma vendinha lá, mas cheguei lá e não deu nada certo. Quando cheguei lá, procurei comprá uma venda, mas o dinheiro não dava. Prá comprá, ficava com fome, a única coisa que comprei foi o terreno. Quando cheguei lá me arrependi por causa da seca, inclusive plantei uma roça lá e perdi tudo, acabou com os restos dos trocos que eu tinha. Lá estava seco, senão não tinha vindo. Inclusive se a firma me mandá eu pego os trocos e me mando. Se tivê seca não volto, não vou embora de jeito nenhum, só volto se houver colheita. Se eu tivesse terra, mesmo pequena, não vinha, porque lá o cara tendo uma terrinha o Banco ajuda um pouco, com juros mais baixos. Inclusive nestes anos secos, o Banco perdoou a dívida dos proprietários e aí já ajudou".

Em abril de 1982 migrou para São Paulo, deixando a família na Paraíba, em março de 1983 retornou à Paraíba, e em outubro de 1983 migrou, novamente para São Paulo. Em agosto de 1984 voltei a entrevistá-lo em São Paulo, e a sua vida tem sido mar

cada, permanentemente, pelo desemprego:

"eu passei quatro meses desempregado, recebi Cr\$ 1.250.000,00 da firma. Fui primeiro pra Paraíba, voltei pra São Paulo, fui pra Goiás, Brasília, Cristalina, cortei cana no carvão puro, quando era de noite o cara tava parecendo que saiu de dentro de uma fornalha. Bom, de qualquer maneira, sendo pra trabalhã na roça, eu vou trabalhã na minha terra, aqui não. Trabalhando no pesado, sem ficha, sem nada. E pra o cara tã nesta situação é melhor o cara ir pra terra da gente, lá tã chovendo, tã bom, legume tem fartura. Bom se tivesse seco era melhor tã por aqui mesmo. Eu suponho que se Deus ajudã que lá continua chovendo como choveu este ano, quem tivê em São Paulo que for do norte, é melhor ir embora. Eu tô aqui porque é como se diz aqui se ganha uns trocos a mais. Mas parece que Deus vai ajudã que logo, logo nós vai, vai tudo. Quando vim a primeira vez pensei em ficar a vida toda morando aqui e não voltar mais, porque pensava em ajuntã alguma coisa aqui, um terreno, uma casa e aí não voltava, aí mudei de opinião. Porque já vê que não consegue aqui, inclusive você viu lá, comprei aquele chãozinho e todo tempo que não dá pra morã aqui, ao menos tenho uma casinha na cidade, embora não tenha propriedade, hoje ainda tenho esperança de comprã uma terrinha, isto vai dependê do tempo de casa (indenização) porque o dinheiro que o cara ganha por mês aqui, só dá mesmo pra comê".

Neste depoimento reaparece o duplo aspecto da migração para o campo: o "real" e o "ideal", como já mostrei nos comentários de histórias de vida anteriormente relatadas.

A idéia do "trabalho por conta própria" relacionado ao comércio, que aparece nas várias histórias de vida está presente, também, neste migrante. Procurei nas entrevistas verificar porque os migrantes na sua quase generalidade tem a expectativa de "montar um comércio". Significaria isto uma rejeição ao trabalho agrícola, geralmente considerado uma atividade pesada, suja e instável, devido às variações climáticas?

Aparentemente o comércio significa uma opção por uma atividade não agrícola. No entanto, as entrevistas no campo e na cidade evidenciam que ele é uma alternativa de complementação da agricultura, principalmente para os pequenos proprietários. São vários os depoimentos onde os migrantes e seus pais declaram a total impossibilidade de sobreviver apenas da agricultu

ra; por isto "tem que tocã um comércio, prá um livrar o outro". É, também uma atividade que pode permitir a compra da terra. Na região, os pequenos proprietários, tradicionalmente, adquiriram terra através do comércio. Dos doze pequenos proprietários en tre vist ados, cinco adquiriram terra dessa forma. Portanto, o co m é rc i o é tanto uma estratégia de sobrevivência das pequenas uni da des familiares quanto de reprodução dos seus meios de pro du ç ã o.

Este migrante, apesar das várias migrações para o campo, não perde a esperança de conseguir o "ideal". A casa própria representa um primeiro passo na criação das condições para se estabelecer por conta própria.

Embora a decisão de migrar para o campo se baseie numa comparação objetiva das condições reais no campo e na cidade, há, por trás desta necessidade imediata de sobrevivência, a pre sen ça do "ideal", que representa a não passividade frente às condições de vida e trabalho impostas pelo capital. É o desenrolar de uma luta permanente por conquistar melhores condições de vida. É, a busca do "ideal" que dá forças ao trabalhador migrante, para movimentar-se, permanentemente, nos espaços s ó c i o -e c o n ô m i c o s determinados pelo capital.

O "real" e o "ideal" são aspectos inseparáveis na migração da cidade para o campo. Representa a busca de uma migração definitiva, de fixação no campo. Quando na consciência do mi g r a n te está presente apenas o "real", a migração é, antecipadamente, tida como temporária.

A perda do "ideal" pode, também, influenciar na decisão de migrar para o campo. Os exemplos ilustram um pouco.

Sr. José é casado, pai de quatro filhos, é filho de morador. Está desempregado há dois anos, sobrevivendo de "bicos".

"Eu tenho vontade de voltã sô se tivesse um em prego fixo, mas não prá trabalhã na agricultūra, porque terra não dá prá comprã. Então, sê não hã possibilidades, prá que fazê castelo de areia".

Rafael é solteiro, filho de morador. Está desempregado há um ano e faz "bico", como garçon em bar:

"se eu tivesse condições de voltar, eu voltaria, mas chegã lá e vivê a mesma vida, não dã. Se desse prã comprã uma terra, um motor prã água..."

Sr. José não pensa em migrar para o campo, porque não existe a possibilidade de emprego fixo. Com isto ele demonstra uma consciência de trabalhador completamente expropriado dos meios de produção. A própria experiência de vida e trabalho na cidade mostrou-lhe que "não adianta fazer castelo de areia", pois a sua condição é a de um trabalhador completamente expropriado e só pode ganhar a sobrevivência mediante um emprego.

Ao contrário dos migrantes que voltam "iludidos", pensando em trabalhar por conta própria, ele não vive mais "iludido". Há, assim uma aceitação plena da sua condição de proletário. Neste sentido poder-se-ia dizer que a ambiguidade de classe muito marcada nos migrantes que retornam ou pretendem retornar ao campo não está presente neste migrante.

Conclusão

Nas histórias de vida relatadas anteriormente, pode-se depreender que a migração para o campo é consequência das condições concretas de reprodução dos trabalhadores migrantes na cidade. É, portanto, determinada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo na cidade. (X)

Para o trabalhador, a migração para o campo é uma estratégia de sobrevivência que assume duplo aspecto: a busca da "sobrevivência" e a busca do "trabalho por conta própria". Este duplo aspecto expressa que na consciência do migrante há duas de terminações na migração para o campo: uma "real": sobreviver no nível que for possível (em níveis que o capital reproduz esta força de trabalho) e um "ideal": sobreviver em níveis satisfatórios (em níveis de vida superiores àquele que o capital determina), possibilidade vislumbrada através do "trabalho por conta própria". Portanto, "trabalhar por conta própria" significa garantir melhores condições de vida, enquanto que o "ideal" representa a luta por melhores condições. Assim, "o ideal de trabalho por conta própria" pode ser assimilado a "ideal de melhorar as condições de vida". (X)

A vivência do "real" e do "ideal" é uma constante em toda

a trajetória do migrante: na migração do campo para a cidade, na própria cidade e na migração para o campo. Mostrarei, a seguir, como isto se apresenta.

Na migração do campo para a cidade está presente o duplo aspecto: "*real*": sobreviver e "*ideal*": melhorar de vida. Dada a ligação do migrante com o campo, devido à família, o "*ideal*" é relacionado tanto com uma expectativa de fixação na cidade, o que se concretizaria na compra da casa própria, quanto na fixação na origem, que seria viabilizada no "*trabalho por conta própria*".

A expectativa do "*trabalho por conta própria*" se situa na própria forma contraditória como o capital reproduz a força de trabalho no campo – através do acesso aos meios de produção, mas ao mesmo tempo através do assalariamento. Como no campo não existe a possibilidade de assalariamento permanente, o trabalhador concebe, como única possibilidade de melhorar as suas condições de sobrevivência, o "*trabalho por conta própria*". Este é uma forma de escapar à sobrevivência precária na condição de pequeno proprietário, morador ou rendeiro.

Na cidade a condição de trabalhador assalariado não permite garantir a sobrevivência, porque os salários são baixos, ele está submetido permanentemente, ao desemprego e ao subemprego. Esta situação faz com que o migrante viva a relação conflituosa do "*real*" e do "*ideal*". A resolução deste conflito é frequentemente expressa como "*ilusão*" – palavra chave no universo simbólico do migrante. Daí deriva uma expressão muito comum entre os migrantes: "*São Paulo é uma ilusão*", que expressa a destruição do "*ideal*". Se o "*ideal*" se realizasse, significaria que a condição de trabalhador assalariado permitiria níveis satisfatórios de sobrevivência. Como vimos, porém, no Capítulo IV, o que predomina é o "*real*" – garantia, apenas, da sobrevivência em níveis e condições determinadas pelo capital.

Esta relação conflituosa expressa no discurso do migrante é uma manifestação concreta da contradição entre capital e trabalho. "*Real*": condição determinada pelo capital, que objetiva extrair o máximo de mais-valia, e "*ideal*", condição exigida pelo trabalhador, que luta por melhores condições de vida.

Com a expressão "*ilusão*" o migrante mostra que em São Paulo há uma predominância do "*real*" sobre o "*ideal*". Portanto há uma predominância da necessidade de reprodução do capital con

tra a necessidade de sobrevivência em níveis satisfatórios do trabalhador. A impossibilidade do "ideal" faz com que o migrante retome a idéia de "trabalho por conta própria". Se o proletariado urbano já tivesse conquistado melhores condições de vida e de trabalho (estabilidade, salários melhores, maiores benefícios sociais, legislação trabalhista mais efetiva, condições melhores de moradia), talvez o ideal de "trabalho por conta própria" se enfraquecesse.

Assim este "ideal" é uma forma de escapar à situação precária do campo e da cidade, é um meio de resistência às formas de exploração e dominação do trabalho na condição de pequeno proprietário, morador, rendeiro e de trabalhador assalariado. Portanto, não está relacionado a uma ideologia própria do migrante, (no caso, poderia tanto estar relacionado à ideologia camponesa quanto à uma ideologia de ascensão social), mas é determinado pelas próprias formas contraditórias através das quais o capital reproduz a força de trabalho, no campo e na cidade.

A retomada do "ideal de trabalho por conta própria" expressa a ambiguidade de classe do proletariado urbano, do trabalhador completamente expropriado que não consegue sobreviver apenas enquanto trabalhador assalariado. Neste sentido, questiona a própria forma contraditória como o capital reproduz a força de trabalho, propondo uma alteração, não apenas quantitativa, mas também qualitativa nas condições de reprodução do trabalhador completamente expropriado. É qualitativa, na medida em que é uma contra-tendência à tendência geral do capital na cidade (reproduzir força de trabalho totalmente livre).

Retomando a idéia inicial: a migração para o campo tem duplo aspecto: "real": "sobreviver" e "ideal": "trabalho por conta própria". É no interrelacionamento desdes dois aspectos que o migrante busca uma fixação definitiva na origem, o enraizamento em um local determinado, geralmente onde está circundado pelas relações familiares. Isto se defronta com a lógica do capital que é desenraizá-lo, movimentá-lo, fazê-lo seguir o movimento do capital. O trabalhador busca uma pátria, enquanto o capital não tem pátria.

Se o "ideal" - "trabalho por conta própria" - se concretizasse, significaria uma vitória do trabalhador na batalha travada contra o capital. No entanto, cabem aqui duas restrições:

1) é uma vitória do ponto de vista individual e subjetivo e 2) as pressões do capital continuarão atuando sobre as condições de "*trabalho por conta própria*", satisfatórias apenas naquele momento. Assim, mesmo que o "*trabalho por conta própria*" se efetive, ele se concretiza como "*real*" e não como "*ideal*". Isto é, ele se concretiza como trabalho subordinado às determinações do capital.

A migração para o campo, ao expressar este duplo aspecto, mostra que o trabalhador luta incansavelmente por conquistar melhores condições de vida e trabalho, enquanto o capital subverte esta luta individual, se apropriando do "*ideal*" (viabilizável no campo pelo "*trabalho por conta própria*") e transformando-o em "*real*", apenas como uma forma de sobrevivência, mas não de melhores condições de sobrevivência. (A)

Assim o "*trabalho por conta própria*" não representa uma alteração qualitativa e quantitativa nas condições de sobrevivência do trabalhador migrante, mas apenas uma estratégia de sobrevivência. Prevalece o "*real*" sobre o "*ideal*", prevalecem as determinações do capital sobre as expectativas e sonhos do trabalhador.

A migração da cidade para o campo permite, apenas, que o trabalhador sobreviva e assim se reproduza enquanto força de trabalho para o capital. As condições de sobrevivência do migrante no campo serão determinadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo neste espaço sócio-econômico. A análise desta questão está desenvolvida nos Capítulos I, II, e III do presente estudo. (y)

CONCLUSÃO

A migração, apesar de ser uma decisão pessoal, é determinada pelo desenvolvimento do capitalismo, nas suas manifestações concretas no campo e na cidade. Leva-nos a esta conclusão a compreensão de que um dado fluxo migratório, num determinado momento histórico, tem como base real o processo histórico-concreto do desenvolvimento deste modo de produção.

Assim, a compreensão do processo migratório aqui analisado — a migração do campo para a cidade e da cidade para o campo — teve como base real as especificidades do desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade num determinado momento histórico — década de 70 e primeiros anos da década de 80. Foi na especificidade deste processo que analisei a migração como estratégia de sobrevivência da família.

O desenvolvimento do capitalismo no campo realiza-se na expansão e capitalização da pecuária (principalmente melhoria da raça e aumento das pastagens plantadas). Estas modificações são viabilizadas através das políticas de subsidiamento do Estado. A assimilação das mudanças depende, também, das diferentes práticas dos agropecuaristas locais, como o absenteísmo, a visão tradicional de que deve manter a atividade com o mínimo de adiantamento de capital. Apesar da clara orientação do Estado para a capitalização da agropecuária e das diferentes práticas e visões dos proprietários, a terra continua como meio de produção fundamental, definindo uma combinação "*sui generis*" entre formas extensivas e intensivas das atividades produtivas. Isto marca a preservação da relação de trabalho fundamental — a parceria —, resultando no que denominei de "*novo sistema tradicional*".

No bojo do processo de expansão e capitalização da pecuária ocorrem modificações nas condições de trabalho dos pequenos proprietários, moradores e rendeiros. Os pequenos proprietários

defrontam-se com a insuficiência de terra e de água, fatores que estão concentrados nas mãos dos grandes proprietários, agentes que lideram o processo de acumulação capitalista no local. O difícil acesso ao crédito agrícola dificulta a tecnificação das suas pequenas unidades. Além das condições insuficientes a nível da produção, os pequenos proprietários são expropriados na esfera da comercialização do algodão, atividade controlada, em geral, pelos próprios grandes proprietários. Devido a estas condições precárias de sobrevivência, os pequenos proprietários passam a desempenhar o papel de reserva de força de trabalho para as grandes propriedades vizinhas, são as atividades desempenhadas nestas, como diaristas ou rendeiros, que lhes permitem garantir a sobrevivência. A condição de rendeiro é preferida à de "alugado", isto significa que ainda vêm no acesso à terra a melhor forma de garantir a sua sobrevivência.

As condições de trabalho do morador são afetadas pela utilização do capim plantado. O capim de corte toma as melhores terras e desloca as culturas de subsistência para as terras piores, resultando numa menor produtividade. A implantação do capim de pisoteio desmantela o consórcio tradicional de algodão arbóreo com culturas alimentares. Além disto o morador é proibido de criar animais, atividade essencial para sua subsistência. A morada é uma relação de trabalho interessante para o proprietário, pois assegura uma reserva de força de trabalho permanente para as atividades agropecuárias da grande propriedade. Por isto, o patrão permite ao morador um acesso precário aos meios de produção, obrigando-o a se assalariar constantemente na propriedade. Estas transformações acarretam uma perda da autonomia, o que se reflete na acentuação do "cativeiro". Nestas condições, o morador "prefere" muitas vezes sair da propriedade e ir morar nas pontas-de-rua, atitude que na sua percepção significa uma libertação do "cativeiro".

Na saída para a "rua", mesclam-se as mudanças nas relações de trabalho do morador e também a visão, as percepções que este trabalhador tem do processo que vivencia. Isto explica porque alguns saem e outros ficam na propriedade. A expulsão dos moradores expressa mudanças na relação de morada. No entanto, a relação de parceria continua a ser utilizada, ainda que de forma atualizada, através da figura dos rendeiros.

O papel de reserva de força de trabalho designado a estes trabalhadores está intimamente relacionado com os processos que

impedem ou diminuem o acesso aos meios de produção, o que expressa uma pauperização e deterioração das condições de sobrevivência. Ser reserva de força de trabalho é condição para ter acesso aos meios de produção e, da mesma maneira, ter acesso aos meios de produção significa ser reserva de força de trabalho. Portanto o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo não gera um excedente de força de trabalho absoluto, que se encontra completamente desempregada, mas um excedente relativo, ou seja, é uma superpopulação relativa.

Como se vê, a superpopulação relativa no campo existe intimamente relacionada com a forma específica em que o capital reprod^uz a força de trabalho - não expropria totalmente os trabalhadores do acesso aos meios de produção, mas preserva-os, expropriando: permite e, ao mesmo tempo, diminui o acesso aos meios de produção.

Esta forma específica relacionada com o momento do ciclo de vida determina que não ocorre a migração de todos os membros da família numa única vez, mas que a migração se realiza pela segmentação do grupo familiar, do qual migram, em geral, os filhos mais velhos, abrindo, assim, o processo migratório de uma família.

A reconstituição total ou parcial da família na cidade (através da migração para a cidade de todos ou parte dos membros da família) ou no campo (através da migração para o campo de todos ou parte dos membros da família) depende das condições concretas de sobrevivência de cada grupo, no campo e na cidade, e também do momento do ciclo de vida.

A migração preferencial dos jovens realiza-se devido tanto a critérios de seleção de força de trabalho na cidade, quanto às especificidades do grupo familiar no campo. Dada a abundância de força de trabalho na cidade, os jovens têm maiores oportunidades de emprego. Assim, a preservação das unidades de produção familiar no campo realiza-se de acordo com as especificidades do capitalismo no campo, como também com as características do mercado de trabalho urbano, que não gera oportunidades de emprego para todos os membros da família.

A migração do campo para a cidade é um processo social que se determina como decorrência da pauperização das unidades de produção familiar no campo. Portanto, em última instância, é o

desenvolvimento do capitalismo que determina a migração. No entanto, a decisão de migrar é individual e respeita, sem dúvida, as especificidades do grupo familiar. A migração, para o trabalhador, representa uma tentativa de conseguir melhores condições de vida, vislumbrada nas suas aspirações, sonhos e expectativas. A migração de alguns filhos para a cidade é uma estratégia de sobrevivência da família e, como tal, representa, também, uma estratégia de reprodução das unidades de produção familiar.

Quando os filhos de pequenos proprietários migram, aliviam a pressão demográfica sobre a terra, e a "ajuda" enviada de São Paulo permite aos pequenos proprietários e também aos moradores e rendeiros complementar a sobrevivência. Vale ressaltar que os trabalhadores migrantes, em São Paulo, já sobrevivem em níveis baixos de vida e a "ajuda" só se viabiliza por uma soma de sacrifícios, privações, verificadas na intensificação do trabalho e na redução dos itens de consumo.

A "ajuda" permite a permanência e reprodução de parte da família no campo e assim se constitui numa forma de manter baixo o custo de reprodução da força de trabalho no campo. É o interrelacionamento entre as unidades de produção familiar e o trabalho assalariado de alguns filhos na cidade que permite a sobrevivência da família, ao mesmo tempo que viabiliza a preservação da condição de pequeno proprietário, morador e renteiro.

Na cidade, o amplo exército de reserva e a repressão sobre a organização dos trabalhadores promovem uma deterioração das suas condições de vida. Isto incide com mais força sobre os trabalhadores com profissões desqualificadas, categoria à qual pertence a grande maioria dos migrantes.

Estes estão submetidos às condições precárias de reprodução, devido aos baixos salários e à instabilidade no emprego. Eles travam uma luta acirrada, tentando melhorar as suas condições de vida. Esta luta aparece de forma mais clara na submissão total às condições de exploração e dominação do trabalho, que se justifica pela esperança de "adquirir anos de casa" e também nas várias estratégias das quais se utilizam para conseguir sobreviver na cidade.

A impossibilidade de "melhorar de vida" na cidade faz com que o migrante retome o ideal de "trabalho por conta própria". A concretização deste trabalho é, geralmente, vislumbrada com a mi

gração para o campo. A idealização do "*trabalho por conta própria*" traz em si contradições inerentes à reprodução da força de trabalho assalariada.

A migração da cidade para o campo reintegra os trabalhadores migrantes nas condições de pequeno proprietário, morador ou rendeiro ou em outras atividades típicas do "*trabalho por conta própria*", como pequenos comércios, pequenas oficinas. Portanto, reprodução da família operária na cidade se realiza no interrelacionamento destas atividades com relações de trabalho no campo. Do mesmo modo, a reprodução da força de trabalho assalariada realiza-se no relacionamento com relações de trabalho no campo, onde os trabalhadores ainda têm acesso aos meios de produção.

A migração do campo para a cidade e da cidade para o campo evidencia a interdependência existente entre as unidades de produção familiar no campo e o trabalho assalariado na cidade. Isto mostra que as relações de trabalho no campo e na cidade não são nada estanques, não se realizam nos seus próprios limites, mas são relações dinâmicas que se interpenetram para garantir um "*objetivo comum*" - a sobrevivência da família - e desta forma viabilizar, também, a reprodução da força de trabalho.

A busca do "*objetivo comum*" não elimina, no entanto, a especificidade destas relações de trabalho, mas antes preserva-as. Ou seja, não existe apenas uma relação de complementação entre as unidades de produção familiar (pequenos proprietários, moradores e rendeiros), e o trabalho assalariado, mas sim um movimento dinâmico entre estas relações, de forma que uma preserva a outra. Em outros termos, a reprodução das unidades de produção familiar, nos dois sentidos (reprodução da família e reprodução desta condição de trabalho) realiza-se no movimento dinâmico dado pelas atividades complementares no próprio campo, pela migração dos filhos - que alivia o peso sobre a terra e contribui para a família na origem - e pela reintegração de trabalhadores migrantes, quando de sua migração da cidade para o campo. Assim, a reprodução daquelas unidades incorpora a dinâmica mais ampla da movimentação da força de trabalho. A preservação das unidades de produção familiar efetiva-se no movimento dinâmico de reprodução dos trabalhadores do campo.

Do mesmo modo, há um movimento dinâmico entre trabalho assalariado na cidade e unidades de produção familiar no campo. O

fluxo permanente para a cidade de trabalhadores das pequenas unidades de produção do campo permite um aumento do exército industrial de reserva, rebaixando, assim, os salários. Estas unidades também permitem rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho assalariada, na medida em que os trabalhadores recorrem a ela para enfrentar as condições precárias de sobrevivência.

Este movimento dinâmico das relações de trabalho é expressão concreta da relação dialética entre capital e trabalho, o capital buscando realizar o máximo de mais-valia e o trabalhador lutando por melhores condições de vida.

Como reflexão final, caberia afirmar, mesmo que precariamente, que, apesar de toda a conotação da migração como uma alternativa individual, a análise de como os migrantes vivem este processo permite perceber que há uma disposição muito grande de luta por melhores condições de vida e trabalho, face às condições precárias de reprodução no campo e à sua inserção precária no mercado de trabalho urbano. Esta disposição de luta pode representar o gérmen de uma nova "esperança" - a descoberta de estratégias coletivas - que, ao contrário das individuais, podem contestar o processo de acumulação capitalista e abrir uma outra perspectiva histórica para esta sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, F. J. C. Fatores do crescimento das cidades do Sertão Paraibano. Rio de Janeiro. COPPE/UFRJ, 1978.
- ANDRADE, M. Correia de. POTENGY, Gisélia Franco (Coord.). Dinâmica das Microrregiões de Intensa atividade Migratória. Recife. MINTER/SUDENE/UFPE/UFPB, 1980. Vol. 2.
- ANDRADE, M. Correia de. Trópico Semi-Árido, as alternativas de uma região incompreendida. In: Revista Brasileira de Tecnologia. V. 12, nº 1, jan./mar. 1981.
- ARCHETTI, Eduardo P. Campesinado y Estructuras Agrárias en América Latina. CEPLAES Editores, 1981., pgs. 15-66. Una vision general de los estudios sobre el campesinado.
- ASSUMPÇÃO ALVES, Maria Rita P. O desenvolvimento dos polos de comércio do algodão na Paraíba. Rio de Janeiro. COPPE/UFRJ, 1979.
- BALAN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. In: Estudos Cebrap 5, jul./ago./set. 1973.
- BARBOSA, C. de M. J. Capitalismo e força de trabalho: os níveis de sua articulação no Nordeste. Salvador. UFBA (Mestrado em Ciências Sociais), 1983.
- BARTHY, A. B. Prática econômica dos operários da construção civil de Brasília. Relatório de Pesquisa: 1977-78. Brasília. Fundação Universidade de Brasília (Mimeo.), 1980.
- BERLINCK, M. T., HOGAN, D. C. O desenvolvimento econômico do Brasil e as migrações internas para São Paulo: uma análise histórica. São Paulo. Unicamp, 1974.
- BERLINCK, M. T. Marginalidade social e relações de classes em São Paulo. Rio de Janeiro. Vozes, 2.^a ed. 1977.
- BIANCHI, A. M. Mobilidade, estratégia de sobrevivência. São Paulo. USP/FFLCH/DCS (Tese de Doutorado). 1980.
- BRANT, V. C. Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América Latina (notas teóricas). In: Estudos Cebrap 14, out./nov./dez. 1975.

- BUTTERWORTH, D., CHANCE, J. K. Latin American Urbanization. New York. Cambridge University Press, 1981.
- CAMARGO, C.P.F. de et alii. Crescimento e pobreza. São Paulo. Loyola, 13.^a ed., 1982.
- CASTRO, A. C. et alii. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações. Brasília. BINAGRI, 1979.
- CHAYANOV, V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: A questão agrária. Graziano da Silva, J. Stolcke V. (Coords.) São Paulo. Brasiliense, 1981.
- CEM - Centro de Estudos Migratórios. Migrantes: êxodo forçado. São Paulo. Paulinas, 1980.
- . As migrações no Brasil hoje. In: Caderno do CEAS. Nº 65. Salvador. jan./fev. 1980.
- . Os nordestinos em São Paulo. Depoimentos. Oliveira, A.A. et alii (orgs.). São Paulo. Paulinas, 1982.
- . O vai-vem da sobrevivência. São Paulo. Paulinas, 1983.
- . Dossiê Migrações. São Paulo. jul. 1983. (Mimeo.).
- . As migrações no Brasil. São Paulo. CEM, 1984. (Mimeo.).
- . Vai-vem. Boletim das Migrações. São Paulo. CEM, jul. de 1981 a dez. de 1984, nº 1 a 15.
- DURHAN, E. R. A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo. Perspectiva, 2.^a ed. 1978.
- FAUSTO NETO, A. M. Q. Família operária e reprodução da força de trabalho. Rio de Janeiro. Vozes, 1982.
- FERRAZ de Sá. Dos velhos aos novos coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo. Recife. PIMES, 1974.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DA PARAÍBA. Populações de baixa renda. Origem e aspirações. João Pessoa. Fiplan, 1983.
- FIPLAN - Coordenadoria de Estatística e Informática. Estatísticas Agropecuárias 1973-1980. João Pessoa. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria do Planejamento, 1982.
- GARCIA, M. F; GARCIA, J, A. HEREDIA, B. M. A. Campesinato e plantation no Nordeste. O.I.T. Programa Regional de la Economía Campesina y del Empleo en America Latina, mimeo, sem data.

GERMANI, G. Sociologia da modernização. São Paulo. Ed. Mestre You, 1974. Cap. IV - Assimilação de migrantes no meio urbano (aspectos teóricos e metodológicos), pgs. 141-165.

GONZALES, E. M. e BASTOS, M. I. Migração rural e o trabalho volante na agricultura brasileira. In: Migração Interna, textos selecionados. Coord. H.A. Moura. Fortaleza. 1980, 2 tomos.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: Trabalhadores, Sindicatos e Política. Coleção Cultura & Política, CEDEC/Global.

GRABOIS, J. e AGUIAR, M. de J.N. Os sistemas agrícolas tradicionais e os elementos de modernização no sertão ocidental da Paraíba. In: Inter-Facies, Escritos e Documentos, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord.) Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. 2.^a ed. São Paulo. HUCITEC, 1980. X

———. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira. In: CEAS, nº 69, setembro/outubro de 1980.

———. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo. HUCITEC, 1981.

———. A modernização dolorosa (estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil). Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

HAGUETTE, T. M. F. O mito das estratégias de sobrevivência. Fortaleza. Edições UFC, 1982.

HEREDIA, H.M.A. A morada da vida. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

HOFFMANN, H. Desemprego e subemprego no Brasil. São Paulo. Ática, 1977.

HOLANDA. F. A. B. de. Novo dicionário de Língua Portuguesa. São Paulo. Nova Fronteira, 1.^a edição, 10.^a impressão.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. VIII Recenseamento Geral 1970. Série Regional. Vol. III - Tomo IX.

———. Censo Agropecuário - 1975.

———. Sinopse preliminar do censo agropecuário - 1980.

_____. Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas. In: Migrações internas. Textos selecionados. Fortaleza. BNB/ETENE, 1980.

MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: Moura, H.A. Migrações internas, textos selecionados. Fortaleza. BNB/ETENE, 1980, págs. 807-844. (X)

_____. Tendências recentes de distribuição espacial da população brasileira. Brasília. mimeo. (Exposição no seminário sobre "A questão migratória no Brasil - migrações internas e a ação do Estado", em comemoração aos 30 anos do CNPq), 02 a 04 de dezembro de 1981.

_____. Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil. (Comunicação feita no Simpósio sobre crescimento demográfico na base da pirâmide social - SBPC), Campinas, julho de 1982.

MARX, K. O Capital, crítica da economia política. Livro I, vols. 1 e 2, 6.^a edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 1980.

_____. Para a crítica da economia política. In: Os Pensadores. Vol. XXXV. São Paulo. Abril S.A. Cultural e Industrial, julho de 1974.

MARTINS, J.S. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975.

_____. Expropriação e violência (a questão política no campo). São Paulo. HUCITEC, 1980.

MATA, M. da. Urbanização e migrações internas. In: Migração Interna, textos selecionados. Coord. H. A. Moura, Fortaleza. BNB/ETENE, 1980, págs. 807-844.

_____. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro. IPEA/INPES, 1973.

MEILLASSOUX, C. Mujeres, graneros y capitales. 1.^a edição, México. Siglo XXI. 1977.

_____. Os limites da superexploração do trabalho. In: Antropologia econômica. Carvalho, E. A. (Coord.) 1.^a edição. São Paulo. Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980.

- _____. Sinopse preliminar do Censo Demográfico. VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960.
- _____. Sinopse preliminar do Censo Demográfico. VIII Recenseamento Geral do Brasil - 1970.
- _____. Censo Demográfico. Dados gerais - migração - instrução - fecundidade - mortalidade. IX Recenseamento geral do Brasil - 1980. Volume I - Tomo 4, número 11.
- INCRA. Sistema de análises preliminares do cadastro. DP/78 - 1980.
- JACQZ, I. Integração dos migrantes nordestinos em São Paulo: Assimilação ou não. São Paulo. Maitrise de Portuguais 01, Janeiro de 1982.
- JOLLIVET, M. O lugar dos camponeses na estrutura de classe: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. (Mimeo.)
- KAUTSKY, K. A questão agrária. Rio de Janeiro. Laemmert, 1968.
- KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1969.
- LENIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia (o processo de formação do mercado interno para a grande indústria). São Paulo. Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- LIRA, G.M.F. O homem ou o boi (o roçado ou o capim). Campina Grande, Paraíba. UFPb, CH, Departamento de Sociologia e Antropologia. Curso de Mestrado em Sociologia, Mimeo, março de 1983.
- LOPES, J.R.B. Sociedade Industrial no Brasil. 2ª edição. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1971.
- _____. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. In. Estudos Cebrap, Edições Cebrap. Bras. de Ciências, Nov. - Dez. de 1973.
- _____. Desenvolvimento e mudança social (formação da sociedade urbano-industrial). 3ª edição. São Paulo/Brasília. Nacional/INL, 1976.
- MARTINE, G. e PELIANO, J. C. Migrantes no mercado de trabalho metropolitano. Brasília. IPEA/IPLAN, 1978, 232 p. (série estudos para o planejamento 19).

MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Secretaria Geral. Mudança na composição do emprego e na distribuição da renda; efeitos sobre as migrações internas. Brasília. 1976, 136 p.

MONTENEGRO, A. M. K. e BERNARDES, J. A. Proposta teórica para o estudo das migrações internas. Campus de Botucatu - UNESP, V Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, dias 6 e 7 de dezembro de 1979.

MOREIRA, R. J. A pequena produção e a composição orgânica do capital. In: Revista Economia Política. 2ª edição. Vol. II, nº 3, São Paulo. Brasiliense, julho a setembro de 1981.

NOVAES, J. R. P. O algodão no sertão paraibano. UFPb. Mimeo, sem data.

OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções Cebrap 1, 3ª edição, 1977.

———. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 2ª edição, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

———. Anos 70, as hostes errantes. In: Novos Estudos Cebrap. vol. 1, nº 1, dezembro de 1981.

PALERM, A. Sobre la fórmula M-D-M e la articulación del modo campesino de producción al sistema capitalista dominante. Cuadernos de La Casa Chata 5, mimeo, 1977.

PATARRA, N. Movimentos migratórios: características e tendências recentes. In: CEM - Centro de Estudos Migratórios (org.) São Paulo. Paulinas, 1983. (X)

POTENGY, G. F. O processo de inserção do migrante na sociedade urbano-industrial. In: Migr. Int. textos selecionados. Coord. Moura, H. A. Fortaleza. BNB, ETENE, 1980. pgs. 871-906. (X)

Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo. Compêndio Estatístico. Secretaria do Planejamento e Economia. Departamento de Estatística. 1982.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração (traduzido do original em inglês: Ravenstein, E. G. The Laws of migration. Journal of the Statistical Society, 47 (pt. 1): 167-227, June 1885). In: Migração interna, textos selecionados. Coord.: H. A. Moura. Fortaleza. BNB, ETENE, 1980, 2 tomos, pgs. 19-88.

- RODRIGUES, R. e RODRIGUEZ, W. L. O perfil populacional do Estado de São Paulo, segundo o censo de 1980. In: Anais do 3º Encontro Nacional, Vitória - ES, 1982, SP. ABEP, 1982.
- SAENZ, A. Expulsion de fuerza de trabajo agricola y migracion diferencial. In: Barsky, O. et al. Ecuador: Cambios en el agro serrano. Quito. FLACSO, CEPLAES.
- SAINT, W. e GOLDSMITH, W. Sistemas de lavoura, mudança estrutural e migração rural-urbana no Brasil. In: Estudos Cebrap, 25. Rio de Janeiro, Vozes.
- SALAMA, P. e MATHIAS, G. O Estado superdesenvolvido. São Paulo. Brasiliense, 1983.
- SCOTT, P. Migrações interregionais e a família nordestina. VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Trabalho apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "A Questão Regional no Brasil". Friburgo, 20 a 22 de outubro de 1982.
- . Unidade doméstica e migrações: algumas proposições sobre a organização doméstica de trabalhadores rurais no nordeste brasileiro. V Encontro Anual da ANPOCS. Trabalho apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "Família e Sociedade", Friburgo, 21 a 23 de outubro de 1981.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações (O velho e o novo em uma discussão marxista) In: Trabalho e Dominação, E. Cebrap 26, 1980.
- SIGAUD, L. Os clandestinos e os direitos (estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco). São Paulo. Duas Cidades, 1979.
- SILVA, S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: Capital e trabalho no campo. São Paulo. HUCITEC, 1977, pgs. 7 a 24.
- SIMÕES, C.; VIANNA, M. S.; OLIVEIRA, Z. L. Migração de retorno: nordeste. 1974-1975. In: Anais Segundo Encontro Nacional da ABEP - As. Bras. de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, São Paulo, 1980.
- SIMÕES, C.J.M. Direito do trabalho e do capital. Estudo sobre o "neotrabalhismo" no regime militar 1967-1984. Dissertação de mestrado. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: Economia política da urbanização. 3.^a edição. São Paulo. Brasiliense, 1976.

———. Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo. HUCITEC, 1977.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

SOUZA, I. Migrações internas no Brasil. Natal, RN. Vozes, 1980.

SOUZA, P. R. Salário e mão-de-obra excedente. In: E. Cebrap 25, São Paulo. s/data.

———. Elementos para um modelo de determinação da mobilidade ocupacional. In: Anais do Terceiro Encontro Nacional da ABEP, Vitória, ES. 1982.

SUAREZ, M. T. de M. Cassacos e Corumbas. São Paulo. Ática, 1977.

———. Agreste, agrestes-transformações recentes na agricultura nordestina. Rio de Janeiro. CEBRAP/Paz e Terra, 1982.

THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo. Polis, 1980.

UFRJ. Museu Nacional. Departamento de Antropologia. Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste. Relatório "A Invenção da Migração". Mimeo, 1981.

VARGAS, M. M. Urbanization, migration and occupational structure in Latin America with special reference to Peru. Thesis presented to the Victoria University of Manchester for the degree of Doctor of Philosophy, mimeo, s/data.

VILLAÇA, M. J. A força de trabalho no Brasil. São Paulo. Pioneira, Un. de São Paulo, 1967.

WOLF, E. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro. Zahar, 1970.

WANDERLEY, M. de Nazareth B. O camponês: um trabalhador para o capital. Campinas. mimeo, 1979.

JORNAIS

Grito no Nordeste, maio/junho de 1982.

Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 1985.

TABELA 1 - EFETIVO (número de cabeças), POR MUNICÍPIO

M U N I C Í P I O S	1973 nº	1974 nº	1975 nº	1976 nº	1977 nº	1978 nº	1979 nº	1980 nº
<u>ASININOS</u>								
. Bonito de Santa Fé	1.407	290	290	267	272	268	340	374
. São José de Piranhas	1.970	980	974	898	916	1.132	962	818
<u>BOVINOS</u>								
. Bonito de Santa Fé	1.918	2.510	3.635	4.070	7.727	8.129	5.376	5.766
. São José de Piranhas	7.673	9.000	11.378	12.027	12.068	11.524	9.910	16.990
<u>CAPRINOS</u>								
. Bonito de Santa Fé	616	970	1.118	1.214	3.158	1.379	1.034	879
. São José de Piranhas	1.369	2.500	2.157	2.214	7.879	2.854	2.141	1.820
<u>EQUINOS</u>								
. Bonito de Santa Fé	1.815	300	274	265	277	278	270	470
. São José de Piranhas	1.350	900	831	803	840	789	671	570

FONTE : Estatísticas Agropecuárias 1973-1980 - Governo do Estado da Paraíba
 Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral - FIPLAN - Coordenadoria de Estatística e
 Informática - João Pessoa, 1982.

TABELA 2 - PRINCIPAIS PRODUTOS - ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE, PRODUTIVIDADE E VALOR

P R O D U T O,		ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE (t)	PRODUTIVIDADE (Kg/ha)	VALOR (mil cruzeiros)	
BONITO DE SANTA FÉ	Algodão Arbóreo	1970	-	143	-	213
		1975	3.668	425	115	1.263
		1980	1.658	181	109	8.145
	Algodão em Caroço (herbáceo)	1970	-	-	-	-
		1975	-	-	-	-
		1980	1.340	497	370	19.880
	Arroz em Casca	1970	22	8	363	5
		1975	28	28	1.000	56
		1980	310	154	496	2.310
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	Algodão Arbóreo	1970	-	661	-	769
		1975	11.900	1.986	165	6.481
		1980	18.764	2.045	108	92.025
	Algodão em Caroço (herbáceo)	1970	-	-	-	-
		1975	8	6	750	14
		1980	373	137	367	5.480
	Arroz em Casca	1970	316	208	658	102
		1975	414	679	1.640	1.064
		1980	728	361	495	5.415

TABELA 2 (continuação)

P R O D U T O		ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE (t)	PRODUTIVIDADE (Kg/ha)	VALOR (mil cruzeiros)	
BONITO DE SANTA FÉ	Fava	1970	-	-	-	
		1975	105	47	447	60
		1980	713	249	349	3.984
	Feijão em Grão	1970	668	87	130	116
		1975	581	179	308	272
		1980	1.165	262	224	9.170
	Mandioca	1970	12	60	5.000	11
		1975	0	2	-	2
		1980	459	2.607	5.697	8.342
	Milho em Grão	1970	786	176	223	87
		1975	1.402	778	554	595
		1980	4.174	1.102	264	13.224
SÃO JOSÉ DE PIRANIAS	Fava	1970	-	-	-	
		1975	129	42	325	56
		1980	665	233	350	3.728
	Feijão em Grão	1970	2.008	319	158	389
		1975	1.895	557	294	1.060
		1980	2.498	562	224	19.670
	Mandioca	1970	25	108	4.320	19
		1975	7	41	5.857	11
		1980	96	545	5.677	1.744
	Milho em Grão	1970	2.581	734	284	364
		1975	3.444	2.167	629	1.668
		1980	6.076	1.605	264	19.260

FONTE : IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Censo Agropecuário 1970, 1975
Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário 1980

**TABELA 3 - ÁREA DE LAVOURAS, PASTAGENS
NATURAIS, PLANTADAS, MATAS**

T Í T U L O	BONITO DE SANTA FÉ			SÃO JOSÉ DE PIRANHAS		
	1970	1975	1980*	1970	1975	1980*
Total						
. Estabelecimentos	377	376	-	1.707	1.687	-
. Área (ha)	134	20.604	-	52.421	60.358	-
Lavouras						
. Permanentes (*)	4.420	5.077	-	15.393	15.001	-
. Temporárias (*)	678	1.547	-	1.009	1.436	-
Pastagens Naturais(*)	5.130	3.933	-	11.716	13.434	-
Pastagens Plantadas(*)	64	339	-	25	192	-
Matas e Florestas						
. Naturais (*)	5.843	5.614	-	15.741	20.788	-
. Plantadas (*)	8	-	-	130	-	-
Terras em descanso e terras produtivas não utilizadas (*)	1.554	3.515	-	5.465	6.695	-
Terras Irrigadas (no ano de 1970 (*)	66	-	-	3	59	-
Terras Improdutivas(*) (*) área (ha)	-	-	-	-	-	-

FONTE : FIBGE - Censo Agropecuário Paraíba - VII Recenseamento Geral 1970
Série Regional - Vol. III - Tomo IX
Censo Agropecuário 1975

* Os dados de 1980 ainda não tinham sido publicados no período que efetuei o levantamento.

TABELA 4 - CLASSIFICAÇÃO DAS TERRAS (POTENCIALIDADES)

UNIDADE GEOGRÁFICA	L A V O U R A S		P A S T O S A R T I F I C I A I S		C A M P O S (P A S T O N A T I V O)		M A T A S	
	IMÓVEIS	TERRAS APROP. (ha)	IMÓVEIS	TERRAS APROP. (ha)	IMÓVEIS	TERRAS (ha)	IMÓVEIS	TERRAS (ha)
BONITO DE SANTA FÉ	451	13.051	174	1.611	373	4.403	46	866
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	1.359	24.456	270	974	1.010	12.285	887	10.965

FONTE : INCRA - 1980 : Sistema de Análises Preliminares do Cadastro DP/78

TABELA 5 - ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE ÁREA

MUNICÍPIOS	A N O S	MENOR 10 ha		10 a -100 ha		100 a -1000 ha		1000 a -10.000 ha		T O T A L	
		ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %
BONITO DE SANTA FÉ	1970	18,3	2,2	71,2	52,8	10,56	45,3	-	-	100	100
	1975	19,6	2,2	68,3	45,6	11,66	46,2	0,26	5,9	100	100
	1980	16,3	2,06	71,7	50,0	11,8	42,8	0,21	5,1	100	100
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	1970	44,4	7,8	49,5	48,8	6,13	43,4	-	-	100	100
	1975	47,2	6,6	45,9	40,7	6,53	42,9	0,17	9,8	100	100
	1980	41,6	7,9	51,8	46,8	6,6	45,3	-	-	100	100

FONTE : IBGE - Censo Agropecuário 1970, 1975
Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário 1980

TABELA 6 - PRÉDIOS E DOMICÍLIOS RECENSEADOS POR ESPÉCIE - 1980

MUNICÍPIOS	ESPÉCIES	PRÉDIOS	DOMICÍLIOS					TOTAL
			OCUPADOS	USO OCASIONAL	FECHADOS	VAGOS	COLETIVOS	
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	Urbano	752	520	23	6	66	3	618
	Rural	1.170	921	5	6	208	-	1.140
	Total	1.922	1.441	28	12	274	3	1.758
BONITO DE SANTA FÉ	Urbano	1.332	920	25	18	128	10	1.101
	Rural	3.654	2.546	35	55	717	-	3.353
	Total	4.986	3.466	60	73	845	10	4.454

FORNE : IBGE - Censo Demográfico - Famílias e Domicílios - IX Recenseamento Geral do Brasil 1980 - Vol. 1 - Tomo nº11

TABELA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

MUNICÍPIOS	T O T A I S			SITUAÇÃO URBANA			SITUAÇÃO RURAL		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Bonito de Santa Fé	8.781	7.061	7.750	2.331	2.002	2.554	6.450	5.059	5.196
São José de Piranhas	16.394	16.744	18.019	2.773	2.002	4.352	13.621	14.742	13.667

FONTE : IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960

IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - VIII Recenseamento Geral 1970 - Brasil

IBGE - Censo Demográfico - Dados Gerais - migrado - instrução, fecundidade, natalidade

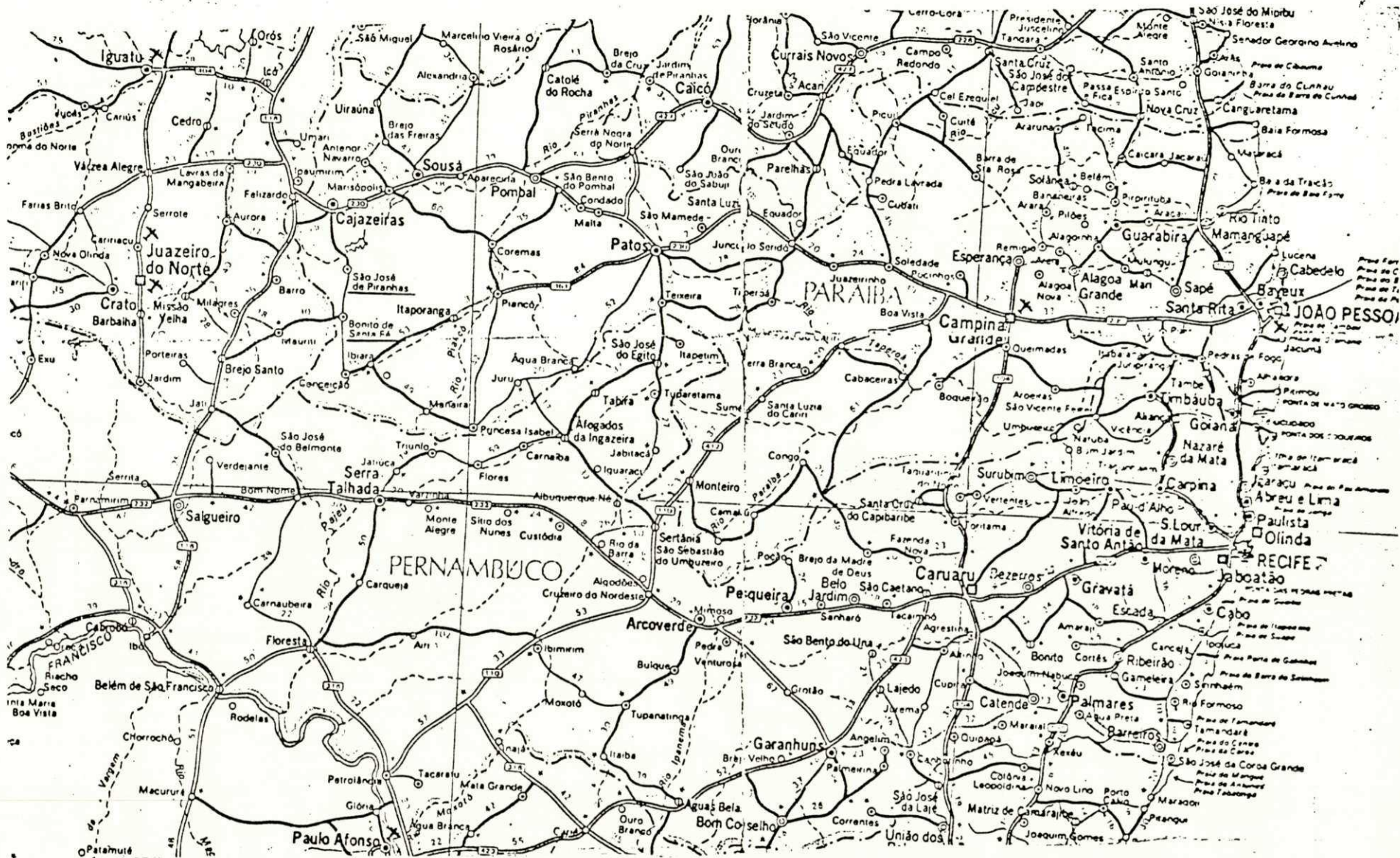
IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Volume 1 - Tomo 4 - Número 11.

TABELA 8 - GRANDE SÃO PAULO: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL VEGETATIVO, MIGRATÓRIO E TOTAL

PERÍODO E REGIÃO	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO		
	VEGETATIVO	MIGRATÓRIO	TOTAL
1960/50 *			
Município de São Paulo	2,49	3,76	5,60
Outros Municípios	2,14	6,16	7,50
1970/60 *			
Município de São Paulo	2,13	2,85	4,57
Outros Municípios	3,28	6,75	8,74
Grande São Paulo	2,36	3,76	5,54
1980/70 **			
Grande São Paulo	1,68	2,77	4,45

* FONTE DE DADOS BRUTOS: IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970.
(In: Kowarick, 1979, pg. 36)

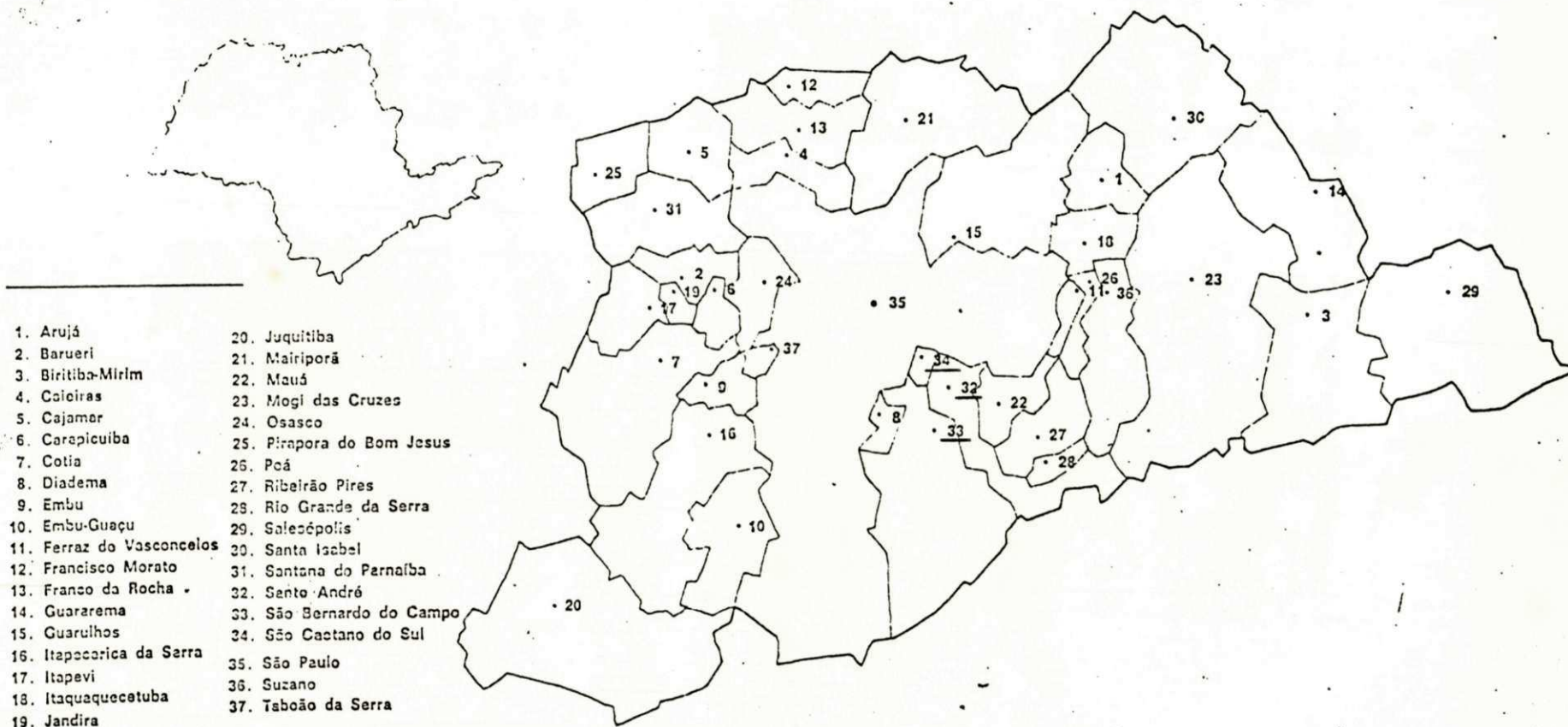
** FONTE : IBGE - Censo Demográfico de 1980. Resultados Preliminares e Sí
nopse Preliminar do Censo Demográfico, Brasil (In: Patarra ,
1981, pg. 63)



Escala: 1.2.500:000

Fonte: Mapa Rodoviário Quatro Rodas. 1979.

Região Administrativa da Grande São Paulo



Anexo II

Fonte: SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
 Perfil Municipal. São Paulo, Volume 3, pág. 01 a 134, 1981.